



#MROSC

MARCO REGULATÓRIO
DAS ORGANIZAÇÕES
DA SOCIEDADE CIVIL

***I DIÁLOGO INTERSETORIAL DO
MARCO REGULATÓRIO DAS
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL (2013)
Financiamento e
sustentabilidade econômica***

Memória

I DIÁLOGO INTERSETORIAL DO MARCO REGULATÓRIO DAS OSCS (2013)



1. Objetivo e metodologia do evento

O I Diálogo Intersectorial do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil, com foco no financiamento e sustentabilidade econômica, foi realizado nos dias 21 e 22 de março de 2013, no Centro Cultural Banco do Brasil, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

O objetivo do encontro foi colher subsídios para a elaboração de propostas relacionadas a 6 (seis) eixos temáticos relacionados ao financiamento e a sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil, a saber:

- (i) Simplificação e desburocratização;
- (ii) Cultura de doação;
- (iii) Incentivos fiscais;
- (iv) Fundos públicos;
- (v) Cooperação internacional, e;
- (vi) Empreendedorismo social e solidário.

Participaram 150 convidados (Cf. Anexo 9.4 Lista de participantes do I Diálogo Intersectorial) entre representantes de organizações da sociedade civil, acadêmicos, especialistas, advogados, contadores, representantes de estatais e integrantes de órgãos do governo federal. O grupo participante se caracterizou pela heterogeneidade, alta qualificação profissional e estreita experiência nos eixos temáticos de discussão, o que foi essencial para a qualidade das sugestões apresentadas, tendo sido um fator positivo de destaque na avaliação dos envolvidos no evento.

Para a viabilizar a sua realização, houve etapa prévia, voltada ao nivelamento de conhecimento e ao estímulo à preparação ao evento. Para tanto, juntamente com o convite para o evento, foram enviados aos participantes as ementas de cada eixo temático contendo breve descrição do que se esperava ver discutido e pergunta macro provocadora (Cf. Anexo 9.5 Apoio aos pontos focais do I Diálogo Intersectorial do MROSC). Disponibilizou-se ainda um Formulário para detalhamento de subsídios, que teve por objetivo instigar os participantes a apresentar propostas concretas aos problemas existentes.

Em razão do tempo disponível para as discussões, a quantidade de participantes foi limitada por grupo de eixo temático, tendo participado de modo efetivo nos dois dias do evento cerca de noventa pessoas entre representantes de organizações da sociedade civil, integrantes de órgãos do governo federal, de estatais, acadêmicos, especialistas, advogados e contadores. As inscrições foram feitas

previamente, a partir das afinidades e interesses de cada participante com os eixos de discussão.

Para a moderação dos grupos, contou-se com o apoio da Diretoria de Gestão de Pessoas – DIGEP e de assessores do Ministério da Justiça (MJ), da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e da própria Secretaria-Geral (SG) que, em que 20 pessoas na qualidade de pontos focais, auxiliaram no apoio técnico aos participantes.

A metodologia adotada nos grupos de discussão, conhecida como Ishikawa, consistiu na apresentação da pergunta macro enviada previamente aos participantes para que esses pudessem indicar as medidas propostas para o alcance dos objetivos pretendidos, que variaram de quatro a seis, por grupo. Além disso, os participantes, sempre que possível, deveriam indicar as ações viabilizadoras, primárias, terciárias e quaternárias, para cada medida proposta.



No primeiro dia do evento, foi feita a mesa de abertura com a participação do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, da Diretora-Executiva da Associação Brasileira de ONGs, Vera Masagão, do Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, Diogo de Sant'Ana e do Diretor de Governo do Banco do Brasil, Jânio Endo Macedo.



Em seguida, antes da composição dos grupos, a Assessoria Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República apresentou as bases de discussão para cada um dos seis eixos temáticos, proporcionando um nivelamento de conteúdo entre os participantes.



Foi



escolhido, por cada grupo, um porta-voz para apresentação na plenária e um redator para registrar os conteúdos propostos.

No final do primeiro dia do evento, foi permitida a realização de um rodízio entre os participantes para que fossem feitos aportes em outros grupos de discussão, sendo que, ao menos o porta-voz e o redator, deveriam permanecer nos seus grupos de origem.



A integração entre os pontos focais e os participantes do evento foi importante para o compartilhamento de informações e análise das especificidades de cada eixo discutido relacionado ao financiamento e sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil. O acúmulo apreendido das discussões pelos pontos focais auxiliará os trabalhos internos de sistematização e construção dessa agenda no Governo Federal.



2. Relatoria do evento

Relatoria da mesa de abertura

Participantes

Gilberto Carvalho - Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Vera Masagão - Diretora-Executiva da Associação Brasileira de ONGs

Diogo de Sant'Ana - Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República

Jânio Endo Macedo - Diretor de Governo do Banco do Brasil

Relatoria das falas

Diogo de Sant'Ana

Eu queria, antes de tudo, compor a nossa mesa de abertura com o Ministro Gilberto Carvalho, com a Vera Masagão, da Abong - organização que tem uma plataforma por um novo marco regulatório - e o Jânio Carlos Endo de Macedo, diretor do Banco do Brasil, que nos ajudou muito a construir esse espaço.

Bom, em primeiro lugar, acho que vale à pena fazer um agradecimento muito especial a todos vocês que se dispuseram a parar suas extensas agendas para estar nesses dois dias com a gente aqui em Brasília, discutindo esse tema que é tão importante para nós. Nós, como representantes da Secretaria-Geral, temos uma tarefa que é fazer o aprofundamento dessa discussão do marco regulatório, e não só aprofundamento dos diagnósticos. Toda a nossa intenção, todo o nosso trabalho tem sido voltado para, além de produzir diagnósticos de excelência, conseguir produzir resultados concretos, Minutas, Portarias, Minutas de Portarias, Decretos, Projetos de Lei, coisas que façam avançar o marco regulatório das organizações da sociedade civil.

Hoje, nesse evento, a gente tem a tarefa de discutir um dos pontos que, talvez, seja mais delicado de toda essa nossa agenda, que são os temas que envolvem a questão financeira, da sustentabilidade financeira das organizações, e os temas sobre recursos financeiros, e mesmo da relação do governo com a sociedade civil. Bom, para fazer isso, no começo nós estávamos pensando em uma coisa um pouco menor, mas ao longo do tempo fomos vendo que já tínhamos tomado

contato com contribuições de muitos especialistas e contribuições de muita qualidade, e que não poderíamos perder a oportunidade de reunir essas pessoas em um evento, de colocar essas pessoas debaixo do mesmo teto para conversar, para que fizéssemos um processo, na verdade uma catalisação e aceleração da agenda que estamos discutindo aqui hoje.

Por isso nós construímos esse evento, porque na verdade a ideia é que ele seja muito dinâmico, muito objetivo em torno de alguns temas. Nós dividimos a nossa agenda, nossa discussão, em seis blocos, que depois nós vamos detalhar: um bloco de simplificação e desburocratização, um bloco de cultura de doações e de estímulo de doações entre agentes privados, um bloco de incentivos fiscais, um bloco da questão de Fundos Públicos – a discussão mais importante aqui é a questão do Fundo que a gente vem discutindo há algum tempo – um bloco da cooperação internacional, envolvendo tanto como as nossas entidades podem cooperar lá fora, como o tema de como a cooperação internacional tem afetado as organizações daqui do Brasil, e um bloco que nós estamos chamando – talvez por falta de um nome melhor – de empreendedorismo social e solidário, onde a gente vai procurar discutir, na verdade, as renovações e as necessidades que nós vemos tanto de um lado para o desenvolvimento dos chamados negócios sustentáveis, quanto do incentivo a uma agenda de economia solidária, de uma economia diferente, que também é uma das agendas mais importantes que nós temos incentivado no trabalho da Secretaria-Geral e no trabalho do governo como um todo.

Bom, essa mesa de abertura foi pensada para fazermos uma discussão um pouco mais geral da situação do marco regulatório. Teremos uma fala do Ministro Gilberto Carvalho, depois vamos abrir para uma fala da Vera Masagão e para um debate, um pequeno debate de meia hora, no máximo 40 minutos, com vocês. Depois da abertura partiremos para uma apresentação mais técnica, para os pontos mais em detalhe do que vamos discutir nos próximos dois dias. Então eu passo a palavra diretamente para o nosso Ministro Gilberto Carvalho. Muito obrigado por vocês estarem aqui.

Gilberto Carvalho

Bem, eu queria dar um bom dia a todos vocês e queria, assim como o Diogo já fez, agradecer muito pela pessoa do Jânio, a acolhida que o Banco do Brasil nos dá aqui nesse espaço do Centro Cultural. O Banco do Brasil tem nos apoiado sempre em tudo o que nós fazemos, seja do ponto de vista do financiamento, como também nas questões práticas, de logística. E agradecer muito a vocês que estão aqui presente pela camaradagem, pela persistência – eu diria quase teimosia – em lutar e se empenhar para que esses espaços se abram e para que o diálogo entre sociedade e governo efetivamente ocorra. Eu quero dizer isso em primeiro e manifestar um profundo respeito, porque eu sei que vocês esperariam e esperam que as coisas andem

muito mais rapidamente do que estão andando, então a presença de vocês aqui significa para mim esse clima de camaradagem, camaradagem crítica, naturalmente, mas de camaradagem.

E, ao mesmo tempo, da nossa parte, nós nunca quisemos fugir dessa realidade e desse diálogo. É renovando o compromisso da Secretaria-Geral, mas também do governo, que as coisas podem demorar, mas elas vão acontecer. Para dizer a vocês que o compromisso que nós assumimos, que a Presidenta já assumiu na companhia e que depois nós, desde a primeira convocação, fizemos a vocês, não era um compromisso apenas de palavras ou por demagogia, mas ele tem seriedade, mesmo que a nossa atuação não consiga corresponder, digamos, sobretudo à velocidade e a urgência que uma questão como essa demanda. Eu volto depois a me referir sobre isso.

Mas eu queria também mencionar a importância da presença aqui de companheiros do governo, das várias áreas do governo que estão aqui presentes, porque a presença de vocês também significa uma disposição, uma generosidade para nós discutirmos esses temas e pela quebra que impõem de certos parâmetros de culturas tradicionais nossas, requerem de nós um empenho, requerem de nós uma coragem da mudança. Então eu acolho, eu agradeço muito a presença de vocês aqui.

Nesse processo todo, nós tivemos uma primeira etapa ligada à questão da contratualização das entidades com o governo, que foi muito rica e que produziu um documento, ao meu juízo, muito fundamentado e que nos dá base para seguirmos a frente. Esse documento, que passou pela grande Comissão que nós formamos (governo e sociedade) está pronto, está junto da Presidenta. Da nossa parte, temos feito um empenho com a Presidenta para que ele possa seguir, e isso está demorando. E eu quero aqui de maneira muito autocrítica assumir: está demorando, mas nós vamos continuar insistindo e mostrando à Presidenta o quanto ele ganha cada vez mais importância. Ontem ainda aproveitei a viagem para tirar dela um compromisso de que muito brevemente ela vai trabalhar essa questão, para que isso possa ter uma posição definitivamente oficial do Executivo tendo acolhido todo o (...). Porque não é um documento do Executivo na verdade, é um documento do Executivo e da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, vocês sabem que nós não descansamos.

Aqui eu quero fazer uma homenagem à Laís, à equipe dela, ao Diogo, e na persistência do trabalho interno e, inclusive, na relação com o Legislativo. Graças ao processo que já havia se desenhando do Legislativo a partir de um projeto inicial do Senador Aluísio Nunes Ferreira, com relatoria agora do Senador Rodrigo Rollemberg, nós conseguimos fazer tratativas. E aqui eu queria de público agradecer ao Senador Rodrigo e à equipe dele a acolhida desse diálogo. É muito provável, e estamos trabalhando de maneira muito forte para que a relatoria do Senador Rodrigo tenha exatamente o fruto dessa

relatoria, produza o projeto que espelhe exatamente aquele que nós tratamos no grupo de trabalho.

Então a gente vai caminhando em duas mãos para não perdermos tempo, para não perdermos esse momento do debate, esse momento dessa necessidade que se impõe de definitivamente termos a nossa referência regulada nessa relação governo e sociedade. E o tema de hoje, do financiamento, tem uma delicadeza e uma importância, e pode também trazer a sugestão e a criação de mecanismos legais, infralegais, para que nós possamos quebrar também no Brasil as dificuldades que nós temos do financiamento privado-privado, da questão das doações, para as fundações e assim por diante.

Então eu só queria dizer para vocês, muito brevemente, que a nossa presença aqui significa a renovação desse compromisso, a crença de que é desse diálogo que nós, de fato, vamos construir o caminho mais adequado da construção de uma relação profícua entre governo e sociedade, e insistir na renovação desse compromisso. Contem conosco, até o último dia de 2014, se a gente conseguir chegar bem até lá, nós estaremos lutando, e eu espero que até lá a gente já tenha de fato dado passos importantes, sem recuos, nesse processo que é tão esperado e que significa o necessário aprofundamento para uma verdadeira democracia no Brasil.

Essa é a nossa crença, nós não estamos aqui fazendo favor para ninguém e nem sendo meramente generosos, nós estamos cumprindo uma determinação, um mandato de construir, de fato, de avançar no rumo de uma democracia verdadeira que inclui, exige uma participação verdadeira da sociedade. Era isso, muito obrigado.

Vera Masagão

Bom dia a todos. Quero agradecer muito os meus colegas da plataforma que dão a honra de representar esse coletivo tão amplo de organizações que já há dois anos vem trabalhando de forma conjunta por esse marco regulatório. Que dê mais forças e um ambiente legal e institucional que faça a jus, eu acho, a pujança e a forma das organizações da sociedade civil brasileira. Eu vou rapidamente citar as organizações que fazem parte do que a gente chama de Comitê Facilitador dessa plataforma, que foi assinada por centenas de organizações e redes de organizações. Nós temos no Comitê Facilitador, além da Abong, que eu represento: a Cáritas Brasileira, a Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf), a Fundação Esquel do Brasil, o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), o MAB, MST, a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, (Unicafes), o Conselho Latino-Americano de Igrejas (que é representado aqui pelo SESI), o Instituto Ethos, a , a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), o Inesc (como integrante da plataforma dos Movimentos Sociais pela reforma política), o Instituto Socioambiental (como integrante do Fórum Brasileiro de Organizações e Movimentos Sociais para o

desenvolvimento do meio ambiente), e a Visão Mundial (que no grupo participa como integrante da Rede Evangélica Nacional de Ação Social).

Bom, na verdade, quando esse grupo se articulou, essas já eram organizações que há muito tempo já vinham se encontrando de uma forma ou de outra nessa luta por um marco regulatório para o nosso setor, mas se formou mais completamente em uma iniciativa que foi tomada durante a eleição presidencial em 2010. Então vamos dizer que nasceu com um sinal de entusiasmo, porque nós fizemos uma plataforma, mandamos para todos os candidatos, pedindo que os candidatos à eleição presidencial em 2010 se comprometessem em criar um novo marco regulatório que fizesse jus à sociedade civil brasileira, e tivemos um aceno positivo da que então viria ser a nossa Presidente Dilma Rousseff.

Então começamos com um ato importante de uma assinatura de um compromisso de que esse marco regulatório seria assumido por ela como uma bandeira, e que seria criado um grupo para que, de forma participativa, com órgãos de governo e sociedade civil, esse marco regulatório fosse construído. Eu digo então que a gente começa com um momento de entusiasmo, de ter conseguido esse compromisso da candidata que foi eleita, mas eu diria também que desde então a nossa vida como plataforma foi uma espécie de montanha russa, entre entusiasmo e decepção, esperança e desalento. Tem sido assim. E eu acho importante compartilhar então alguns momentos e algumas dessas vitórias, e vamos dizer, algumas apreensões, algumas derrotas que nós tivemos desse processo. Justamente eu acho não mais do que para nós encher de mais energia, e para que certamente a gente tenha mais sucesso e encontre mais e mais avanços do que retrocesso.

De fato, a gente conseguiu esse apoio da Dilma, um compromisso de que se formaria um grupo de trabalho para reformar esse marco regulatório. Esse grupo demorou um pouco para ser formado, mas finalmente por um Decreto da Presidenta o grupo foi constituído com uma série de outras normas que visavam moralizar um pouco essa relação das ONGs com o governo - que estavam tanto nos prejudicando aqueles escândalos que ocorrem no início de 2011 de desvios de verbas com ONGs. Então o grupo foi criado, depois vieram outros Decretos, os quais a gente não apoiou, porque acabavam reforçando a criminalização. Mas, enfim, dentro dessas idas e vindas o grupo se constituiu, esse grupo ao qual o Ministro se referiu e, de fato, trabalhou intensamente. Eu acho que com o envolvimento importante tanto das organizações da plataforma como de outros colaboradores diversos, juristas - acho que partes deles que estão aqui presentes colaboraram, e foi um trabalho muito importante.

Importante também deixar a público - a gente já expressou isso para o Ministro também, mas precisa sempre ser repetido em público - que realmente foi espetacular o empenho da Secretaria-Geral e o nosso.

Ficamos muito impressionados com a qualidade técnica e o empenho político e cidadão. Então dos servidores que estavam ali como equipe da Secretaria-Geral da Presidência, e também os membros de governo dos outros Ministérios, dos outros órgãos de governo que de fato se empenharam demais, Secretaria, Casa Civil, AGU, CGU, Fazenda, tivemos realmente um envolvimento importante e foi uma experiência excelente. As reuniões do grupo de trabalho assim como outras oportunidades que foram se abrindo, uma oficina sobre apresentação de contas na Casa Civil foram momentos muito bons de dialogar com membros do governo. E a gente percebe o quanto estamos distantes e o quanto precisamos aprofundar essa compreensão sobre o que significa ser um servidor público zelando pelo sentido público e pelo bom uso do recurso público. E as organizações que também estão, de alguma forma, engajadas nas causas públicas, a partir de um outro lugar.

Nós tínhamos uma agenda ampla, e é importante dizer que o marco regulatório é uma agenda ampla que diz respeito a ter um cenário de segurança jurídica para que essas organizações possam trabalhar, que tenham um ambiente de incentivo, participação social, participação cidadã e que facilite o fortalecimento institucional dessas organizações por meio do financiamento, da capacitação, enfim. Era uma agenda ampla, tendo em vista toda a conjuntura social e política e das próprias organizações.

No GT nos resolvemos priorizar o tema da contratualização, que era essa relação das organizações com o governo em parcerias que envolvem transferência de recursos. Sabíamos que esse era um tema nevrálgico e, enfim, trabalhamos, elaboramos uma proposta, baseada nos principais consensos e o resultado está aí. (...). Da decisão da montanha russa é que a gente entrou em uma expectativa de que, depois de um trabalho de tanta qualidade, tanto empenho, de tantos servidores públicos, a coisa iria andar mais rápida, e de fato a gente não conseguiu espaço na agenda da presidenta, e enfim, a coisa acabou em um compasso de espera.

Em relação ao PL, evidentemente a coisa não parou, outras coisas avançaram, outras coisas caminharam, e graças a isso nós estamos aqui. Mas, de qualquer forma, acho que é importante verbalizar essa pergunta que não quer calar: “Presidenta, onde é que está pegando? Por que não avança?”. Ou, pelo menos, eu acho que é fundamental que mesmo que esse processo (como o Ministro Gilberto já acenou), que uma alternativa seria contar com o envolvimento do parlamento. E eu acho que a gente tem avanços importantes aí também, mesmo que seja por ali, é importante que o parlamento receba uma sinalização clara do Executivo de que esse é um projeto de interesse do governo. A gente sabe que isso faz toda a diferença.

Enfim, então eu acho que também é importante nunca perder de vista que a questão do marco regulatório também diz respeito (e essa montanha russa também) ao que dá sentido a essas organizações.

Nós não queremos as organizações fortalecidas por elas mesmas, o que a gente quer fortalecidas são as causas que essas organizações defendem. E eu acho que a gente olhando o cenário também mais amplo em relação às causas que essas organizações defendem, a gente também vê vários avanços que devem nos encher de entusiasmo e esperança, mas também vê pontos de apreensão que eu acho que a gente também tem que verbalizar para ficar alerta, para ficarmos atentos.

Eu acho que para começar pelos pontos, vamos dizer, que são animadores, olhando a conjuntura recente, a gente tem uma Lei de Acesso à Informação começando a ser implementada com o empenho do governo, abrindo realmente os canais para operacionalizar de fato o acesso. Nós temos uma Comissão da Verdade em funcionamento, nós temos a própria Secretaria-Geral trabalhando duro na criação de um Sistema de Participação Social que realmente amplifique o alcance dos nossos conselhos, para que as nossas conferências, de fato, influenciem e ganhem maior efetividade nas suas deliberações, nos debates que realizam. Nós temos a iniciativa pelo governo aberto, com o forte empenho do governo federal.

Mas temos também retrocessos, ou limitações. Como exemplo, toda a agenda ambiental – estou falando aí de uma agenda recente de desenvolvimento e alguns freios que se colocam em agendas que eram muito caras aos movimentos sociais brasileiros – é necessário que todo o investimento em que o desenvolvimento seja baseado, de fato, no desenvolvimento de comunidades com distribuição de renda. Esse, aliás, também é um elemento importantíssimo que a gente tem que comemorar: de fato a gente tem conseguido o avanço no que diz respeito a erradicação da miséria, e evidentemente avanço na questão do emprego que a gente sabe que é uma agenda fundamental para erradicação da pobreza.

A gente tem os avanços que não são os que esperávamos desse governo com relação a ancorar esse desenvolvimento econômico no desenvolvimento comunitário, na agricultura familiar, nos pequenos empreendimentos, ou seja, realmente da democratização da sociedade do ponto de vista também econômico, essa aposta no desenvolvimento de base comunitária. Eu acho que nós temos um projeto em movimento muito caro, todo esse nosso campo de organizações da sociedade civil, que é um movimento que a ASA (Articulação do Semiárido) leva como exemplo, do que é gerar desenvolvimento com envolvimento comunitário, um desenvolvimento econômico que é também social e político. A gente sofreu revezes, acho que a gente conseguiu reverter, todos nos envolvemos, todos lutamos, essa luta continua sendo um momento do qual nos orgulhamos e que nos enche de energia, mas também percebemos que no período recente sofremos aí revezes nessa linha, nessa visão do que é desenvolvimento, especialmente em uma região tão delicada e difícil como é o Semiárido.

E, do ponto de vista dos avanços políticos, temos na democracia participativa cada vez mais espaços de diálogo, conferências e conselhos, mas temos também o [deputado] Feliciano tomando conta da nossa Comissão de Direitos Humanos na Câmara, quer dizer, temos também revezes que nós precisamos estar atentos.

Eu acho que mais um elemento que devemos festejar e que deve nos encher de energia para o trabalho que a gente tem nesses dois dias, é a ampliação da projeção positiva que o Brasil tem tido no mundo, vamos dizer, nos últimos dez anos, com uma política externa diferenciada, de afirmação de soberania e ao mesmo tempo de solidariedade, o que eu acho que é realmente uma marca importante que chama a atenção dos outros países. Eu acho que no cenário internacional de expectativas com relação ao Brasil, a sociedade civil também tem tido um protagonismo muito grande. A sociedade civil brasileira sempre esteve nesses espaços de governança global, que cada vez mais reconhecem a importância da sociedade civil, não tem uma Conferência da ONU ou uma reunião do G20 que também não dê espaço aos representantes da sociedade civil. Então a gente espera que o Brasil, se projetando dessa forma como uma liderança positiva e renovada no cenário internacional, dê a devida importância também às suas organizações da sociedade civil que já deram diversas demonstrações de capacidade de incidência e de ativismo também no plano internacional.

Em termos de dados, também graças ao empenho do governo, tivemos o lançamento de uma nova edição da Fasfil, que é a estatística que nós temos realizada pelo IBGE em parceria com o Ipea, com Abong e com o Gife. Lançamos a nova edição que pegou dados de 2006 a 2010. Eu acho que também tem sempre os dois lados da moeda, quer dizer, a pesquisa mostra que o setor parou com aquele crescimento que, talvez até exagerado, vivenciou no começo da década. O que a gente tem reafirmado muito aqui é que a gente quer uma sociedade com um Estado forte, um não um Estado mínimo, mas com máxima capacidade de execução de políticas e de cuidar do interesse público. Mas temos certeza que, para que a gente conquiste um Estado assim, precisamos da contrapartida também de uma sociedade forte, isso eu acho muito importante que esteja colocado. E acho que até é bom sinal ter superado certo crescimento. Talvez até resultado de uma má compreensão de qual é o papel das ONGs, tivemos um crescimento mais modesto. Tivemos um crescimento nesse período de seis anos de 8% do número de organizações, mas um crescimento menor do que o das outras empresas, das empresas privadas e públicas do país, o que não é bom, porque você vê que é um crescimento que não está saudável. Porque eu tenho impressão que o desenvolvimento econômico tem que ir par e passo com o desenvolvimento do cidadão, com a solidariedade, com todos esses outros elementos que mostram que a sociedade também desenvolve outras dimensões da sua existência. Mas a Fasfil também mostrou

outras coisas boas, porque essas organizações estão mais profissionalizadas, com menos informalidade, são alguns bons sinais.

Ontem estávamos em reunião e comentou-se de uma pesquisa que foi publicada por uma dessas empresas de marcas sobre credibilidade (...) barômetro, um medidor de confiabilidade, mostrando que tem lá em alguns países selecionados e nós pegando só uma amostra do que eles chamam de pessoas informadas, pessoas com nível superior etc. E acho que são 22 países do mundo. Você tem as ONGs como as entidades com maior grau de confiança na sociedade, seguidas pelas empresas, depois a mídia, depois o governo, bem abaixo. E no Brasil essa relação foi invertida, nós temos primeiro a mídia, depois as empresas, as ONGs aparecem em terceiro lugar e o governo continua em último. Mas eu acho que, de qualquer forma, são sinais. Eu até falei: “ah, isso eles chamam, eles fizeram uma amostra de pessoas informadas e eu não sei, porque eu também já vi pesquisas feitas com a população brasileira como um todo, eu acho que até talvez as ONGs se saíssem melhor, porque eu já vi pesquisas pelos Ibope, acho que até encomendadas pelo MST, em que as ONGs vão dizer que não são as primeiras em termos de confiabilidade”. Então eu acho que a gente tem que enfrentar também essa crise de confiança da sociedade nos órgãos representativos, no que a gente chama de espera pública institucional, e essa é uma luta que é tanto do governo, dos partidos, dos sindicatos, como das Organizações Não Governamentais.

Então eu acho que a gente tem que trabalhar esses dois dias com esse espírito de olhar com seriedade para aqueles pontos que a gente não está conseguindo as conquistas, ou que as conquistas ou que os avanços diminuem o passo. Mas eu acho que, principalmente, para reforçar a nossa esperança e a nossa vontade de lutar.

Ontem tivemos uma reunião de um grupinho menor do Comitê Facilitador com o Diogo de Sant’Ana na Secretaria-Geral. Não era para adiantar essa agenda de hoje, mas para fazer cobranças da agenda do grupo de trabalho que a gente achou que estava andando devagar demais. O Diogo falou: “Ah tudo bem, pode até ser, mas eu não tenho direito de esmorecer, não vou esmorecer, não tenho esse direito”. Acho que nós também não temos, viu? Olha, Diogo, também não vamos esmorecer.

E nós estamos fazendo essa reunião a uma semana do Fórum Social Mundial que vai acontecer, acho que simbolicamente na Tunísia, onde a gente assistiu aqueles movimentos de cidadania na rua, enfrentando condições muito mais adversas que as nossas aqui, com pessoas que com muita coragem foram às ruas e lutaram e tiveram conquistas importantíssimas, parte das quais estão sendo novamente roubadas. Temos assistido, por exemplo, as mulheres mulçumanas, que participaram tão ativamente dessas primaveras que aconteceram no mundo árabe, perdendo direitos com as novas constituições. E isso é um sinal de que de fato a vida é um pouco uma montanha russa e

eu acho que esse movimento, acho que tanto as vitórias, quanto as decepções, e tem que nos encher de força para continuar lutando.

Eu vou também lembrar um pouco as nossas responsabilidades, nós também como sociedade civil não estamos na onda de desanimar, vamos reclamar sim, mas não vamos desanimar e temos muitas tarefas. Temos feito diversas reuniões, em diversas instâncias também para tentar renovar a nossa missão, quer dizer, o nosso sentido, o sentido que nós temos para a sociedade, estamos cientes de muitas coisas e acho que estamos conseguindo coisas importantes.

O outro elemento que nos enche de esperança é ver uma geração novíssima de juventude muito engajada, tem uma coisa nova, uma onda de esperança, de indignação e de vontade de participar muito importante dos jovens. E, nesse sentido, vou comemorar aqui como uma conquista da sociedade civil junto com o governo, o sucesso que está tendo a campanha Juventude Viva. Está dando uma energia enorme, está chegando a São Paulo, eu estou vendo as pessoas se movimentando em torno disso, e eu acho que chamar juventude para a vida, para o ativismo, para a esperança de mudar o mundo é um dos principais desafios que nós, organizações da sociedade civil, temos hoje. Não podemos envelhecer, temos que nos renovar, temos que encher nossas organizações de ativistas, encher a rua de ativistas. Enfim, eu espero que com esse espírito a gente trabalhe firme nesses dois dias. Obrigada.

Intervenções do público

Daniel Turibio Rech (Unicafes)

Bom dia, ministro e demais presentes. Já que está chegando de Roma e com a perspectiva de chegar às populações mais pobres, o Papa diz que “a prioridade são os mais pobres.” Eu queria exatamente trazer essa preocupação em relação às iniciativas que se referem à possibilidade de os recursos chegarem às comunidades mais pobres.

Eu venho um pouco marcado pela recusa, nessa semana, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em ajudar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), alegando de que a prioridade do apoio é para estados e municípios. E esses estados e municípios que não chegam, principalmente no caso da Amazônia, não chegam às comunidades. Acho que nós temos que enfrentar urgentemente esse desafio relacionado ao papel das iniciativas sociais em relação ao contato direto com as comunidades, a opção de que se afirma em relação ao apoio, das parcerias com estados e municípios. Nós estamos negando esse aspecto, mas, sem dúvida nenhuma, eu trago essa preocupação no que se refere às iniciativas sociais que estão principalmente na ponta e que necessitam de apoio urgente em relação a continuidade do trabalho.

A maioria dessas entidades que atua na ponta vem enfrentando inúmeras dificuldades e problemas, inclusive, no acesso a recursos, e também em relação às partes de negociação de tal maneira que muitas delas estão desistindo de conveniar ou participar de convênios exatamente frente a essa dificuldade. Então esse é o primeiro foco que eu queria levantar.

Em segundo lugar, como vocês sabem, nós constituímos um coletivo inter-religioso para debater exatamente o marco regulatório, e esse coletivo do qual a gente faz parte reúne diversas igrejas pastorais e sociais, iniciativas sociais. Ele está efetivamente preocupado, de novo, com as pequenas iniciativas, pequenas organizações, a dificuldade de ampliar a atuação dos fundos solidários, das iniciativas que chegam às comunidades locais e que precisam ter urgentemente um tratamento diferenciado. Quem gere a fonte de recurso, não pode tratar essas pequenas iniciativas da mesma forma que trata grandes iniciativas, que trata estados e municípios. Então essa medida é urgente de ser implementada e o espaço de negociação precisa ser ampliado, mesmo que eu deva reconhecer, e vou destacar, o esforço da Secretaria-Geral em relação ao debate recente sobre a modificação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e também o espaço que houve em relação a formulação na medida provisória de modificação da Lei n. 12.101 que trata do Certificado de Entidades de Assistência Social (Cebas).

E, finalmente, para não escapar do meu ponto nevrálgico, eu queria me referir também ao campo do cooperativismo social e a dificuldade de entendimento das cooperativas de ajuda mútua que são diferentes das cooperativas empresariais capitalistas e que, lamentavelmente, são objetivo muito maior do apoio do Estado e de grande parte do governo, mesmo elas não chegando ao meio popular e trabalhador que deveria ser objetivo principal de apoio nessa política social. Obrigado.

José Antonio Moroni (Inesc)

Bom, primeiro ponto é reconhecer todo o esforço que está tendo da Secretaria-Geral nesse diálogo. Isso que a Vera Masagão colocou é um reconhecimento, e a minha fala não quer desconstruir esse reconhecimento, mas vai ser no sentido de uma fala pública, de uma cobrança pública. Eu acho que nós mesmos tratamos dessa questão não só em relação ao tempo do governo Dilma, mas também nos oito anos do governo Lula. Esse diálogo não começou no governo Dilma, começou na campanha de 2002, com a coordenação de campanha do então candidato e com o próprio candidato com o compromisso público que encaminharia isso. Nós passamos os oito anos no governo Lula dialogando, tentando formar esse grupo de trabalho que foi criado via esse Decreto que a Vera colocou, e no final do governo o Lula, foi o interlocutor nomeado pelo governo que nos comunicou que entregaria todo o estudo que havia sido feito, o diagnóstico etc., para o próximo governo dar continuidade.

Então nós não estamos tratando em termos de tempo de três anos de governo Dilma, mas nós temos também nessa nossa crítica que incorporar os oito anos de governo Lula e que o governo Dilma foi uma continuidade, correto? Então, em termos de tempo, vai fazer doze anos que tem um campo da sociedade civil, uma agenda forte de interlocução com o governo sobre esse tema. Então, uma pergunta bem direta (Gilberto, você sabe que eu não sou de meios termos): onde está pegando? Tanto nos oito anos do governo Lula, e agora do governo Dilma?

Porque força política o governo tem. Força política para fazer, tem. Tanto no parlamento, como na própria sociedade, tanto é que outras lutas são trazidas por outros segmentos, como por exemplo, o mundo empresarial, com a questão dos portos. Saiu uma Medida Provisória dos portos, comprando brigas políticas homéricas, mas saiu. Então onde que está pegando?

E aí não tem como deixar passar o discurso que a presidente fez no final de ano, no qual ela reconhece como sujeitos unicamente governos e empresários. Nem os trabalhadores são citados no discurso do final de ano da presidente Dilma. O povo entra como beneficiário das políticas sociais, enquanto sujeito político jamais. Então onde que está pegando? Nós estamos em um espaço privilegiado de diálogo, então eu faço essa pergunta, Gilberto, até porque você foi Chefe de Gabinete do Governo Lula durante oito anos. Onde que pega essa discussão em um governo que é tido como democrático e popular que tenha origem nessas forças populares? Obrigado.

Henrique Lian (Instituto Ethos)

Muito bom dia, gostaria de saudar o ministro Gilberto Carvalho, a Vera Masagão, representando o Comitê, o Diogo de Sant'Anna.

Só complementando, acho que temos uma oportunidade interessante nesses dois dias de abordar aspectos que são complementares à discussão do marco regulatório, e que também diz respeito à criação do ambiente favorável para o desenvolvimento das organizações da sociedade civil, que obviamente depende do marco regulatório, mas passa por outras afirmações da importância das organizações e da sua sustentabilidade econômico-financeira. Nesse sentido, a agenda está bastante consistente, temos temas pontuais, técnicos, para serem discutidos e na reunião ontem com o Diogo surgiu a construção desse espaço no mês de outubro. Então, eu creio que com o andamento mais célere das discussões do marco regulatório, já foram muito tratadas aqui, com o acúmulo dessas discussões sobre financiamento, a questão fiscal, a questão tributária, outras fontes de recursos para OSCs e um trabalho voltado também para a comunicação, a gente pode construir um ponto de inflexão em outubro, ou seja, com o andamento do nosso PL ou o PL do senador Aluísio Nunes com a relatoria do senador Rodrigo Rollemberg

incorporando as teses centrais do nosso PL, mais consistência nas questões técnicas de financiamento que vão além de repasses públicos. A gente tem oportunidade de chegar em outubro e dar uma virada que seria um monte de conteúdos aliados a uma defesa política das organizações da sociedade civil, com a presença da presidente, a presença do ministro e fazer essa mudança. Porque só no Brasil a mídia é considerada mais confiável do que as organizações da sociedade civil, talvez porque ela esteja com o microfone e não as organizações da sociedade civil. E, para a gente tomar esse microfone, talvez tenhamos mesmo que caminhar até outubro com mais solidez, com mais conteúdo técnico e construirmos junto com o governo esse ponto de virada. Era isso, obrigado.

Jorge Durão (FASE)

No mesmo sentido que o José Antônio Moroni, eu acho que nesse momento nós estamos enfrentando um impasse, uma situação de ponto morto que é mais complicada para as organizações da sociedade civil, que se dá no mais alto nível do poder Executivo. Quer dizer, isso tem um efeito, inclusive, desmobilizador sobre a sociedade civil, que é mantida em uma situação de expectativa que já se prolonga há um bom tempo em relação à qual é efetivamente a vontade política do governo da presidente Dilma em relação a essa questão. Seria importante conhecermos qual é a natureza dos bloqueios políticos, se faz sentido continuarmos nesse esforço de diálogo com o poder Executivo ou se só restaria um diálogo mais amplo com a sociedade através do parlamento. O meu apelo, então, é no sentido de que o ministro Gilberto Carvalho tente esclarecer para os interlocutores da sociedade civil, que tanto admiram e respeitam o seu empenho no enfrentamento dessa questão, qual é realmente a perspectiva, ou se nós estamos simplesmente sendo levados a esperar e nada acontecer.

Denise Dora - Fundo Brasil de Direitos Humanos e Pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas

Bom dia ministro, bom dia a todos. Eu concordo e apoio muitas das considerações que foram feitas na mesa pela Vera, pelo próprio Ministro, dizendo de que há um plano em curso. A sociedade civil vem negociando com o governo e pensando o que fazer e desenhando uma estratégia, que envolve repensar o marco regulatório que hoje preside a estatura, a natureza jurídica das organizações da sociedade civil. O que acontece é que a política não se faz só de estratégia - o ministro sabe disso, todos nós sabemos disso -, a política se faz também de táticas, tem momentos em que a gente pode ter a melhor estratégia possível, mas a gente não consegue mover-se, porque nos falta a definição tática de qual é o próximo passo que a gente pode dar para alavancar as mudanças necessárias. E eu acho que, de certa forma, o que o Jorge Moroni falou, outras pessoas falaram, é que nós viemos em um diálogo de construção de estratégias, o que é muito rico, muito interessante, muito solidário e de muita persistência, mas

que talvez nos falte uma definição tática de curto prazo. Bom, agora, até o final desse ano, além do diálogo, o que a gente poderia fazer? Tem um Decreto que dê para fazer, tem alguma instituição, alguma comissão entre Secretarias que se possa criar, tem algo que movimente o campo prospectivamente e que dê, talvez, mais fôlego, mais espaço para o debate estratégico? Acho que essa era uma pergunta interessante de a gente discutir hoje e ouvir dos senhores da mesa. Obrigada.

Ministro Gilberto Carvalho

Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a franqueza e a transparência das falas, tudo o que eu quero fazer com vocês aqui é ser companheiro e ser verdadeiro, e ao mesmo tempo assumir a responsabilidade de governo. Eu não quero que em nenhum momento passe a ideia de que eu ou a Secretaria-Geral somos uma portinha de bondade dentro de um governo todo mal. Seria muito fácil, mas absolutamente desonesto e não verdadeiro. Na verdade, um governo, um projeto, é feito de uma clareza aonde se quer chegar e de um caminho com muitas contradições.

Eu estou chegando agora da Itália e é impressionante quando você sai um pouquinho e olha o Brasil de lá para cá, e olha aquilo que está acontecendo lá, a gente fica assustado com a crise não apenas econômica, mas a crise social, a crise de um pessimismo enorme. E, contraditoriamente, como a viagem foi muito longa, eu li ontem o livro do nosso querido Sérgio Haddad, “Apartamento 34”, que fala exatamente de um tema que muitos de nós vivemos, que é o tempo da resistência. Não tanto apresentar as organizações partidárias daquela época na ditadura, mas dos movimentos que criaram o movimento contra carestias, as comunidades, o movimento social que acreditava na via democrática de construção da base social de mobilização e de conscientização das amplas massas para a gente poder construir a mudança.

Então, eu queria de maneira muito transparente dizer para vocês o seguinte: há sinais de fato muito contraditórios no nosso governo, muito. Há uma Presidenta com coragem de fazer o que o Lula não tinha feito, que é enfrentar o banco, a banca, que é reduzir juros, que é enfrentar as empresas de energia elétrica, que é capaz. E por isso vocês podem notar que o humor mudou completamente na imprensa de novembro para cá em relação ao governo, porque os grandes anunciantes, os grandes poderosos, se você olha o Brasil assim, você tem impressão que o país está acabando, que economicamente nós estamos na falência, parece que estamos pior do que a Europa. Você lê cada dia os jornais, isso não é de graça, há um ataque frontal a toda essa questão.

Então, o que eu quero dizer é que nós estamos vivendo momentos, de fato, muito difíceis e essa mesma presidenta que faz isso vive contradições como todos nós vivemos e eu não vou ficar colocando a

culpa nela não, porque também é a Dilma que autorizou a Petrobras a financiar integralmente a delegação brasileira que vai ao Fórum Social Mundial, isso não é bondade da Petrobras, é uma decisão de governo, de recursos públicos que estão sendo colocados nisso. É a mesma questão, Daniel Rech, e de fato você tem toda razão, há um problema com as cooperativas. Mas, agora a presidenta acaba de autorizar, foi a Arapongas visitar, fazer a inauguração de uma cooperativa de trabalhadores ligados ao MST e ficou encantada, determinou que o BNDES não economize recursos no financiamento das agroindústrias e das cooperativas. E aquilo que está acontecendo lá em Arapongas, que acontecem em várias cooperativas no Paraná e em várias Cooperativas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, sobretudo, é extraordinário do ponto de vista do apoio a economia da agricultura familiar e assim por diante. É o mesmo governo que teve sim a crise da ASA, eu acompanhei de perto, mas não conseguimos superar, retomamos, nós estamos agora dolorosamente vivendo - aliás, eu devia ter aberto a nossa fala lembrando-se disso - um drama tremendo de mortes pela seca no Nordeste e pelas enchentes em Petrópolis, e há erros do governo também nisso, no caso, muito mais governo estadual e municipal, por falta de medidas tomadas.

Mas eu queria aqui até falar da solidariedade a esse sofrimento. Então, o que ocorre dentro de um governo como esse é que há contradições, mas tem um sentido do qual eu me orgulho nesse governo que é o sentido do combate efetivamente à miséria, que é - eu penso - o objetivo fundamental da nossa geração. Agora, cabe à gente que está dentro desse governo dar o combate das várias visões que existem, dar o combate e colocar esse componente forte de que sem a participação da sociedade civil não vai se terminar com a miséria. Pode do ponto de vista monetário acabar, atribuir uma renda, mas a miséria vai muito além da questão meramente monetária de você chegar, fazer chegar uma renda à pessoas. Há uma questão cultural, uma questão de educação, uma questão de saúde, de reconstituição da família, tanto assim que a presidenta no dia em que comemorava, digamos, a chegada da renda a todos os brasileiros (a quase todos os brasileiros, ela dizia), não foi à toa que precisou o lema, o fim da miséria é apenas um começo. Um começo do quê? De uma reconstituição de uma sociedade, de uma reconstituição das relações, dos laços, e aí a sociedade civil tem todo o papel, todo o sentido.

Então, Daniel Rech, Jorge Durão, todos vocês que falaram, ninguém está enganando ninguém aqui não, e ninguém está considerando vã a luta, o que eu digo é que a mesma paciência, a mesma persistência que nós tivemos lá atrás para vencer a ditadura, para reconstruir a democracia, para eleger governos populares, são pedidas de nós, de vocês, da sociedade civil e nós que temporariamente estamos usando, estamos ocupando um cargo de responsabilidade no governo. Foi por isso que quando eu fiz a minha primeira fala, eu disse que eu estou aqui renovando um compromisso. Seria mais fácil

a gente fugir de vocês, talvez, mas nós não fugimos, estamos aqui de cara limpa ouvindo, renovando esse compromisso, e eu não tenho dúvida, Denise, que até muito antes do final do ano nós teremos sim um avanço importante. Eu espero não só no final do ano, nos próximos meses, a gente ter dado esse passo que falta na questão do nosso projeto e fazer avançar.

Agora, é fundamental, acima de tudo, que esse diálogo continue, que vocês nos façam ver as contradições, é muito importante nós estarmos aqui sentados e ouvir o que acabamos de ouvir, porque isso aqui tudo funciona na cabeça da gente, renova na gente uma energia, uma determinação e uma teimosia, para que esses sinais positivos dentro do processo de contradição cresçam em detrimento dessas questões que deixam de avançar.

Então eu quero renovar aqui o desejo de discutir e de ampliar a questão da cooperativa, quero entender, Daniel Rech, o que aconteceu com a história do BNDES e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), qual é a natureza desse problema, porque o mesmo BNDES, com a Fundação Banco do Brasil, estão agora financiando sem limitação de recursos, insisto, sem limitação de recursos as pequenas agroindústrias de cooperativas da agricultura familiar.

Então vamos trabalhar essas questões, estamos dispostos a fazer isso aqui, e quero dizer a vocês: eu tenho muito orgulho da nossa presidenta, da clareza com que ela mira a questão da pobreza, a questão do fim da miséria. É verdade que há uma visão sim que privilegia o pacto federativo, mas a nós é dado o desafio pela nossa competência, pela nossa capacidade de argumentação política e demonstração de que esse trabalho federativo necessariamente tem que passar pela mobilização da sociedade, senão ele não acontece. Foi tema, aliás, de uma conversa ontem na nossa viagem.

Então eu só quero dizer isso para vocês que, da nossa parte, e da parte da presidenta, vai continuar a determinação de seguir nesse caminho. Dez anos, doze anos, é muito? É, podia ter sido muito melhor. Agora, uma coisa eu quero dizer para vocês: não faltou, nem falta, da parte do presidente Lula, da presidenta Dilma, e do conjunto do governo, honestidade para reconhecer esses problemas, mas, sobretudo, a intenção clara de inverter as prioridades e de construir essa sociedade que a gente sonha, isso não falta. A gente erra muito, mas a pesquisa que saiu anteontem não deve nos iludir, nem pode nos fazer achar que nós estamos certos, mas ela mostra que o povo tem entendido esses sinais, porque com toda essa pancadaria toda a gente continuar contando com o apoio popular é porque o povo está entendendo que as pessoas que ocupam esse governo nesse momento são pessoas sérias, responsáveis e com um objetivo claro de construir, de fato, uma sociedade.

Então eu quero me desculpar, de fato, e reconhecer os erros, mas afirmar que esses erros vêm combinados, misturados - como é tudo

na vida - com muitos acertos, e acima de tudo com a vontade de continuar, de acertar e de corrigir os caminhos. Era isso que eu podia dizer para vocês, muito obrigado.

Relatoria da apresentação pela Secretaria-Geral da Presidência da República dos subsídios técnicos para cada eixo de discussão

Participantes

Diogo de Sant'Ana - Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes - Assessora Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República

5.3.2 Relatoria das falas

Diogo de Sant'Ana

Bom, então essa foi a mesa de abertura, na qual a ideia era conseguirmos dar oportunidade para as pessoas fazerem um debate bastante franco com o ministro. Acho que o ministro Gilberto é uma pessoa que se dispõe a esse tipo de debate e eu acho que foi muito importante para começarmos essa oficina colocando alguns pontos que são fundamentais para nós.

Nessa segunda etapa, entramos propriamente no tema do Diálogo Intersetorial e a ideia aqui é fazer uma coisa bem objetiva. Eu vou fazer uma fala geral, eu acho que até vai responder algumas perguntas que foram feitas para o ministro com um pouco mais de detalhamento, depois vamos ter uma fala da Laís para direcionar e tentar organizar esses nossos dois dias de trabalho.

Queria, antes de começar a fala, convidar o Eduardo Szazi e o Adriano Campolina e a própria Vera Masagão, para manter aqui uma mesa de trabalho. Só para deixar claro, tinha uma reunião marcada com o ministro ontem, que caiu por conta da visita do Papa. Então, fizemos questão de fazer esse momento aqui no começo da nossa oficina para que não se perdesse a oportunidade de que todas as pessoas reunidas pudessem dialogar diretamente com ele.

Então, tem muitas pessoas aqui, além [dos representantes] da plataforma, que contribuem com esse debate, contribuem com a gente em outros fóruns, mas aquele momento foi um momento importante para a gente organizar, enfim, pôr alguns “pingos nos is”, para que pudéssemos começar. Então, o que eu queria ressaltar e explicar, na verdade, nessa fala inicial, é como a gente está entendendo a agenda. Durante o grupo de trabalho e, mesmo antes, nas discussões que o próprio ministro Gilberto, e recuperando as discussões que outros vários grupos de trabalho já fizeram - como lembrou bem o Moroni aqui no começo da nossa discussão -, ao longo do governo Lula e, mesmo antes do governo Lula. Acho que o próprio

governo do presidente Fernando Henrique contribuiu muito com as discussões, com vários debates. Recuperamos muita coisa boa, que foi discutida no âmbito do Comunidade Solidária, o nosso diagnóstico foi fundamental e, isso tem que ser sempre repetido. Nas oportunidades que temos de discutir esse tema a gente chamava os vários setores da sociedade, a academia, o Ministério Público, juízes, as organizações da sociedade civil, o parlamento, enfim. E, nas várias oportunidades em que isso ocorreu, geralmente a gente tinha uma excelente fase de diagnóstico, em alguns grupos de trabalho se avançava, inclusive, para o apontamento de alguns pontos críticos – raramente, tirando algumas exceções – mas geralmente iniciativas de professores ou de membros do Ministério Público ou do próprio poder Judiciário ou de algum parlamentar, se avançava no sentido de construir um marco regulatório propriamente dito. Propostas de projetos de lei, decretos, enfim, que alterassem a situação atual, de maneira que a gente percebeu claramente, no início desse trabalho, que o nosso maior desafio era fazer uma unificação, vamos dizer assim, da comunidade entorno dessa discussão e tentar construir algumas linguagens. Obviamente, não tentando escamotear ou não tentando limitar a diversidade que esse debate carrega, mas tentando construir pontos fundamentais nos quais o governo teria, como governo, que atuar e orientar por meio desse diálogo, o debate que está acontecendo na própria sociedade e no próprio parlamento.

No caminho do nosso grupo de trabalho, identificamos claramente que o ponto da contratualização era para nós naquele momento, o ponto mais crítico, porque a contratualização, de fato, é uma responsabilidade do governo. Ali estamos tratando de controles e da forma da relação entre Estado e sociedade civil, geralmente por meio de transferências voluntárias do governo federal e, ali, a agenda ficou muito – até por conta dos outros dois decretos que tinham acabado de sair quando o grupo foi instalado – voltada para esses dois temas.

Mas, mesmo no grupo de trabalho – fruto do próprio seminário internacional, que abriu os trabalhos do grupo – a gente viu claramente que outros dois temas tinham uma importância estratégica tão fundamental ou, até mesmo, no caso do que a gente está discutindo aqui, mais fundamental do que o próprio tema da contratualização, que é o tema do financiamento, da sustentabilidade das organizações, e o tema da certificação, que acho que junto ao do tema da contratualização compõem o que a gente chamaria do geral do quadro do marco regulatório.

Ou seja, no nosso diagnóstico a gente só vai ter, só vai conseguir o objetivo de ter um marco, um novo marco regulatório para as organizações da sociedade civil no Brasil, se a gente trabalhar o tema da contratualização, o tema do financiamento, de sustentabilidade e o tema da certificação. Mais ainda, a gente tem certeza que só vai conseguir trocar o patamar do marco regulatório, colocar num patamar superior, se a gente conseguir fazer com que esses temas

tenham uma coerência entre si, que a contratualização não vá para um lado, o financiamento e sustentabilidade tenham outro sentido, e o debate da certificação vá para outro completamente diferente.

Na verdade, todo o nosso esforço é para que isso não aconteça e o nosso diagnóstico, mesmo com as boas intenções desse governo, desse ciclo de governo nos últimos 10 anos, e do próprio governo do presidente Fernando Henrique, o que aconteceu é que essas coisas têm sido discutidas de maneira atomizada e fragmentada e isso tem gerado um problema para essa discussão. Então, todo o nosso esforço, e essa oficina está sendo realizada para que a gente discuta profundamente esse tema e por isso resolvemos chamar os vários atores que estiveram conosco no primeiro debate da contratualização e agregar a esses atores outras contribuições também importantes, para que a gente faça esse debate um pouco em continuidade a essa primeira etapa da contratualização e que a gente caminhe, continue caminhando no mesmo sentido.

Nosso diagnóstico, por fim, é que a gente não vai conseguir... Por mais que a gente tenha uma estratégia de mudanças incrementais, que são importantes no marco regulatório, qualquer coisa que mude na LDO, qualquer coisa que mude no decreto, nas portarias que orientam as entidades, nas próprias regras de condução do Siconv, essas coisas ajudam, mas para falar em um novo marco regulatório para as organizações da sociedade civil a gente tem que falar dessas coisas num conjunto. Por fim, eu queria abordar aqui um tema que foi perguntado e acho que várias pessoas perguntaram diretamente ao ministro e ele fez uma fala rápida e eu queria aprofundar alguns pontos para explicar os nossos diagnósticos a partir do material que a gente já recolheu e do diagnóstico que a gente já construiu a partir das contribuições de vocês.

O que mais intriga, acho que a todos, quando participam desses debates com a Secretaria Geral e acho que essa pergunta foi feita aqui explicitamente, várias vezes, é assim: "Qual é a estratégia? O que pega? O que vocês estão pensando? Como vocês estão pensando em trabalhar a coisa?". Bom, do ponto de vista prático, como é que a gente está pensando essa questão e como a gente vai concretizar isso que eu coloquei abstratamente que é unir esses três temas, do financiamento de sustentabilidade, da contratualização e da certificação num bloco único que componha o novo marco regulatório? A nossa estratégia passa por construir um acúmulo de discussão muito forte entre os atores que participam disso, acho que essa oficina contribui para isso. Mas o que a gente tem visto é que, mesmo com todo nosso esforço, a discussão ainda é atomizada e os momentos em que ela acontece acabam dispensando alguns esforços que a própria sociedade civil faz e que o próprio Governo faz, então, a primeira coisa é a gente concentrar, começar a trabalhar temas fundamentais, pontos críticos fundamentais, falando a mesma língua,

ainda que haja diferença de interpretação sobre determinados pontos entre nós. Então essa é uma primeira estratégia importante.

E, do ponto de vista concreto, em termos legislativos, a nossa estratégia é até abril ter um projeto de lei no Congresso, para chamar de nosso, vamos dizer assim, nosso não no sentido de que a gente apoia 100% do que estiver lá, mas apoia os pontos fundamentais e as teses fundamentais. E eu acho que isso está indo super bem, o diálogo com o próprio Senador Rollemberg, com a equipe do Senador Aloysio, eu acho que com a equipe dos outros Deputados da Câmara, que fizeram proposições semelhantes também, é um diálogo de alto nível que acho que vai render frutos bastante importantes no curto prazo.

É importante, também para a gente construir, por meio de um decreto que a gente tem discutido e tem avançado, no âmbito do governo, avançar para discutir o ponto da questão de pagamento de pessoal e algumas regras de prestação de contas. E a nossa intenção é que esse decreto saia o quanto antes e a gente tem confiança de que ele deve sair num intervalo de tempo curto. E também trabalhar já algumas medidas incrementais e aí, sim, do ponto de vista incremental, mas que resolve um pouco uma agonia que prejudica e contamina muito o debate na questão do CEBAS, que hoje tem aquela história do protocolo, dos prazos, quem está intempestivo, quem não está... Enfim, isso tem contaminado muito uma discussão mais profunda que a gente poderia fazer, então é um ponto que a gente tem que atacar e que tem que resolver no curto prazo.

Essa primeira agenda que comporia um cenário mais ligado à contratualização é uma agenda que, dentro da nossa estratégia e dentro da nossa tática e respondendo à Denise, acontece de uma maneira mais forte aí, nos meses de abril e maio. Essa oficina que estamos construindo aqui hoje é um passo, ela não é o primeiro, mas ela é um passo muito fundamental para que nós, assim como construímos, do ponto de vista da contratualização, temas fundamentais, nos quais a gente consegue despejar a nossa energia para fazer andar para frente, a gente faça a mesma coisa nesses seis blocos que eu li aqui, no começo, que é na questão da simplificação da desburocratização, da cultura das doações, trabalhando um pouco os incentivos, a questão do fundo e dos fundos públicos, na cooperação internacional e, fazer um debate mais aprofundado na questão do empreendedorismo social e solidário, que esse sim, a gente tem muita coisa boa espalhada. Mas, nesse ponto, a gente tem uma estratégia, a Laís vai apresentar com mais detalhe, ainda muito embrionária do sentido que a gente deve caminhar.

Ou seja, qual é a nossa intenção aqui? É construir, da mesma forma que a gente construiu na contratualização, propostas concretas nas quais a gente despeja a nossa energia política para fazer a agenda andar para frente de uma maneira bastante concreta. Como o tema que a gente está tratando aqui tem delicadezas ainda maiores que as

delicadezas do tema da contratualização, que envolve incentivos, envolve recursos, então tem debates, inclusive internos, da própria sociedade civil, muitos debates internos ao governo, visões diferentes da Academia, qual que é a nossa intenção? É construir os pontos críticos, a agenda e a Secretaria-Geral teria, um pouco, a responsabilidade de, no momento posterior, dar um retorno do que a gente trabalhou, qual é a síntese que a gente constrói a partir do nosso acúmulo e, também, das condições políticas que a gente veio para fazer essa agenda avançar. De maneira que a gente tem construído, até o Henrique comentou aqui, nós estamos trabalhando numa agenda para, em outubro, fazer um grande encontro com as organizações da sociedade civil do Brasil e reunir, além das organizações da sociedade civil, outros fóruns, como fóruns de pesquisa, fóruns do Judiciário, enfim, trazer para dentro para que possamos fazer essa discussão do marco regulatório de maneira unificada.

Mas, todo esse nosso esforço é para que, nesse fórum, em outubro desse ano, a gente já tenha essas propostas amadurecidas e que compõem uma estratégia minimamente consensuada, para que possamos fazer essa agenda avançar, e aí, obviamente, uma vez construída essa agenda, a gente consegue sair para a rua, conversar com o Parlamento, debater com a Academia, debater em outros fóruns, não tão diminutos, nas conferências, enfim, fóruns maiores, esse tema da sustentabilidade já em cima de propostas mais concretas.

Então, as pessoas nos perguntam muito isso: “Qual é a estratégia de vocês?”. Essa é a nossa estratégia, é construir propostas com muita qualidade técnica, com grau elevado de consenso, para que esse debate consiga avançar, tanto na sociedade, quanto no Parlamento e dentro do próprio governo. Por isso já fizemos esse agradecimento no começo, volto a fazer aqui: a gente agradece imensamente as pessoas que pararam seu tempo, se dedicaram, mandamos as perguntas, várias coisas boas já chegaram, isso tem nos ajudado muito a trabalhar e a fazer essa agenda avançar. E, como o Ministro disse, e a Vera até comentou aqui no começo, nós temos convicção – pode ser uma convicção até alienada, vamos dizer assim –, de que essa agenda já avançou muito dentro do governo, dentro da própria sociedade e que nos próximos anos a gente vai ter um avanço, em grau, não numa progressão aritmética, mas numa progressão geométrica, vamos dizer assim. Então, com isso eu queria passar a palavra para a Laís, que vai fazer a apresentação dos pontos, nossos diagnósticos sobre esses seis pontos.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Bom dia. Acho que antes de iniciar a apresentação dos subsídios, queria falar que na metodologia pensada, todo mundo que está aqui está inscrito em algum grupo, então a gente vai expor aqui um resumo do que chegou, um resumo dos desafios de cada grupo, para

que possamos entender que não há um direcionamento, uma proposta fechada em cada um deles, mas há propostas em estágios mais avançados e há grupos que têm ainda discussões mais embrionárias, a gente vai lidar com isso nos diferentes grupos, acho que isso é uma coisa de premissa para todos eles.

O Diogo já explicou que a gente tem esses três eixos, então onde estamos hoje não contamina com a agenda anterior de contratualização, mas a gente começa uma agenda nova de financiamento de sustentabilidade econômica, aqui é um pouco um resumo. Para trabalhar a complexidade dessa agenda, justamente porque as organizações da sociedade civil têm diferentes formas de financiamento, elas podem ter formas de financiamento que sejam puramente privadas, que sejam de doações ou patrocínio, sem necessariamente ter um incentivo fiscal, sem entrar alguma atuação do Estado nesse sentido, inclusive, recursos de cooperação internacional. Ela pode ter, também, recursos próprios, de autofinanciamento, ela pode ter contribuições de associados, comercialização de mercadorias, prestação de serviços ou ela pode também ter um recurso governamental, que aí, então, com diferentes naturezas que podem ser tanto por meio dos recursos públicos - e aí tem as modalidades dos instrumentos de parceira -, como também há a possibilidade do incentivo fiscal. Enfim, entre outras potencialidades que, considerando também as imunidades e as isenções como recursos que são destinados, são aproveitados pelas organizações.

Aqui a gente tentou construir um quadro que explica melhor isso tentando demonstrar um pouco essa complexidade das fontes de financiamento, da diversidade dessas fontes e porque a gente agrupou nos seis eixos que a gente agrupou. Então, essas fontes podem ser tanto internacionais como podem ser nacionais. No âmbito internacional, pode ser tanto de cooperação internacional, como agências governamentais, embaixadas, quanto pode ser por meio de cooperação internacional de privado para privado, assim como organismos internacionais e regionais. Fundações, institutos... Tem também as filiais, as organizações que são afiliadas de organizações internacionais, e indivíduos, internacionalmente, também podem cooperar com as organizações brasileiras. No âmbito nacional, a gente teria aí a possibilidade do que a gente já conversou, de instrumentos de parceria, os fundos que são fundos que já existem, além da possibilidade de criação de novos, repasses de órgãos da administração indireta, as estatais, benefícios fiscais e leis de incentivos. No âmbito privado, doações ou patrocínios, bolsas de estudos, tem também indivíduos, empresas, universidades, fundações, fundos independentes e, no caso dos recursos próprios, vendas de bens, prestação de serviços, contribuições, eventos, ingressos de eventos, o voluntariado também é um recurso, direitos autorais, propriedade industrial, royalties, receitas de investimentos,

enfim, são diversas as fontes e possibilidades de financiamento da sociedade civil.

Então, a partir desse cenário, agrupamos em seis eixos. Esse diagnóstico já vem desde o plano de ação do seminário, avançando agora com algumas discussões e que a gente pretende aprofundar nesse espaço entre hoje e amanhã. O primeiro deles é a simplificação, desburocratização, cultura de doação, incentivos, fundos públicos, cooperação, empreendedorismo social solidário. Antes de entrar nos eixos vou fazer um apanhado rápido do que chegou. A gente enviou um formulário opcional para detalhamento de subsídio, para todo mundo e a gente recebeu - de 23 participantes - 35 contribuições. Esse formulário foi um exercício prévio a essa oficina, então a ideia foi, justamente, de já que quando fosse pensar numa proposta, que a gente já pensasse na integralidade, dos riscos dessa proposta, dos avanços que ela pode ter, quem deveria ser envolvido para a implementação dessa proposta, enfim, o formulário faz parte desse processo de exercício prévio.

A gente teve uma distribuição relativamente equitativa, todos os grupos receberam proposta, sendo que o que mais recebeu proposta foi o grupo de incentivos fiscais, e os outros, mais ou menos, na mesma proporção: cinco, quatro, cinco, seis e quatro. Então, todos receberam propostas. No eixo de simplificação e desburocratização, existe o interesse de se aprofundar a discussão sobre o Simples Social - eu vou falar um pouco disso, vou só citar todos, depois a gente volta. No eixo de simplificação, também há a ideia de tentar padronizar mais procedimentos administrativos; no eixo de cultura de doação, campanhas e políticas de estímulo e regulamentação de fundos patrimoniais foi o que apareceu; no eixo de incentivos fiscais foram várias, mas a maioria são alterações nas regras dos incentivos vigentes e conscientização quanto ao uso, a criação de incentivos e vinculação de novas receitas; no eixo de fundos públicos, a criação de um fundo específico que seja direcionado à organizações da sociedade civil e a participação social, além da revisão da legislação e ampliação do acesso aos recursos existentes; no eixo da cooperação internacional, alterações normativas, visando a abertura de poder enviar recursos para fora, do Brasil poder ser sede de redes latino-americanas, coisas parecidas e formas de controle para o trânsito de recursos; no eixo de empreendedorismo social e solidário, a normatização de novas práticas de cooperativismo e economia solidária, além da regulação de empreendimentos sociais e atividades econômicas de organizações.

Então, no eixo de simplificação qual foi a pergunta macro que a gente propôs? Que medidas de desoneração e/ou desburocratização podem auxiliar nos procedimentos contábeis e fiscais das organizações? A ideia do Simples Social se inspira muito no Simples Nacional, mas ela pode se inspirar também no SIMEI, que é o sistema de tratamento tributário diferenciado que cria o tipo do Microempreendedor

Individual, também é um, uma fonte de inspiração, ajuda a simplificar e desburocratizar a gestão e também pode retirar da informalidade atividades econômicas das organizações que, eventualmente, não estão contabilizadas ou que pode auxiliar a arrecadação fiscal. Mas tem um desafio de encontrar um equilíbrio nessa proposta, porque não dá para aplicar as mesmas regras que são aplicadas às entidades de natureza puramente econômica para as organizações da sociedade civil. Entre os desafios, a gente pode elencar quais seriam as áreas de atuação, como caracterizar uma entidade de pequeno e médio porte, seria por faturamento? Os recursos públicos, dentro das entidades, não são tributáveis, as entidades são mandatárias do recurso público para executar determinada política, se a gente coloca essa distorção, uma entidade que recebe R\$100.000,00 por ano de recursos privados, pode ser considerada de pequeno porte, se ela recebe R\$3.000.000,00 de recursos públicos, esse recurso não entraria para a receita de faturamento e ela consideraria pequena ou grande?

Então, não dá para ser só por faturamento e aí tem diversas possibilidades. O Sílvio também traz bastante a ideia de sair dos critérios, tanto de faturamento e área de atuação e criar novos critérios. Acho que aqui o desafio desse grupo vai se estender um pouco mais para além dessa oficina, até porque houve uma chamada pública, uma parceria com o Ministério da Justiça e o IPEA, que tem um projeto que chama Pensado o Direito, que é para democratização da elaboração legislativa, e nesse projeto, uma chamada sobre a tributação das organizações justamente impõe esse desafio de trabalhar a potencialidade de criação de um Simples Social. Quem foi selecionado para essa bolsa foi um Professor Doutor da Fundação Getúlio Vargas, que está aqui presente na oficina. Então, a ideia é que esse grupo, além de trabalhar aqui, deve dar continuidade ao trabalho – posteriormente ele tendo um tempo de seis meses para apresentar os resultados dessa pesquisa – então esse é um grupo que, para além do que a gente vai discutir hoje, ele tem um apoio posterior para apresentar seus resultados.

Sobre cultura de doação, a ideia é a gente pensar qual é o grande desafio, como o Estado pode estimular a cultura de doações no Brasil? Como é que a gente poderia aumentar as doações dos entes privados para os entes privados sem fins lucrativos? E aí, para estimular a cultura de doação no Brasil, a gente precisaria pensar um pouco qual seria esse plano de doação que tenha a participação do Estado. Nesse momento, estamos construindo subsídios para a criação dessa agenda. Como é que a gente identificaria fontes de financiamento independente de incentivos fiscais? E aí tem uma demanda muito concreta nesse grupo também, de aperfeiçoar o ambiente jurídico-institucional, para a criação dos endowments patrimoniais. Já existe um projeto de lei no Congresso nesse sentido, que é para a criação de fundos patrimoniais para universidades públicas e existe um grupo de trabalho que já está com propostas

avançadas nesse sentido de ampliar para além das fundações, das universidades públicas, para outros tipos de fundações, então esse é um debate que também vai ser travado dentro do eixo de cultura de doações, para além de outras propostas que possam surgir.

No eixo de incentivos fiscais, a ideia é a gente trabalhar quais seriam as medidas administrativas ou normativas que sejam necessárias para a melhoria do cenário de doações com incentivo fiscal para organizações da sociedade civil. Então, um pouco da provocação é que existem diversos tipos de incentivos fiscais que as organizações podem acessar - a gente está falando aí tanto do incentivo à criança e ao adolescente, o incentivo que existe na área do idoso, o incentivo à cultura, da lei de incentivo ao esporte. A gente tem um novo na área de câncer e deficiência, existe também um incentivo que é de todos eles, o único que é voltado para as organizações da sociedade civil que independe de projeto e que é focado no certificado (o título), é o que é destinado às Oscips e às entidades que têm a declaração de utilidade pública federal. Uma alternativa ao título de utilidade pública federal de 1935, num outro debate sobre certificação a gente vai aprofundar um pouco também esse tema. Mas que alternativa? Esse é o incentivo que muito se discute, porque há um desejo de abrir para pessoas físicas e há um desejo também de, enfim, tentar pensar ele de maneira mais ampla. Será que se a gente fortalecesse o Cadastro Nacional de Entidades - que hoje é gerido pelo Ministério da Justiça -, sem a necessidade de criar um novo cadastro, a certidão de regularidade desse cadastro não poderia ser uma alternativa ao título de Utilidade Pública Federal, por exemplo? Essa é uma proposta que a gente tem discutido com o Ministério da Justiça e também está colocada no grupo de incentivos fiscais.

No grupo, se a gente caminha nesse sentido da revogação da Utilidade Pública, por exemplo, para resolver os benefícios fiscais, isso fez parte do diagnóstico do grupo de trabalho anterior. Precisaria, de fato, resolver os benefícios que estão atrelados ao título de Utilidade Pública Federal e aí, para além do incentivo fiscal, a gente tem também, as mercadorias apreendidas na Receita. E existe uma experiência específica do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Trabalho, da possibilidade de que essas mercadorias apreendidas, de posse das organizações, possam ser vendidas - o que não é aberto a todas as organizações -, o que poderia gerar mais receita, então isso também é uma possibilidade e também é uma proposta que pode ser encaminhada. A ideia é que a gente trabalhe dentro dessa lógica de propostas que possam ter incrementos procedimentais e, eventualmente, alguma alteração normativa. Sempre pensando na questão tributária, na lei de responsabilidade fiscal, porque tudo que a gente conseguir fazer sem o impacto fiscal, a priori, tem um encaminhamento mais ágil, mais rápido.

No eixo de incentivos fiscais a gente preparou, organizou os subsídios para entregar para os pontos focais, que são pessoas da Secretaria

Geral do Ministério da Justiça que vão estar ajudando em cada um dos grupos. Então, nós organizamos esses dados dentro da Secretaria Geral, mas eles estão disponíveis dentro do grupo de incentivos fiscais. Aqui, são os dados de 2007 até 2012, de utilização dos incentivos fiscais no Brasil e se percebe que o maior deles, 70% da utilização de incentivos fiscais hoje, no Brasil, é na área de cultura. Se comparar a cultura com os outros incentivos fiscais que não são destinados à organizações da sociedade civil, o percentual da cultura é muito menor, ele representa bem menos dentro da área, se for compará-lo com a área mais econômica. Mas, dentro das organizações da sociedade civil que têm a possibilidade de utilizar o incentivo fiscal à cultura, ele tem uma representatividade grande, e em segundo lugar o da criança e do adolescente e, enfim, os demais têm uma distribuição menos equitativa. Claro que o de câncer e deficiência, que é mais novo, não tem ainda os dados anteriores.

Eu queria destacar que, por exemplo, vocês devem ter acompanhado uma novidade que foi conquistada, no caso do incentivo fiscal da criança e adolescente, que é a possibilidade de que as doações sejam feitas no exercício fiscal posterior. O que isso significa? Antes dessa alteração legislativa, você só podia fazer a doação até 31 de dezembro do determinado ano e fazia a apresentação da declaração do imposto de renda até 31 de abril do ano seguinte. Hoje, na extensão desse prazo, você pode fazer até o ajuste da declaração. Uma medida procedimental que a Receita implantou já esse ano, a declaração de imposto de renda já tem um simulador, depois que você termina a declaração, tem um simulador da doação e tem lá a possibilidade de ser para o fundo federal, estadual ou municipal e já tem o valor que você tem de potencialidade de doar. A gente espera que essa medida seja bastante divulgada e que isso possa aumentar o número das doações para esse incentivo de criança e adolescente. Ele gera uma guia justamente para que a receita possa controlar se essa doação se refere ao ano fiscal de 2013 ou de 2012. Então tem essa característica, mas isso só acontece no incentivo à criança e adolescente, então tem várias características que são específicas de cada um dos incentivos. Não seria o caso de, de repente, pensar em uma principiologia para os incentivos? Como organizar melhor, o que dá para fazer? Acho que a gente vai abrir para o debate depois, tem algumas propostas específicas de tentar ver regras comuns para unificar. Tem que deixar muito claro que ninguém quer perder direitos conquistados, então, a ideia é sempre avançar daqui para frente.

Uma demanda bastante recorrente é de que os incentivos também pudessem ser utilizados por pessoas jurídicas que tributam pelo lucro presumido. Hoje o potencial doador de incentivos fiscais é uma pessoa jurídica que tributa pelo lucro real, que é aquele lucro que é apurado, porque ele tem todas as deduções, ele é aberto com todas as despesas. Na legislação tributária, quando você utiliza incentivo, a legislação te obriga a tributar pelo lucro real, então, modificar isso não é uma tarefa muito simples e a gente trouxe aqui os dados para

pensar que a grande maioria, um percentual enorme de empresas no Brasil, tributam pelo Simples, que é um sistema tributário diferenciado. Tem uma média de empresas que tributam pelo lucro presumido e um número muito menor de empresas que tributam pelo lucro real. Mas, o que esse dado reflete em termos de concentração econômica? No caso do Simples, a movimentação de recursos é muito menor e, disparadamente, a concentração de riquezas está no lucro real, então além de ser uma mudança relativamente difícil de fazer, a gente tem aí uma realidade de que isso também não modificaria integralmente o cenário, mas isso é só dado para que possa ser subsídio para o trabalho do grupo.

No eixo de fundos públicos, a pergunta macro é: quais são as medidas necessárias para melhorar o acesso a fundos públicos e para a criação de novas fontes de financiamento com esse formato? A criação de um fundo público depende de autorização legislativa, então pode ser que o grupo consiga quebrar a cabeça e pensar outra forma que não seja um projeto de lei, mas, mexendo com dotação orçamentária pública, ela vai requerer uma autorização legislativa, isso tem que ficar em mente. Aqui a gente tem um desafio também de tentar explorar outras fontes de recursos que não só o orçamento geral da União e, nesse sentido, a Inglaterra, por exemplo, passou uma lei sobre dinheiro dormente, que são os recursos que são deixados nas contas correntes e não reclamados há mais de 15 anos – normalmente frutos de herança, de pessoas que faleceram e não tiveram herdeiros. Eles foram repassados para um fundo que foi criado, chamado Big Society Capital, que, justamente, aporta recursos em bancos sociais ou entidades intermediárias agregadoras de projetos. Esse tipo de mecanismo também podia ser um potencial no nosso caso. A gente tem no Brasil, a legislação sobre a herança vacante, quando a herança não é reclamada e que vira herança jacente e, por exemplo, no Estado de São Paulo, até antes do Código Civil, todo o recurso de herança vacante ia para a USP, para a UNICAMP e para a UNESP. Então, são mecanismos que já existem, outras formas podem ser pensadas também, mas esse aqui é um exemplo para a gente se inspirar de que o desafio de criação de fundos públicos também pode envolver diferentes dotações orçamentárias.

E há também a discussão dos fundos solidários, que seria a atuação local em rede para disseminação de recursos de práticas solidárias. Aí tem todo um acúmulo da Cáritas e de uma série de organizações que trabalham com esse tema também, então a ideia aqui é a gente tentar trabalhar uma proposta. A gente fez um mapeamento de, no mínimo, catorze fundos públicos que podem ser acessados pelas organizações da sociedade civil. E aí tem – isso também vai estar de subsídio do grupo – o Fundo Nacional de Meio Ambiente, criança e adolescente, idoso, mudança do clima, Amazônia, universalização dos serviços de telecomunicações, saúde, assistência social, desenvolvimento científico e tecnológico, combate e erradicação da

pobreza, cultura, defesa de direitos difusos e o fundo de habitação de interesse social. Eles têm dotações orçamentárias diversas, dotações orçamentárias que sejam do Orçamento Geral da União, doações com dedução do imposto de renda, rendimentos de aplicações, percentual de contratos de concessões, receitas de alienações de imóveis, doações de organismos ou governos estrangeiros ou de multas e indenizações, além de doações e rendimentos. Então, o que a gente percebe é que, tematicamente, já existem diversos fundos que podem ser acessados pelas organizações da sociedade civil. O que se identifica como uma ausência no cenário seria um fundo que investisse na capacidade institucional das organizações, no seu desenvolvimento institucional e também na atuação para o controle social das políticas públicas, para a participação social, para a democracia participativa. Então, esse grupo tem uma proposta já discutida anteriormente, mas que traz também para ser ampliada aqui, de pensar um fundo público para desenvolvimento institucional das organizações e para a democracia participativa.

O eixo de cooperação internacional trata a pergunta macro: quais são as medidas que devem ser adotadas para melhorar o ambiente legal que incide na cooperação internacional por organizações da sociedade civil? Qual é a questão aqui? Quando a legislação tributária diz, tanto para a imunidade quanto para a isenção, que é preciso aplicar todos os recursos no país, isso se apresenta como um obstáculo para as organizações que querem enviar recursos para fora, cooperar internacionalmente. A sociedade civil pode querer cooperar e tem diversos exemplos dessa natureza, teve tecnologias sociais para enviar para outros países, na África, assistência humanitária, e o exemplo que eu já citei, quando o Brasil era escolhido para ser sede de uma determinada rede, isso é muito comum no âmbito da América Latina. O Brasil tem muita legitimidade política para sediar essa rede. Mas, juridicamente, tem uma questão quando envia o recurso para fora, então a ideia aqui é refletir como pode ser fomentada essa possibilidade de enviar os recursos para fora sem que isso descaracterize a imunidade tributária e a isenção. Mas, também sem fazer com que o país vire um lugar aonde as organizações venham de fora captar recursos para mandar dinheiro para outros países. A gente tem aí um desafio de construir um sistema que tenha controle para evitar a (*ininteligível*) fiscal. Então, aqui também tem uma discussão nesse eixo, do recebimento dos recursos de cooperação internacional. Há várias análises de diagnósticos que ele mudou de perfil, mudou de agenda, então a ideia é um pouco essa do grupo de cooperação internacional.

E no último eixo, que é sobre empreendedorismo social e solidário, a ideia de discussão é como aperfeiçoar o ambiente jurídico para abarcar as iniciativas de empreendimentos sociais e solidários. Nesse grupo se reconhece que cada vez mais as pessoas tem buscado se organizar para empreender, seja se organizando para o auto sustento, seja se reorganizando para realizar negócios com valores sociais

agregados. E aí a gente tem alguns modelos jurídicos existentes, têm - tradicionalmente - as cooperativas, as associações, as fundações, inclusive, as empresas também, podem ser utilizadas para esse tipo de empreendimento. Então, a ideia é discutir se há a necessidade de aperfeiçoar a legislação referente às atividades econômicas das organizações da sociedade civil, associações e fundações ou, também, as cooperativas para os empreendimentos solidários e a legislação comercial, prevendo o tipo societário empresa social, que outros modelos poderiam existir. Essa é uma discussão muito mais embrionária, especialmente porque dentro dela a gente tem diversas características de vieses, especialmente por conta dos acúmulos de cada uma das áreas. Mas é possível que a gente encontre nesse grupo propostas muito interessantes que possam aperfeiçoar os empreendimentos de economia solidária e essa discussão dos negócios sociais que está colocada.

A gente quis chamar a atenção aqui que, dentro de uma pesquisa que a gente fez sobre todos os projetos de lei que são relacionados às organizações da sociedade civil no Congresso Nacional, tributário é o assunto mais discutido, que tem mais proposições dentro do Congresso: na Câmara tem 165 proposições e no Senado 29 proposições. A gente traz algumas delas como subsídios e todas as salas vão ter um computador com um modem onde é possível, acessar a Internet, caso tenha algum insumo que não esteja presente no momento.

Basicamente, foi isso que a gente diagnosticou para apresentar como desafios, sendo que a ideia é que os grupos tenham liberdade para poder ajudar nessa construção de propor -sempre pensando na conjuntura - as propostas têm que estar alinhadas ao que for possível de ser feito.

Diogo de Sant'Ana

A gente procurou organizar essa agenda a partir das contribuições do acúmulo que a gente tinha. A gente podia fazer alguns esclarecimentos sobre os procedimentos, como a gente vai discutir, enfim, alguns temas da agenda, se tem alguma lacuna grave, enfim, uma coisa bem rápida e dinâmica.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

A gente convidou o Adriano, o Szazi e a Vera, que enviaram propostas com bastante assertividade, para além de todas as outras que a gente recebeu. É difícil destacar alguma, mas seria legal se eles pudessem falar e a palavra fica aberta também para a gente poder discutir. Todas as propostas vão ser conversadas na plenária de amanhã, acho que era bom, também deixar claro que na metodologia a gente conta com o apoio do DIGEP, que é o Departamento de Gestão de Pessoas da Presidência da República, que vai nos acompanhar nesse processo. A Celina, o André e a Jandira vão estar

com a gente o dia inteiro. A ideia é que em cada grupo a gente faça o diagrama de Ishikawa, que é pegar essa pergunta orientadora que a gente já expôs antes e tentar fazer as medidas e as ações necessárias para que essa pergunta seja respondida. Vai ter um momento de rodízio dos grupos, no qual, para além do grupo que cada um está inserido, vai poder passear pelos outros grupos e buscar contribuir nos outros grupos. Depois volta, faz a redação das propostas, e amanhã essa redação das propostas é mais sintetizada no momento da manhã e às onze da manhã a gente começa a plenária. Acho que a plenária não tem um caráter deliberativo, de voto, a gente vai tentar consensuar e construir consistências para as propostas. Acho que esse é o principal, a ideia não é a gente criar subsídios para a construção da agenda, então, depois dessa oficina a gente vai ter um trabalho grande de se debruçar sobre as propostas e ajudá-las a construir, mas quanto mais a gente puder ter de subsídios aqui, melhor. Então, eu acho que esse é o espírito de construção.

Adriano Campolina

Eu vou só resumir, muito brevemente, quais são as grandes questões de cooperação internacional que ocuparam algumas organizações nesse diálogo. Como acabou que a contribuição foi individual, eu mandei e assumo a responsabilidade por ela, mas nós tivemos diálogo com várias organizações: com Médicos sem Fronteiras, com o Viva Rio, trocamos a bola com a Vera aqui, acolá.

Mas, basicamente, qual que é a questão que se coloca para nós? Primeiro, é que a gente vê uma disposição política e uma oportunidade de ampliar, profundamente, a cooperação internacional da sociedade civil brasileira com a sociedade civil de outros países, esse é o grande objetivo. Como é que você amplia isso? Amplia no sentido de uma identidade e de um internacionalismo que a gente considera como valor de solidariedade e, ao mesmo tempo, também como um elemento de oportunidade, já que algumas das políticas públicas que tiveram sucesso no Brasil, na nossa avaliação, tiveram sucesso justamente por ter uma participação social muito elevada. Então, quando o governo faz cooperação e essa cooperação é, essencialmente, Estado a Estado - algumas raras exceções, mas, na sua maioria, é Estado a Estado -, se não houver, junto com isso, um processo de cooperação, sem a sociedade civil consideramos que a possibilidade de avanço é muito limitada. Políticas públicas que aqui se conformaram com a participação, se não tiverem essa participação em outros países, podem justamente dar um resultado contrário. Então, o objetivo é justamente ampliar essa cooperação a partir do entendimento que a sociedade civil brasileira conseguiu avançar numa série de aspectos e, alguns deles, inclusive, se transformaram em políticas públicas de sucesso.

Quais são os limites para isso? Há um limite fundamental, que é um limite de insegurança jurídica. Por um lado, você tem um estatuto de imunidade, que no código tributário é claro, que têm que ser gastos

no Brasil todos os recursos, senão perde a imunidade. Então, mesmo uma organização imune, que no Brasil tenha um orçamento, vamos supor, de R\$100.000,00 e que use só R\$2.000,00 para fazer uma cooperação fora, que envolva uma remessa, pode perder imunidade do conjunto do orçamento, se cria uma situação bastante particular. No caso da isenção, temos um entendimento um pouco diferente. A isenção, pelo nosso entendimento, obriga que seja gasto nos seus objetivos sociais, sem estipular, exatamente aonde, mas gera uma insegurança jurídica. Não se sabe como que a autoridade fiscal pode interpretar um ou outro e qual que se aplica e isso para nós é um problema grave porque cria um limitante para que a sociedade civil possa cooperar. Por outro lado, se cria outro limite em relação às oportunidades - vários, como a Laís mencionou. A cooperação internacional, para o Brasil, tem mudado de caráter e uma das mudanças é um incentivo cada vez maior para que organizações do Brasil cooperem com outras organizações de outros países e aí os mesmos riscos se aplicam, então também geram uma insegurança.

E, por último, um elemento fundamental de liderança de rede. Como várias organizações aqui já participaram de processos seletivos da cooperação internacional, há uma percepção da liderança da sociedade civil brasileira e, muitas vezes, redes internacionais, para que você possa liderá-las e liderá-las a partir do Brasil. Isso envolveria, eventualmente, você poder fazer algum tipo de investimento fora se você cedia aqui uma rede, por exemplo, de agricultura e sustentabilidade da América Latina. Como é que você faz algum repasse para membros da rede em outros países? Então também se aplica à mesma limitação. Então, no nosso entendimento, a superação disso é absolutamente fundamental, mas esse mesmo grupo que vem discutindo e a proposta da qual assumo a responsabilidade, que eu enviei, também percebe o risco, que é um risco que gente não quer, de maneira nenhuma, abrir portas para ele, de que qualquer mudança nessa área amplia as possibilidades para práticas que não são (...).

Interlocutora não identificada (provavelmente Vera Masagão)

(...) que surgiu até num debate, junto à própria sociedade civil, como seus cooperantes internacionais estavam saindo do Brasil preocupados com a situação, o governo federal (ainda na gestão Lula) encampou essa preocupação, mas, de fato a gente não viu ainda a coisa conseguir dar passos. A gente reconhece que houve muitas tentativas e, nesse caso, também vamos honrar o que é importante. Nesse caso, as coisas não andaram não foi porque emperrou, porque a Dilma não deu ok. A Dilma deu o ok para isso. Ela, de alguma forma, sinalizou que tinha interesse de que as ONGs tivessem acesso a um fundo dessa natureza. Houve uma série de negociações da Secretaria-Geral com a Fundação Banco do Brasil, o Fundo Brasil de Direitos Humanos, em negociação com o BNDES, com a Petrobrás, para que esse fundo fosse criado de forma autônoma. Enfim, há uma

série de dificuldades aí que a gente não vai poder atribuir diretamente à Presidenta, mas, são outras dificuldades que a gente espera poder debater, no nosso grupo, de como constituir, engrossar, tanto este novo fundo, que seria um fundo institucional – aí teria um perfil mais autônomo – como um fundo novo para uma área nova como essa, de participação, quer dizer, de fortalecimento da participação social, para fortalecimento da democracia. Como usar essas experiências? De alguma forma, modelos de incentivos para integrar ou para mostrar como os outros fundos públicos podem, de forma legítima e transparente, abrir ou franquear acesso das organizações da sociedade civil aos recursos públicos. Então, acho que esse é o panorama, os desafios que a gente vai ter no nosso grupo.

Silvio Rocha Sant'Ana - Fundação Esquel

Eu tenho um problema, uma dificuldade: grande parte da questão do financiamento, e quando envolve recurso público e mesmo privado, depende de incentivo. Não 100%, mas, grande parte da nossa discussão dependerá de incentivos, inclusive fiscais. Aí vocês colocam o seguinte: nós temos que fazer um negócio que não tem impacto fiscal. Nós queremos uma omelete sem quebrar os ovos...

Diogo de Sant'Ana

Preferencialmente.

Silvio Rocha Sant'Ana - Fundação Esquel

É. Porque eu já me vejo, assim, tendo que brigar com a Fernanda Montenegro aparecendo na televisão dizendo: “Não, vocês estão tirando dinheiro da cultura”. Aí não dá, aí a gente perde. Se for só a Fernanda Montenegro... Mas vem muito mais, então como é que a gente vai trabalhar essa questão, assim? O limite de 6% agora está com oito operadores, antigamente eram dois, três, quatro, agora está com oito. Se a gente colocar mais um, vai ser difícil. Qual é a lógica dessa lei de responsabilidade fiscal, que permite ao Ministro Mantega, por exemplo, eliminar a cota previdenciária das empresas do tipo A, B e C e não permite a minha organização da sociedade civil, que trabalha no interesse público, eliminar um tostão, em nome da própria lei de Responsabilidade Fiscal?

Paula Storto - Advogada e pesquisadora do NEATS/PUC-SP

Eu queria trazer aqui uma reflexão, que é recorrente também, que está na fala de vários colegas. As organizações sem fins lucrativos têm que provar que não distribuem lucros, elas têm que provar que são honestas, então, tem aí uma inversão do ônus da prova, da presunção da inocência, essas entidades estão sempre tendo que provar que elas não desviam verba. A gente tem uma dificuldade muito grande que passa pelos seis eixos que a gente está trabalhando, a questão de remessa de recurso internacional. Então,

se existe um erro, esse erro pode ameaçar toda a instituição, enfim, se existe um determinado problema numa prestação de contas, numa irregularidade, ela ameaça a instituição e não apenas aquela parcela do equívoco que aconteceu. E eu acho que essa é uma questão que é muito importante, por isso a governança é um tema tão importante nessas organizações, que também é outro aspecto que passa de uma forma transversal. Então, enfim, pensando aqui, minha ideia foi compartilhar com vocês que o tema da governança e da remuneração de dirigentes, que está intimamente ligada à ideia de ter uma boa governança, saber como os dirigentes da organização são remunerados e a forma como isso acontece também passa por todos os eixos. E eu queria, enfim, trazer essa lembrança, para que, de alguma forma, esses assuntos sejam pensados e tratados para, no mínimo, a gente ter uma proposta que busque trabalhar esse aspecto da remuneração de dirigentes da governança que eu acho que vai ser importante em todos os eixos para o financiamento das ONGs.

Sérgio Miletto - Alampyme

Queria fazer uma pequena reflexão, porque sou empresário da área cultural e sou daqueles que lamenta profundo, e sou antigo o suficiente para dizer que produzi muita cultura antes da lei Rouanet. E dizer que a lei Rouanet foi, para os produtores independentes, hoje, uma vergonha. Então, eu queria só fazer esse diálogo, porque eu tenho receio e nós vamos ter que pensar em mecanismos que os incentivos fiscais não tirem a autonomia das organizações da sociedade civil. Então, primeiro dizer, como produtor cultural, hoje, eu sou obrigado, para usar o recurso público, pedir a bênção de uma corporação que vai dizer se eu mereço ou não colocar a minha proposta de valor. Porque a gente não vê cultura simplesmente como um monte de pecinha de teatro, como um monte de manifestação artística, mas a gente vê cultura como uma maneira de formar valores na sociedade. Quando, então, primeiro, você tem que submeter, de forma humilhante, o seu projeto a uma empresa privada ou adequar o seu projeto ao interesse dessas empresas, queria colocar claramente que se houve um aumento de produção, também, hoje, você não consegue produzir uma peça de teatro e ela ter resultado financeiro se ela não tiver dinheiro do incentivo de cultura. Você vende todas as poltronas e o teu resultado é negativo, porque houve uma inflação, um inflacionamento muito grande.

E, por quarto, o dinheiro público. Hoje a gente sabe que quase 70% é dinheiro de quem ganha até quatro salários mínimos e quem ganha até quatro salários mínimos não tem condições de assistir quase nenhum dos produtos que são feitos com os recursos da Lei Rouanet. As pessoas não conseguem ir assistir um Circo de Soleil, não conseguem ver grande parte das óperas que são produzidas e é para lá que vai a maior parte dos recursos. Então, eu estou colocando isso, porque eu, quando eu vi esse eixo, quando eu recebi a documentação - e eu sou novo nesse fórum - eu me preocupei: que mecanismo que

a gente pode fazer? Como ouvis, como conselheiro da Fundação Abrinq, no passado, empresas que estavam lá dizerem assim: “Eu vou pôr dinheiro no Conselho da Criança da cidade tal, porque lá eles vão aceitar o projeto que nós estamos apoiando”.

Aí fica uma dica: mas é bom ou não é bom que a empresa decida qual é o projeto? Não, eu acho que é bom a empresa também discutir o projeto, mas ela ter esse poder de dizer “eu vou pôr nesta cidade, porque nessa cidade eu chego lá para o Conselho e digo ‘olha, eu tenho o dinheiro aqui para pôr, mas depende se vocês vão fazer ou não o projeto que ou me interessa ou que eu apoio’”, por melhor que seja esse projeto... Então, a minha preocupação é tentar ver: ok, vamos ter incentivos fiscais para as organizações sociais? Muito bem, com que limites? Porque, às vezes, eu tenho a sensação que as pessoas olham o incentivo da cultura, que foi o primeiro, e aí começam a vir os outros, o do esporte, todo mundo quer disputar esse mesmo recurso, mas, como se isso (...).

Interlocutor não identificado (talvez Eduardo Szazi)

(...) Normativos em termos de portarias e decretos, que é o que regulamenta o Siconv, para você ter um controle maior em resultado. Hoje, as organizações gastam uma energia muito grande para celebrar um convênio de transferência de recurso e você, depois, não tem nenhum controle disso sobre o resultado e, hoje, para o governo, o que é importante está fora das transferências voluntárias, justamente porque elas engessam. Então, menos de 20% do orçamento de investimento da União, hoje, está através das transferências voluntárias. Então, o PAC, por ser engessado, foi transformado em transferência obrigatória. Todos os repasses (Fundo a Fundo, da Saúde, da Educação e da Assistência Social) estão fora das transferências voluntárias, e foram para as transferências obrigatórias. Por quê? Justamente porque se viu que o instrumento de transferência voluntária, através do SICONV, que já foi tentativa de unificação, engessa. Você gasta mais recurso, energia e tempo para celebrar, do que para resultar. Então, que se pense algum mecanismo, se você não tem o SICONV, você tem SIPAC, você tem o SIMEC, você tem outros sistemas de gerenciamento de controle do que é prioritário para o governo, que se faça isso, também, para as organizações de base e organizações, de forma geral, da sociedade civil, por foco maior no controle de resultado e não num controle procedimental. Essa é a sugestão do Conselho.

Diogo de Sant’Ana

Bom, na verdade, foi só um preâmbulo, um esquentar das nossas discussões. Eduardo, acho que a tua fala foi muito importante – como a de outros companheiros –, mas acho que tem uma coisa que anima e que, talvez, diferencie, dê a singularidade do grupo que está aqui e dessa oficina, nesse momento. O que a gente quer fazer? Acho que essa plenária foi impressionante, quando a gente começa a

aprofundar a discussão, rapidamente depois da apresentação da Laís, os principais pontos críticos, eles aparecem com clareza. A nossa intenção é fazer a identificação, primeiro, dos pontos críticos, efetivamente, dos pontos que poderiam ser tratados e aí, teu comentário é muito importante, porque tem temas que não são temas de marco legal, de projeto de lei, de decreto de portaria, mas são temas de natureza interpretativa, à vezes de interpretação dentro do próprio governo, que é um dos principais problemas que a gente tem, às vezes, nesse tema. Mas é importante a gente, nos grupos, fazer a identificação do que é crítico e, se der para aprofundar num curto espaço de tempo que a gente tem, de qual seria o instrumento e a melhor estratégia de resolução.

Uma segunda coisa que apareceu aqui que eu acho que também é muito fundamental para a gente definir a estratégia da nossa oficina são os pontos que a gente precisa alterar e os pontos que a gente precisa resolver. Geralmente, são pontos muito conhecidos do conjunto das organizações. A grande virada, que eu acho que esse trabalho que a Secretaria-Geral tem feito junto com os nossos outros companheiros de governo, é saber ordenar um pouco quais seriam as prioridades e que pontos produziram uma catalisação, um impulso positivo que ajudaria a resolver outros pontos. Acho que um exemplo nítido é essa questão da cooperação internacional. Se você for ver, a gente não precisaria nem de tanta dedicação acadêmica, na verdade, nós estamos tratando do ponto que é, juridicamente, bem simples, mas é um ponto que, para a sociedade civil brasileira, pode ser um ponto de inflexão que tenha todas as consequências da qual a Vera tratou, do ponto de vista do protagonismo da sociedade brasileira no cenário internacional.

Então, também é importante que, dentro dos grupos de discussão, na nossa plenária, seja identificada uma espécie de ordem de prioridade. Eu sei que isso é difícil de fazer e, talvez, gere brigas enormes entre nós, mas, talvez, de alguns pontos prioritários, nos quais, uma vez resolvendo, a gente conseguiria uma mexida pequena com alta escala. Porque, à vezes, tem muitas mexidas com escala pequena. Então, acho que era importante também a gente extrair, talvez, uma visão deste grupo sobre isso.

Por fim, o que eu queria fazer, acho que me referindo diretamente à fala do Sílvia - porque a fala dele foi importante -, nós não chamamos vocês todos aqui para ficar colocando uma série de bloqueios para a gente sair daqui com as mesmas propostas do que já existe. Na verdade, a ideia aqui, inclusive, a gente fez questão de ressaltar em todos os convites que a gente fez por telefone, por carta, é que a gente tem, sim, espaços para propostas ousadas, inovadoras, que não necessariamente correspondam ao marco que a gente tem aqui, agora. Obviamente a gente tem certos limites, se a gente falar: "Não, a gente quer um fundo, um fundo para as ONGs, de desenvolvimento institucional que tem o mesmo valor dos R\$8.000.000,00 do SEBAS".

Talvez isso seja, realmente, uma coisa importante, mas é difícil para a gente lidar com isso com uma oportunidade muito concreta. De maneira, Sílvio, que eu quero dizer isso, porque a gente colocou na mesa de discussão a questão de incentivos e colocou a questão da simplificação e da desburocratização. Na verdade, esse debate está aberto, por exemplo, na questão do Simples, que a gente chama aqui, vulgarmente, vamos dizer assim, de Simples Social. Então, pegando os dados aqui da FASFIL, das 291.000 entidades no Brasil, tem 235.000 que tem menos que cinco funcionários. Por que não pensar, talvez, numa simplificação tributária para essas entidades? É uma típica mexida com pouco impacto, com uma mexida tributária que, talvez, seja possível de fazer e com alta repercussão social. Então, na verdade, é esse tipo de proposta que eu acho que a gente pode trabalhar aqui. Sem querer bloquear nenhuma ideia, nós não trouxemos as pessoas para Brasília para ficar bloqueando todo o esforço, para ficar colocando limites, na verdade, a gente quer expandir a agenda e é por isso que vocês estão aqui. Então, a gente está terminando aqui, essa primeira fase.

5.4 Relatoria da plenária - apresentação dos grupos por eixo

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Vamos agora dar início à Plenária de socialização dos trabalhos de cada eixo. A gente vai começar pelo grupo de cultura de doações, o segundo vai ser o de fundos públicos, o próximo vai ser de simplificação e desburocratização, depois a gente vai fazer os de incentivo fiscais, depois cooperação internacional e depois o de empreendedorismo.

Então eu vou chamar aqui as pessoas do grupo de cultura de doações para fazer a primeira apresentação. Antes, só alguns esclarecimentos. A ideia é que o grupo apresente por até uns 15 minutos e que a gente possa fazer 30 minutos de debate. Se precisar mais, a gente vai avaliando no processo, mas este é o campo que cabe perfeitamente para todos os grupos apresentarem, está bem?

Quem é do grupo de cultura de doações? A gente está colocando ali na tela, e a ideia, o espírito aqui é a gente contribuir, aportar para qualificar as propostas. A gente não vai fazer nenhum sistema de votação, nenhum sistema que possa rejeitar determinada proposta, porque tudo isso vai ser processado, estas propostas são subsídios para que a gente possa conformar esta agenda de financiamento e sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil.

Cada grupo pode apresentar como achar melhor. Na verdade, a ideia é que o relator faça a apresentação, mas se outros também, depois da apresentação do relator, quiserem fazer novas contribuições, para explicar melhor alguma coisa, fiquem à vontade. Depois a palavra vai ser franqueada, a gente vai controlar um pouco o tempo só para tentar que os grupos todos se apresentem no dia de hoje, ok?

No final, a gente vai fazer uma avaliação. O sistema da avaliação é o seguinte: em uma tarjeta a gente vai escrever uma palavra que sintetiza tudo que vocês acharam sobre o evento. Tem gente que vai precisar sair, a gente vai deixar as tarjetas, quem precisar sair deixa a tarjeta. O ideal é que preencham mais perto do momento em que vocês forem embora, que aí vocês vão ter avaliação mais integral do ocorrido e vão poder expressar melhor qual seria a expressão do sentimento de cada um da avaliação, está bom? Obrigada.

Paula Fabiane - IDIS

Bom dia, meu nome é Paula Fabiane, eu estou representando o grupo de cultura de doações e represento também o IDIS, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, que trabalha com doadores. Bom, nós vamos apresentar nossos quatro slides, o trabalho do grupo foi muito interessante, acho que tivemos um grupo com visões complementares, nem sempre consensuais, mas complementares e acabamos chegando em um produto bem interessante para este evento. Aqui estão os participantes: Janaína, Maria Helena, Andreia, João Paulo, Valdir, Júlio, Eliana, José Eduardo, eu e a Maria Nazaré.

Bom, esta primeira medida que foi discutida pelo grupo - ampliar os mecanismos de doação para grandes fortunas -, uma breve explicação do que seria esta medida é incentivar e educar os detentores de grandes fortunas no sentido de realmente trazer informação da importância de estarem pensando em deixar um legado para o social, ambiental e outras causas. E deixando seus legados para organizações sem fins lucrativos por meio das seguintes atividades:

Criação de mecanismos de incentivo à doação para fundos patrimoniais. E o que seriam fundos patrimoniais? São estruturas para gerir recursos de longo prazo e para dar sustentabilidade para organização sem fins lucrativos. Criação da figura jurídica do fundo patrimonial e do *trust*. O *trust* seria a possibilidade, o que existe lá fora (principalmente Estados Unidos e Europa), que são estruturas que só abrigam recurso e que tem toda estrutura de governança por trás para destinar um recurso, mas não são organizações operativas. Os *trusts* são responsáveis por dar uma destinação para este recurso.

Criar um grupo de trabalho com receita para discussão do tema, porque sempre que a gente fala de recursos, e talvez também relacionados à criação de incentivos para este tipo de doação, a gente precisa envolver a Receita Federal para que eles compreendam a importância deste recurso vir para o social e ficar no social.

Facilitar o processo de doação por meio da unificação das informações existentes em diversos bancos de dados públicos sobre organizações. Ou seja, não é criar novo banco de dados, mas que exista em algum lugar a unificação das informações. Hoje, todas as informações sobre as organizações da sociedade civil estão

espalhadas por uma série de sistemas, para o doador seria muito melhor se tivesse tudo isso unificado em um único banco de dados. Então, não é criar um novo bando de dados, é unificar estas informações para facilitar o trabalho do doador e das organizações de apoio.

E, por fim, promover a temática do país. E o que a gente pensou em relação a isso? O governo federal poderia criar uma campanha para trazer esta temática de deixar o legado para o social e para causas ambientais e para outras naturezas de finalidade pública.

Então essas talvez fossem algumas ações que a gente poderia estar pensando, organização civil junto com governo.

A segunda medida deste grupo foi incentivar doação das pessoas físicas, e aí falando do ponto de vista de doação pulverizada, desde R\$1,00 até recursos maiores. E a breve explicação sobre esta medida é apoio do governo na formação e fomento desta cultura de doação no Brasil, facilitando e disseminando as alternativas de doação, ou seja, quais os caminhos, facilitando um pouco a vida do doador para que ele saiba como doar. Já existem algumas iniciativas neste sentido, mas eu acho que precisa fortalecer e ter iniciativas mais robustas, capacitando e educando os atores envolvidos no processo.

E nesta questão a gente está pensando nos auditores da Receita - para que eles entendam a importância de fortalecer a doação de pessoas físicas no país - Tribunal de Contas, os próprios contadores que prestam serviços para pessoas físicas poderiam orientar de uma forma mais incisiva para promover atuação, e também organizações de apoio que trabalham com pessoas físicas nesta temática da doação.

Bom, uma terceira medida é a valorização da cidadania através da mensuração do trabalho voluntário. E aqui a gente debateu bastante como o trabalho voluntário também é uma maneira de doar, também é uma doação e uma doação cada vez mais importante no país. E tivemos aqui uma ideia bem interessante de fortalecer o papel do voluntário, introduzindo na declaração de imposto de renda a possibilidade de declarar horas doadas e consolidar estas informações com as organizações receptoras. Ou seja, que as organizações receptoras de trabalho voluntário declarem este trabalho voluntário e que as pessoas também tenham esta possibilidade de declarar este trabalho voluntário, inclusive, pensando e discutindo a possibilidade do incentivo para fazer isso. Se você tiver, como hoje existe para emissão de nota fiscal, onde a pessoa tem um incentivo para pedir que seja emitida a nota fiscal no seu CPF, pensar em alguma questão que dê benefício ao voluntário quando ele declara estas horas. Fortalecer este conceito que o trabalho voluntário é tão importante para o país é uma maneira também de fortalecer a cultura de doação.

E, por fim, reconhecer as organizações da sociedade civil com experiência na intermediação de apoio a entidades menores e diversas que hoje não estão contempladas nos fundos existentes. E também o fomento à qualificação e profissionalização das organizações da sociedade civil, ou seja, uma medida é a criação deste fundo que incentive doações de pessoas físicas e jurídicas a ser acessados por organizações da sociedade civil com experiência no apoio a pequenas iniciativas. São organizações intermediárias, organizações que hoje eu trabalho de uma forma pulverizada, apoiando uma série de organizações menores, que não tem acesso a estes recursos públicos de fundos, e que poderiam ter isso através destas organizações e um fundo que contemplasse outras causas, discutindo a questão dos quilombolas e outras populações que hoje não tem acesso a este tipo de recurso.

E também trabalhar a questão de capacitar as organizações sociais, porque ao fomentar a doação também é importante que estas organizações receptoras dos recursos estejam preparadas para receber este recurso, para prestar contas e para prestar contas não só para o doador, mas para sociedade, para onde está indo este recurso e qual impacto social que ele está gerando. Então capacitar as organizações, inclusive para compreender e acessar o SICONV, que hoje acaba sendo um grande problema para as organizações sociais e que uma vez que estas organizações consigam acessar o SICONV de uma maneira mais efetiva elas tenham acesso a recursos públicos também, não só a doações privadas. E proporcionar a capacitação em gestão, prestação de contas, captação, governança e transparência que são questões muito importantes para as organizações sociais e muito importante do ponto de vista do doador. É isso, eu abro para debate e conto com meus colegas para resposta das questões.

Interlocutor não identificado

Uma dúvida, talvez porque tenham discutido sobre isso e talvez não tenham chegado ao consenso para deixar claro. Eu tenho uma enorme preocupação com relação à retomada do incentivo à doação de pessoas físicas. Vou dizer claramente por que. Em 1997, teve uma reforma tributária neste país que deixou as organizações de sociedade civil praticamente sequestradas entre o poder público e o poder econômico. Eu quero saber qual é a organização ambiental de fato que tem autonomia se ela é financiada, por exemplo, por uma grande cooperação, uma grande empresa do campo da energia, do petróleo, por exemplo, que é uma coisa que acontece. Qual é autonomia destas organizações quando a vida delas depende de negociação com seres tão mais fortes do que ela? Em 1997, quando esta alteração foi feita este país estava em recessão, o que significa dizer que a gente doava muito e que de um momento para outro, foi desincentivado. A gente perdeu incentivo para o doador pessoa física ao mesmo tempo em que o país perdia sua capacidade econômica, e as pessoas perdiam sua capacidade, sua potência econômica.

Daí, porque de 97 para cá nós fomos desincentivados a doar, as doações brasileiras em grande parte são doações de pessoas físicas – é claro que elas ocorrem em grande parte para igrejas. Agora, quem sou eu para julgar a forma e a crença que as pessoas têm quando elas doam para uma coisa que para elas sejam importantes? Eu prefiro pensar que é necessário recuperar autonomia das organizações da sociedade civil possibilitando que a doação de pessoas físicas seja descontada no imposto de renda como forma de incentivo. Claro que dentro de certo limite, mas como forma de incentivo.

Paula Fabiane - IDIS

Só queria acrescentar que nós fomos orientados a não conversar sobre incentivo fiscal.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Na verdade, a gente tentou, estrategicamente, separar o grupo de cultura de doações do grupo de incentivos fiscais justamente pra que a gente tivesse este desafio de, no grupo de cultura de doações pensar que tipo de medidas podem ser elaboradas, estimuladas pelo estado sem, necessariamente, passar pelo mecanismo de incentivos. E aí, o outro grupo, de incentivos, foi o que realmente discutiu... Todos os temas estão interligados e eles vão aparecer, mas se a gente puder tentar deixar o debate de incentivos para a hora que a gente for discutir incentivos pode ajudar aqui na metodologia da condução. Quem mais quer comentar o grupo de cultura de doações?

Sílvio Rocha Sant'Ana

Para mim, me parece que seria importante também que nesta questão da cultura de doação fossem pensadas algumas ações, o que chamaria de incentivos morais. Que não são exatamente incentivos fiscais ou materiais, mas incentivos morais, certas sinalizações que podem ser feitas para que a sociedade perceba que o altruísmo, a fraternidade, é uma coisa boa, entende? E que não seja uma coisa só dos ricos. Eu acho que seria importante pensar de alguma maneira em criar incentivos morais para isso.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Você fala em prêmios, por exemplo?

Sílvio Rocha Sant'Ana

Prêmios, condecorações... Tem várias formas de fazer isso, mas eu estou querendo dizer: vamos pensar nisso, porque não são somente os incentivos fiscais ou materiais que vão motivar a sociedade. E o segundo elemento – me parece que foi colocado, mas de uma forma muito rápida – que cultura de doar a gente aprende em casa também, de alguma maneira o sistema educacional tem que trabalhar este

assunto. Quer dizer, de alguma maneira a gente sente que para desenvolver mesmo a cultura de doar a gente precisa que desde pequenininho os nossos filhotes comecem a ver isso como um valor, e não como cara otário, entende? Que é o que está acontecendo hoje. Hoje quem doa é otário. Tem que mudar esta medida e isso consegue desde a pré-escola.

João Paulo - Associação Brasileira de Captadores de Recursos

Bom dia todo mundo, meu nome é João Paulo, da Associação Brasileiras de Captadores de Recursos. Eu estava fazendo parte do grupo de cultura de doação, então eu vou só complementar um pouco que a Paula falou e também trazer aí a minha fala. Eu vou abrir, apesar de que a pergunta que a gente tinha para responder é “como que o governo poderia incentivar a cultura de doação no Brasil?”, eu acho que a Paula tentou então resumir um pouco o fruto dos debates que a gente teve nestes dois dias. E boa parte do debate – e é necessário a gente ter isso bem claro – e daí até o ponto não só de a gente ficar em incentivo fiscal e passar até de certa forma à parte disso, porque incentivo fiscal também é uma forma de doar, mas não é a única. Quer dizer, ele pega um espectro da população que faz declaração de imposto de renda, não é toda população, ainda mais no contexto que a gente tem da realidade brasileira de fortalecimento da economia, fortalecimento da classe média, pessoas com mais recursos disponíveis que poderiam doar.

Então, o outro debate que a gente teve, além de falar da cultura de doação, é também da cultura do pedido. Como é que a gente prepara as organizações para que elas se estruturam para pedir esta doação? Não basta a gente querer que as pessoas doem, a gente tem que saber pedir este dinheiro para as pessoas, seja por meio de incentivos, (*ininteligível*), ir para a rua como faz o Greenpeace... O André não está mais aqui, mas o Greenpeace tem 50.000.000 de doadores pessoas físicas, sem inserção fiscal, pessoas que doam R\$20,00, R\$ 30,00 por mês. Como é que a gente estimula isso, e como é que o governo pode nos ajudar a estimular isso?

Por exemplo, desenvolvendo campanhas ou incentivando as pessoas físicas a doarem, mostrar que a sociedade civil é importante para o País. Quando a gente mostra a importância da sociedade civil para nossa população, para o próprio país, a gente reforça a qualidade dela, a gente reforça o compromisso das organizações, e a gente reforça as imagens da organização perante a sociedade, leva as pessoas a doarem mais, porque é isso que a gente quer. Então, parte do nosso debate, e vocês viram os resultados, doações de grandes fortunas, incentivo à doação pessoa física, como utilizar imposto de renda, é no sentido de promover, incentivar a doação das pessoas físicas e ter o governo como promotor desta cultura. E não necessariamente só o governo, como também doador, que a gente também trabalha para ter o governo como doador, assim como a gente trabalha para ter as empresas como doadoras, e aquela que

tem governo e empresa no seu mix de doadores. Mas, se nós não trabalharmos as organizações na profissionalização do pedido... E não é só pedir doação, é comunicar, é dar resultado, é mostrar impacto do nosso trabalho, é mostrar nossa causa, é mostrar por que é importante contribuir para a instituição. É mostrar para sociedade civil o que a gente está fazendo com aquela doação. É importante também, no nosso trabalho de incentivar doação, ter em mente a necessidade das organizações desenvolverem a sua organização no pedido e mudar o retorno da sociedade daquele trabalho desenvolvido.

Sérgio Millete

Eu queria só uma proposta pontual para a questão da cultura da doação e que tem a ver com os valores que a gente falou ontem que tem na sociedade. Então, a minha proposta é para que toda comunicação do governo – no caso da política para governo –, ou seja, que seja *briefing*, seja *police* do marketing, todas as áreas do governo que, ao fazer as suas campanhas publicitárias, pensam no viés da comunicação, da doação. Quer dizer, não é doação de dinheiro em si, mas no sentimento de colaboração e de solidariedade das pessoas. Isso é possível fazer, é igual à campanha publicitária. Quando você vai fazer uma campanha publicitária, teu cliente diz assim: “eu não quero que meu sapato seja filmado pelo lado de dentro, só pelo lado de fora”. Então você pode “brifar” suas agências de publicidade, criando apólices que orientam para esta atividade. Aí, a gente queria falar todas as estatais, todos os órgãos, todas as campanhas de governo, e aí sim estimular que também se promova o código de regulamentação dos meios de comunicação públicos que, muitas vezes, têm comunicação e programação que vão completamente contra. E aí esta é uma questão extremamente delicada, porque fica na margem daquilo que o pessoal chama do outro lado de censura, controle público dos meios de comunicação.

Mas, é muito importante o Brasil é um dos raros países hoje no mundo que não tem o código de ética para o setor de comunicação, então nós temos uma comunicação pública, não estou falando de jornal impresso, não estou falando de revista impressa, estou falando dos veículos de rádio e televisão que usam isso simplesmente como mercador, comunicação, com mercadoria. E é na minha visão uma apropriação do bem público em benefício privado. Então esta questão dá democratização, da comunicação, da criação de código de ética que é uma disputa antiga já na nossa sociedade, eu queria está aqui afirmando como necessário, mas o governo pode dá exemplo, pode chegar e passar um bom brief para todas as suas agências e dizer assim: “Nós precisamos que este conceito perpassa todas as nossas atividades estimulando a doação.” Que é complementante de doador que tem, incentivo fiscal não é doação, incentivo fiscal é eu doar aquilo que não é meu, que é do outro em nome do outro, só para diferenciar bem uma coisa da outra.

André Degenszajn - GIFE

Destacaram muito bem a questão da doação de pessoa física, e acho que, inclusive, no grupo de incentivos vai aparecer com bastante clareza como uma das prioridades. Mas, eu quero chamar atenção para outra dimensão da doação, do que a gente chama de organizadores sociais. Quando a gente olha no Brasil não só os empresariais, as fundações empresariais, mas também fundações familiares, independentes, operam pouco por meio de doação. E aí não sei se traduz em proposta, mas tem um sentido que eu acho que é importante que a gente perceba de valorização, de mostrar com clareza qual é o potencial que existe deste tipo de investimento via doação que hoje é predominantemente feito via execução direta de projeto. Então, isso não é exclusividade de instituições empresariais, mas a gente vê com muita regularidade fundações que constituem seu próprio corpo de funcionários, de colaboradores e que trabalham em uma série de áreas, que existe uma visão que a doação é uma forma de distanciamento, de desresponsabilização, uma forma pouco estratégia de atuar. E aí é importante a gente olhar, tem um sentido de educar, mas, também do ponto de vista das organizações da sociedade civil, qual é a resposta que pode se dar a isso? E temos de apontar as diferenças, o que significa investir em uma organização, e como se traduz em avanços efetivos de transformação. Então, eu acho que esta é uma dimensão da doação que não passa por mudanças regulatórias, mas por uma visão das organizações e do sentido da doação como (*ininteligível*), estratégia que tem objetivos claros, que pretende transformar uma realidade, e não assistemática e pontual.

Paulo Baltazar - Petrobras

Sobre aquela ação de construção de banco de dados, eu não sei se é construção de banco de dados ou é de integração de bancos de dados que já existem. Porque hoje em dia você tem sistemas capazes de ler bases diferentes, promover integração e produzir filtros.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

É integração. A gente falou em um banco de dados unificado, é unificar as informações existentes em uma única base, mas isso através de tecnologia e não da criação de um novo banco.

Paulo Baltazar - Petrobras

Este é um objetivo que é transversal aos vários grupos de trabalho. E também é importante que os bancos de dados existentes, os sistemas de informação, construam informações pertinentes para a sociedade civil. Então eu acho que tem também um trabalho de qualificação das instituições que produzem dados para que elas produzam dados que possam ser usados, são relevantes para conhecimento, maior transparência deste segmento.

Flávia Regina de Souza Oliveira - Advogada

Eu queria só chamar a atenção para um tema que acho que não foi tratado pelo grupo, mas eu acho que é algo emergente aqui no Brasil, que é a questão da microdoação. Na verdade, por mecanismo (*ininteligível*), a gente vê isso crescendo tanto via internet, organizações que já foram criadas exatamente para captar esta doação que arredonda da nota fiscal, ou que eu posto no site um projeto social e capto com pessoas físicas a realização deste projeto. Então, eu acho que isso é um tema importante a ser tratado, porque já tem vários sites que trabalham com isso, tem organizações instituídas que já estão trabalhando com este mecanismo.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

A gente está desenvolvendo na Secretaria-Geral uma pesquisa que deve ser lançada no Encontro Nacional de Organizações de Sociedade Civil, que estamos planejando fazer para outubro e que foi anunciado aqui ontem pelo Diogo. Esta pesquisa deve gerar um mapa das organizações da sociedade civil no Brasil. A ideia é justamente que a gente consiga fazer um mapa georreferenciado de todas as organizações e conseguir alimentar com dados do SICONV, por exemplo, em relação às parcerias do SICONV. Enfim, buscar esta integração. No começo, uma das propostas do grupo de trabalho era fazer um grande Censo das organizações. A gente percebeu as dificuldades que haveria de fazer o Censo, partimos para estratégia de avaliação da FASFIL, que é a pesquisa de referência que o IBGE realiza junto com IPEA, GIFE e a BONG sobre os dados do universo sobre as organizações da sociedade civil no Brasil. Mas são dados iniciais, que requerem maior aprofundamento sobre esta realidade, então este mapa pode ajudar um pouco a ter mais informações sobre as organizações da sociedade civil no Brasil. E uma das ideias, também, quando avançar o projeto, vai ser um pouco mais os campos deste mapa, enfim, um pouco o que ele vai trazer de informações.

Eliana Rolemberg - Cese

É somente um comentário em relação a esta questão de banco de dados. Realmente é uma integração, mas, ao mesmo tempo, como uma das propostas foi aquela de possibilitar um fundo que hoje não existe, que é um fundo de que possa ser acessado por outras categorias que não estão nem na questão do esporte, nem na cultura, nem em criança e adolescente... E que seja possível de serem doações que vão através de entidades que têm larga experiência de apoiar pequenas iniciativas, pequenos projetos, a gente estava propondo ter um banco de dados mostrando que organizações existem, e existem várias no Brasil que vem trabalhando isso há vários anos e com a experiência comprovada nesta intermediação. O que é importante para o doador que ele saiba é o que significam aquelas organizações de intermediação.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Acho que, enfim, a ideia do mapa é um pouco trazer informações básicas, gerenciais e começar a trazer informações também que possam ser autodeclaradas. Que as organizações possam qualificar o seu perfil e incluir mais dados sobre suas formas de financiamento. E aí a gente consegue criar um pouco das comunidades, entender, enfim, quais delas atuam com determinada forma, como, por exemplo, os fundos autônomos que investem em outras organizações... Enfim, a gente vai conseguir agrupar um pouco mais esta realidade.

Sobre as propostas que foram colocadas aqui, só alguns comentários rápidos. A notícia do banco de dados que eu queria dar sobre o mapa, da questão da valorização do trabalho voluntário, da contabilidade, a gente vai avaliar que isso seja incluído no sistema da declaração de imposto de renda que foi o que vocês propuseram. Mas queria contar para vocês também que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) desenvolveu um manual para contabilização do trabalho voluntário junto com Leste Sálomon, que é da John Robesk, nos Estados Unidos. E este manual tem sido implementado em diversos países, justamente para que consiga contabilizar esta força de trabalho, no sentido de valorizá-la. E aqui no Brasil em contato com IBGE. A gente já identificou que a PNAD, que é pesquisa nacional de amostra em domicílio, incluiu um capítulo sobre o trabalho voluntário. Na PNAD a gente ainda não tem os dados sobre o valor, contabilização financeira, mas já existe o dado sobre se houve, se foi realizado o trabalho voluntário ou não e de que natureza. E estes dados já foram coletados, eles devem entrar na divulgação deste ano de 2013, então eu acho que já é um primeiro avanço, um primeiro passo. É importante socializar aqui para além das outras coisas que devem ser feitas nesta área.

E acho que a ideia da capacitação ela sempre surge, não é? Em todos os grupos, em todos os momentos a gente tem trabalhado muito nesta dimensão também que é a dimensão da agenda normativa e agenda de produção e criação de conhecimento. Então, este é um desafio que vocês têm que nos ajudar muito, para a gente pensar em como fazer isso em escala nacional. Mas está dentro do radar.

Maria Elena Pereira Yonhanpeter - Parceiros voluntários

Dentro desta linha do trabalho voluntário, o Conselho Federal de Contabilidade também já baixou uma Resolução, a 1.409/2012, de que as organizações sociais que recebem voluntariado têm que colocar no seu balanço, tem que calcular a hora e colocar no seu balanço. Coloca no crédito e depois no débito, entrada e saída, mas para ficar registrado este valor que entrou em horas de voluntariado, este já está em vigor.

Maria Nazaré Lins Barbosa - Procuradora do município de SP

Eu só gostaria de reforçar a ideia que comentou a Dra. Flávia, esta divulgação, estas formas de acesso à doação micro, que de fato são democráticas, por exemplo, aqui no estado de São Paulo, a questão da nota fiscal. No estado de São Paulo, mas outros estados do Brasil não adotaram. E seria interessante também, talvez, um lobby junto ao CONFAZ, estimulando que outros estados divulguem, utilizem também este mecanismo de doação. São doações micro, às vezes centavos, mas que, de fato, são importantes na vida de muitas organizações.

Paula Fabiane - IDIS

Bom, eu queria agradecer os comentários. Foi realmente foi muito rico, algumas questões que a gente discutiu mais ou menos profundamente, mas eu acho que os sistemas desapareceram na discussão do grupo, sim. E queria reforçar, neste processo de fomento à cultura de doação, a valorização do doador. Eu acho que até por questões de segurança, hoje no País, o filantropo, a pessoa que dispõe recursos para atividades sem fins lucrativos, muitas vezes não quer aparecer. Eu acho que hoje a gente já vive em uma época que isso talvez não faça mais tanto sentido, e que a sociedade precisa valorizar o doador de uma forma realmente concreta para que ele possa também ter condições de formar uma comunidade filantrópica, aparecer e inspirar outros a fazerem alguma coisa. Então, eu acho que isso é um processo interessante a se considerar, para fortalecer esta comunidade filantrópica no País, inclusive, perante o mundo, perante outros países.

Outra questão que foi levantada é a de que muitas organizações hoje, principalmente as empresariais, e algumas familiares também, operam seus próprios programas, ao invés de doarem para outras organizações. Eu acho que este é um debate importante também, existe uma preocupação grande com a desconfiança que a gente vive em um setor de organizações sem fins lucrativos e acho que este grupo tem obrigação de levar o tema de realmente resgatar a credibilidade das organizações sociais. Porque são poucas organizações que estão causando um dano de imagem a uma série de organizações que fazem um trabalho maravilhoso e importante. Então, eu acho que o governo podia ajudar neste sentido de promover este resgate e credibilidade, que provavelmente vai impactar no fomento e cultura de doação.

E, por fim, eu acho que todas estas iniciativas têm que promover o aumento da transparência e da governança das organizações, porque, eu acho que até o fruto de alguns desgastes do setor vem da falta de profissionalização dos processos de governança e também de realmente estas organizações prestarem contas para sociedade. E não só as organizações, como os doadores. Ou seja, onde está o dinheiro, para que, qual impacto está sendo criado? Então, criar mecanismos que ajudem o processo de doação, mas que também

permitam a transparência e a governança no setor. E eu queria agradecer a oportunidade de a gente estar aqui tendo este debate que é muito importante realmente, obrigada.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Obrigada Paula. Só lembrar que este resgate de credibilidade não é tarefa só do governo. Eu acho que a gente tem uma coisa de disputa de valor na sociedade e, enfim, muitas destas coisas foram colocadas, esta era a tarefa mesmo. A gente refletiu um pouco sobre o que o estado pode fazer, mas tem coisas que também a sociedade precisa se mobilizar, mas vamos fazer esta construção. Eu vou chamar o próximo grupo, que é de fundos públicos. A metodologia é a mesma, então primeiro tem 15 minutos para apresentação dos grupos, depois a gente vai para os debates.

Paula Fabiani

Acho que foram dois dias de debates muito estimulantes e com muitas ideias. Confesso que estou até exaurida de tentar sistematizar um pouco, porque realmente a discussão é ampla e envolve muitos aspectos que são transversais. Estes eixos todos se complementam também dentro desta estratégia de trabalhar contratualização, financiamento e certificação. Então, é um exercício tentar separar e sistematizar estas contribuições. Pensar em fundos públicos para financiar as organizações da sociedade civil passa por entender que tem alguns pressupostos, e um destes pressupostos é o reconhecimento pelo estado da legitimidade de se apoiar nas organizações da sociedade civil para uma sociedade democrática. Então, eu acho que é muito daquela colocação que foi feita, que precisa ter o reconhecimento, e isso de fato ser uma política em uma sociedade democrática. As diretrizes para a gestão de um fundo público passam por autonomia, gestão compartilhada, uma gestão que seja republicana, contemple políticas públicas, experimentações com diferentes fontes de recursos. E que visse um desenvolvimento institucional das entidades que atuam no controle social, participação de forma não segmentada.

Hoje a gente costuma ter os financiamentos para criança e adolescente, para cultura, saúde, educação, mas de fato esta segmentação não contribui para o reconhecimento de que esta esfera da cidadania ativa é um ator importante no desenvolvimento econômico-social do país. Então, a ideia seria justamente ter um tipo de financiamento que pode ser um fundo contábil, patrimonial ou mesmo uma política pública que seja desenvolvida para este financiamento dentro desta ideia de fundos e recursos públicos. E a plataforma das organizações da sociedade civil vai buscar uma grande mobilização nas organizações na sociedade civil em uma audiência com a Presidenta Dilma Rousseff para buscar esta sensibilização e esta mobilização em torno de tema. Esta foi uma parte que consumiu bastante do tempo e era recorrente e, por isso, a

gente achou importante colocar estes pressupostos antes, da necessidade deste reconhecimento.

E aí a gente evoluiu um pouco para pensar... Bom, a gente fala que precisa haver o financiamento para o desenvolvimento institucional de organizações que atuam na cidadania ativa, mas o que é isso exatamente? Como a gente pode definir este desenvolvimento institucional e esta cidadania ativa? A gente conseguiu alguns elementos que caracterizam, porque em um ato de criação de uma política ou de um determinado recurso estes elementos terão que estar mais bem delineados, não é? Então, alguns elementos do desenvolvimento institucional das organizações da sociedade civil são: organizações terem capacidade de desenvolver ações em sintonia com sua identidade institucional própria de forma autônoma, capacidade de planejamento estratégico e monitoramento e avaliação; capacidade de formular indicadores para medir resultados do impacto de sua intervenção; manutenção de uma estrutura de pessoal capacitado para intervenção social; e transparência de suas atividades. Estas atividades são ligadas ao desenvolvimento institucional de uma organização.

E de uma organização que faz o quê? O que é cidadania ativa? Organizações que trabalham para ampliação da cultura democrática da cidadania, formulação de agendas públicas, capacidade de incidência e controle social, promoção e defesa de direitos; articulação; diálogo social; formação de redes, contemplando, inclusive, as pequenas organizações. Esta ideia de que deve-se contemplar as pequenas organizações, as organizações que ainda estão desenvolvendo, as organizações que acabaram de nascer. Evidentemente que para contemplar esta diversidade tão ampla serão necessárias várias dosagens, digamos, ou vários tipos de financiamento que possam ser capazes de financiar uma pequena organização, enfim, indígena, local, que queria se opor à construção de uma grande hidrelétrica, por exemplo. Então, aí a gente está falando de uma cidadania ativa em uma determinada região e esta organização tem que ter capacidade institucional de acessar o recurso que é voltado ao fomento, ao financiamento da cidadania ativa, da participação do controle social.

E aí a pergunta que foi colocada para o grupo: quais as medidas necessárias para melhorar o acesso aos fundos públicos e para criação de nova fonte de financiamento para este formato?

Na primeira parte da pergunta - melhorar acesso aos fundos públicos - o que se imaginou e se propõe como medida é a mobilização com todos os fundos públicos que hoje existem, criança e adolescente, cultura e assim por diante, que financiam organizações da sociedade civil para garantir um percentual para cada um dos fundos, ou de existentes, para financiar o desenvolvimento institucional e a estruturação de organizações da sociedade civil e da cidadania ativa. Ou seja, sensibilizar os Conselhos de governança dos atuais fundos

para esta questão e buscar garantir sim um percentual do orçamento para esta finalidade.

Realizar estudo comparando os fundos existentes às governanças, os problemas na utilização dos recursos e melhorar o acesso aos recursos.

Implementar agenda de contratualização. Foram recorrentes as questões dos convênios, do SICONV, da burocracia, do controle, então isso tudo foi colocado e está na pauta da agenda da contratualização. E eu acho que é um destaque especial para a necessidade de pacificar, uniformizar entendimentos entre os órgãos, tanto de políticas técnicas quanto de controle, que, enfim, causa muita insegurança e problemas na operacionalização destes recursos e até no acesso e entendimento sobre determinadas questões.

Uma questão que foi colocada, especificamente, é rever o conceito da capacidade instalada das ONGs, e isso passa, inclusive, por esta ideia de capacidade institucional. Os Ministérios, os entes públicos, os fundos, quando fazem a análise do que vem a ser a capacidade instalada das organizações, muitas vezes, interpretam de uma maneira que não ajuda, é oposta ao conceito de desenvolvimento institucional, e acreditando que o recurso público não pode ser aplicado em ações que garantem o desenvolvimento institucional da entidade. E esta é uma garantia também de oferecer uma boa prestação de contas, uma boa transparência também. Então, o desenvolvimento institucional como está colocado ali no início tem como um dos seus pressupostos que a organização tenha uma boa qualidade de monitoramento, transparência e prestação de contas destas atividades. E para criar novas fontes de financiamento, então neste item de novas fontes, duas ideias centrais apareceram.

A primeira é a instituição de um programa de subvenção social para o fortalecimento institucional das organizações de cidadania ativa. Seria realmente uma política pública e um programa dentro do orçamento público - eventualmente, imagina-se utilização da subvenção social para esta finalidade. Haveria, evidentemente, critérios e formas para fazer a gestão deste recurso.

A outra forma é a criação de um fundo nacional na democracia e participação social, como fundo patrimonial com recursos próprios, preferencialmente apartado da lógica orçamentária por meio de um projeto de lei. Aqui seria necessário um projeto de lei para criação do fundo que tivesse esta finalidade específica de apoiar, fomentar ações, atividades, organizações voltadas à democracia e participação social. E criar um grupo de trabalho entre Ministérios, Receita Federal, empresas estatais, órgãos de controle e organizações da sociedade civil para elaborar a proposta de estruturação deste fundo, estabelecendo mecanismos para casar recursos de diferentes origens. A governança deve se estruturar de forma compatível com o fomento a organizações da cidadania ativa, então ter o reflexo na estrutura de

governança também que garanta esta compatibilidade. Procurou-se também ter uma boa ideia de onde este dinheiro deve vir, então imaginou-se o recurso de investimento social das empresas estatais, uma parte dos recursos das empresas estatais, recursos próprios do orçamento, incentivos fiscais, doações de pessoa física – é as pessoas físicas são fundamentais, até por serem elas que, acima de tudo, participam e estão na cidadania ativa. Então, esta forma casada de financiamento público, e também das pessoas, que possibilite a destinação no imposto de renda, por exemplo, do fundo da criança e adolescente; recursos de multas; compensações ambientais; prêmios; recursos dormentes em gerais; herança vacante; tributos recolhidos e não reclamados; bens apreendidos. Aí é onde se imagina também que possa ter uma fonte interessante para financiamento.

Falando um pouco de governança, o Conselho de Governança ficaria responsável por apresentar uma política de acesso ao recurso, compatível com o fomento a entidades da cidadania ativa. E alguns elementos que esta política poderia ter são:

Zelar pela autonomia financeira das organizações da sociedade civil. O financiamento não deve estimular que as organizações fiquem dependentes deste recurso e também interferir na liberdade e autonomia destas organizações, então por fim, a estrutura de governança tem que garantir isso.

Limitar o fomento a um percentual do orçamento das organizações. Se imaginou que não deve passar de 30%, alguma coisa neste sentido, ter uma limitação no orçamento dos últimos anos da organização. O fomento não pode ser superior a isso até para continuar estimulando também outras fontes e outras formas da garantia de sobrevivência nesta organização.

E propor uma lógica de financiamento alternativa a de projetos, financiar programas de continuidade, fugir desta questão anual, de refazer os mesmos projetos, porque se a gente está falando de desenvolvimento institucional, de fato tem que se pensar em alguma coisa de médio, longo prazo, então projetos com período maior de duração. Na linha de programas mesmo, mais o programa de ação de uma organização, do que um determinado projeto, seria financiado. Bom, esta é a síntese das discussões do grupo. Acho que agora abre para colocação de todos.

José Antônio de França - Conselho Federal de Contabilidade

Eu gostaria de complementar as fontes de recursos que o grupo apresentou. Porque me pareceu que todas elas estariam vinculadas, de alguma forma, ao orçamento, ou, de repente, aos próprios incentivos. A minha sugestão de contribuição é que estas fontes ou fossem complementadas ou até substituídas por loteria, já que um dos lemas do terceiro setor é a solidariedade. As pessoas seriam solidárias por uma recompensa que poderiam ter, que é o prêmio,

como todas as pessoas fazem. Então a loteria seria uma fonte permanente de recursos para financiar os projetos.

Ana Beatriz de Oliveira - Diretora do Fundo Nacional do Meio Ambiente

Só complementando o que a Paula falou, tentando esclarecer um pouquinho mais sobre a criação de um fundo, seria preferencialmente patrimonial, outro desenho, que sai da lógica ou das amarras orçamentárias, estrutura orçamentária. Então, na verdade, corrobora talvez até com sua ideia de não nos atrelarmos *stricto sensu* às fontes orçamentárias, porque ela tem uma lógica. E tendo este aumento, nós não vamos conseguir revisitar a lógica da estrutura orçamentária do país para atender o terceiro setor nas necessidades.

E outro aspecto fundamental da criação do fundo para o fortalecimento institucional, é que sai da lógica do processo finalístico, onde o fundo recebe recurso para uma ação que tem começo, meio e fim, termina e ele entrega um produto. Estou há, pelo menos, dez anos nesta área de fomento público, e o que nós temos observado é que nós devolvemos muito dinheiro, nós devolvemos o dinheiro porque os projetos chegam com muita fragilidade, tanto das instituições públicas como instituições privadas sem fins lucrativos. Então, o fortalecimento institucional nos parece que é um gargalo, ou uma condição que precisa de investimento. Se nós queremos uma parceria forte com o terceiro setor, qualificando a sua agenda, isso no que diz respeito minimamente aos fundos públicos, nós precisamos que o terceiro setor chegue com menor risco, inclusive, para acessar os recursos. Hoje, o risco é importante, quem ultrapassa as barreiras e consegue o recurso tem depois todo o conjunto de regras para serem seguidas e que estão na pauta para revisão também.

Mas, a questão da criação do fundo para fortalecimento institucional: ele não é um fundo para projetos finalísticos, mas para fortalecer, e - acho que é importante a Plenária participar da conversa - é *stricto sensu*, nós não esgotamos isso. O que é o fortalecimento institucional? O que é isso do ponto de vista pragmático? Hoje, o fortalecimento institucional passa por mão de obra permanente, mão de obra qualificada, profissionalizada, enfim, passa por uma série de questões que qualificariam este tal fortalecimento institucional. Então, eu acho que este grupo, esta plenária, ou os próximos GT poderiam colaborar com esta qualificação do fortalecimento.

Só para esclarecimento: este fundo é diferente dos que já existem, patrimonial, preferencialmente gerenciado até pela sociedade civil, com participação do estado no que fosse possível.

Aginaldo Luiz de Lima - Cáritas Brasil

No Brasil, a gente já tem uma experiência de fundos comunitários geridos pelas próprias comunidades, e aí na perspectiva de fundos

solidários, em breve a gente deve ter um mapeamento em parceria com o Ministério do Trabalho, que vai trazer muitas experiências no Brasil. Dentro desta perspectiva, no desenvolvimento deste projeto do mapeamento dos fundos solidários, a gente também conseguiu, junto com Ministério do Trabalho e MDS, fazer uma experiência a partir dos bazares solidários. Então, a partir de uma portaria existente, provou-se que isso é possível. Com produtos da Receita Federal, nós fizemos uma experiência que a gente chamou de megabazar, em São Paulo e Guarulhos, e o resultado é a constituição de um fundo que vai ser gerido pelo conjunto de organizações. Foi um resultado bastante expressivo, só que a gente precisa avançar mais, regulamentar mais, porque as mercadorias com as quais fizemos o bazar estavam apreendidas há dez anos. Mercadorias, camisetas, nós tínhamos um lote de tênis gigantescos que eles desfaziam na mão, porque estavam há dez anos parados, mercadorias que teriam certo valor. E, com isso, a gente superaria a ideia do favor, de que o órgão público doa por um favor local, ou seja, regulamentar esta questão dos bazares ou das mercadorias apreendidas. É uma fonte de recurso bastante importante, mas por um conjunto de projetos, não é só para beneficiar X ou Y entidades, mas por um bem mais amplo. E isso é possível. E, no conjunto destas organizações, até o final do primeiro semestre, definir como a gente está gerindo. Não gerou muito recurso porque, dos 100% da mercadoria, eu acho que uns 30% a gente conseguiu fazer gerar algum recurso, mas o resultado é bastante expressivo e mobiliza a sociedade, porque as pessoas, inclusive, vão querer conhecer o trabalho das organizações que estavam ali participando.

Maria Nazaré Lins Barbosa - Procuradora do município de São Paulo

Eu fiquei com um pouco de dúvida em relação à natureza destes fundos, ou seja, se ele é um fundo público, supõe que ele seja criado por lei, portanto, eu acho que é difícil fugir da lógica orçamentária. Aliás, como as fontes de recursos do fundo também poderiam dispensar recursos orçamentários?

E outra questão que eu fiquei em dúvida também é em relação à governança. Talvez a Ana Beatriz tenha ajudado a esclarecer, no sentido de ser uma gestão compartilhada entre membros da sociedade civil e governo, imaginando a semelhança do que ocorre com os Conselhos dos Fundos da Criança e Adolescente - que têm um problema de governança seríssimo porque há um desbalanceamento muito grande em relação às qualificações das pessoas que estão ali ocupando os cargos daqueles fundos. Ou seja, eu penso que já existe toda uma literatura em relação à questão de gestão dos fundos públicos, a semelhança, os que gerem os fundos da criança e do adolescente e que talvez isso possa também servir como base, experiências positivas ou negativas para gestão deste fundo que se pretende criar.

Ademar de Andrade Bertucci - Cáritas Brasileira

Mas voltando (*ininteligível*), da articulação dos fundos solidários, tem uma experiência de articulação de mais de trinta anos e que, recentemente, entrou na discussão de transformar isso em um direito nas políticas públicas - tem cerca de oito anos. É uma articulação que pega redes como da segurança alimentar, redes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Rede Mutirão da Forma, Rede da Asa do Nordeste.

E o que eu gostaria de comentar aqui é que eu participei do grupo e estou de acordo com Ana. Nós temos um horizonte, eu acho que as colocações feitas nos colocam no horizonte de tentar uma conquista futura, de um fundo nacional reconhecido como fundo de fortalecimento da cidadania e que significa recursos para fortalecimento institucional. Neste momento, pragmaticamente, acho que o grupo também trabalhou a ideia da necessidade de um programa que dê visibilidade para isso e que saia das amarras do nosso modelo hoje de orçamento. Quem participou destes dias, que foi esta loucura de mexer na LDO, sabe quais as dificuldades de a gente mexer na estrutura de orçamento, que vai precisar alguns anos para ser alterada e está mais a nosso fazer.

Se a gente está com esta ideia do fundo autônomo, fundo que dê autonomia, que as organizações possam trabalhar com seu fundo, com a liberdade que ele possa ter, eu estou querendo dizer que a gente tem vivido isso neste levantamento dos fundos solidários existentes no país. Até mesmo para a gente poder dizer que a questão da capacidade - como a gente usou o termo da capacidade operacional -, a gente tem encontrado com unidades lá no interior da Paraíba, com toda a organização do seu recurso, da sua distribuição com a comunidade participando. Então, é importante dizer que também nas situações assim, que a gente pode dizer, de maior fragilidade, há capacidade de administração, que algumas vezes a gente não reconhece quando está no nível das dificuldades um pouco mais complexas das entidades.

Eu estou querendo dizer isso - que há experiências que podem somar com a ideia de fundo -, por que o que é fundo autônomo? É a possibilidade de as comunidades terem recursos, alguns de poupança dela mesma, e outros de apoio governamental, para fazer a gestão das suas atividades. Desta ideia de fundos, o que tem de multiplicidade das diferentes ações que também nos ajudam a sair da segmentação, que hoje com os fundos estabelecidos nos atrapalham, a questão de direitos fica toda dividida.

Eu estou querendo dizer que estas experiências já nos dizem o seguinte: nós fizemos um seminário, quatro anos atrás, e não há nenhuma dificuldade jurídica para que haja recursos públicos para apoio a estes fundos. Por isso, a experiência da SINAES (Secretaria de Economia Solidária), experiência do BNB que está aqui presente, nos

diz que não há nenhum impedimento que você tenha do limite dos nossos editais, no limite dos convênios, que tenha projetos que apoiem recursos que vão para um fundo. Agora, dentro deste recurso, estou sem explorar muito porque eu também eu estou propondo que este grupo de trabalho levante estas iniciativas para nos subsidiar, para dar o salto para uma perspectiva de um programa nacional. Como já tem uma diretriz, já tem uma discussão de anos em torno disso, era muito interessante olhar os editais que saíra em torno disso. Tem uma definição, que o recurso não é inteiramente do fundo, mas é porque o fundo não existe, se você vier organização da comunidade, organização da entidade, da Associação. E o que a gente tem feito é que para o fundo vai 70% - este é o que alimenta depois os projetos que são apresentados - 30% é o elemento ligado à questão do desenvolvimento institucional, que é preciso ter acompanhamento, é preciso ter organização, é preciso ter mobilização, e, sobretudo, é preciso ter a rede destes fundos isolados, eles se perdem ao longo do tempo. E a intenção é de que fundos em redes possam chegar, a gente te um fundo nacional autônomo, que eu acho que é o horizonte que a gente está se propondo.

Ana Beatriz de Oliveira

O fundo patrimonial, na verdade, apareceu na lógica também do outro eixo de doação. O patrimônio, a palavrinha patrimonial, significa patrimônio financeiro. Hoje, a lógica orçamentária trabalha no componente fundo público, trabalha na forma de uma conta gráfica, ou seja, nós aprovamos a lei orçamentária anualmente, ela vai para a Secretaria de Orçamento (SOF), a SOF distribui os orçamentários para os Ministérios, e os Ministérios operam aquele orçamento por meio das suas Secretarias e por meio dos seus fundos. Mas, os fundos ficam limitados ao orçamento do Ministério, certo? Então, por exemplo, se o fundo recebeu doações ou receber recursos que extrapolem o que havia sido previsto na lei orçamentária para o Ministério, aquele recurso não pode ser injetado no fundo, porque o fundo hoje é uma conta gráfica na estrutura contábil e orçamento. Certo? Então, quando nós falamos em fundo patrimonial é um conceito que não é novo, muito pelo contrário. Obviamente, existe toda uma resistência e é preciso discuti-lo com mais profundidade, mas ele viabilizaria, em uma instituição financeira pública, a possibilidade de patrimônio financeiro. Ou seja, o recurso que ficaria na instituição, obviamente para ser aplicado. Recurso para gerar recurso, e, portanto, ele sairia da caixinha de limites estabelecido pela contabilidade orçamentária básica que nós conhecemos.

Exemplos de fundos patrimoniais: de compensação, o ambiental, de proteção integral. Então, o empreendedor vai fazer uma obra, obrigatoriamente tem que fazer uma compensação porque o impacto é inevitável. O IBAMA estabelece percentual desta compensação, tem a resolução que já estabelece o mínimo a ser definido, a ser captado. E a ideia é que este recurso não receba o banho orçamentário, é que

ele vá para a conta patrimonial. Hoje ele é operado, caso de compensação para uma área muito específica que são as unidades de conservação integral, não é isso que nós estamos sugerindo. Nós estamos sugerindo que exista patrimônio financeiro, e a ideia de que este patrimônio financeiro venha do privado, principalmente, e não necessariamente do orçamento público. Que ele venha do privado, do empresário, na linha de doação. O novo é isso, ele vem do privado, ele não recebe o banho orçamentário. Porque se ele receber um banho orçamentário, a colega tem toda razão, são os limites, a lógica orçamentária não vai ser alterada, senão ela cria uma fragilidade no sistema orçamentário brasileiro e não vai acontecer, muito provavelmente, e nem defendo que aconteça.

José Eduardo Sabo Paes - Ministério Público

A colega colocou com maestria a questão e definindo em todas as balizas o objeto da pergunta da Nazaré. O novo é justamente a criação de um fundo que tenha recursos privados, que tenha recursos privados e que não pode ser um fundo público por diversas razões aqui colocadas, tanto razões teóricas, quanto razões práticas. Com a questão da estrutura do orçamento público de PPA, de LDO, LO e da própria execução, isso é uma loucura impraticável. Ou seja, tratar este assunto como fundos patrimoniais, que foi colocado no grupo interior, que a nossa amiga do IDIS, a Paula, é expert (*ininteligível*), tratar desta forma. Ou seja, com natureza jurídica, e, evidentemente, nós temos que ter a forma que o fundo possa sim ser criado por lei. Um dos exemplos foi este: a questão dos ônus compensatórios em casos de desmatamentos, ou de trabalhos realizados na área do meio ambiente. E também outras fontes podem ser encontradas, parece que até em tom de brincadeira foi falado, mas é uma brincadeira saudável desta questão das loterias. Como Sales estava lembrando várias loterias, talvez caiba mais uma ou caiba dentro da composição das receitas de uma delas mais este ponto.

Eu gostaria de dizer também que há possibilidade de outras compensações. Inclusive, isso tem acontecido de forma muito significativa no âmbito da justiça do trabalho, dissídios, outras compensações são feitas por Sindicatos e estes recursos podem vir para este fundo. Nós temos exemplos, porque na justiça brasileira tem havido uma mudança significativa, dando até, certamente, maior eficácia e cumprimento da lei. Isso a partir de 1995, com uma criação do Juizado Especiais Cíveis, em que se faz a tratativa da compensação por trabalho voluntário, por bolsas, por prestações.

O que eu quero dizer? Eu quero dizer que este fundo pode se compor também por prestações oriundas de obrigações das esferas judiciais. De descumprimento de atos ilícitos. E aí nós vamos chegar em uma outra questão que também foi comentada aqui, com relação à Receita Federal, apenas um complicador da Receita Federal: não dá para transformar diretamente aquela compreensão em dinheiro. Porque fundo é - como ela muito bem colocou - dinheiro, fundo ali é

quase que uma ficção no momento, você vê no telão ali o dinheiro. Agora, daquela apreensão dos bazares – como nosso amigo da Caritas colocou da sua experiência, que é fundamental –, isso tem que passar por uma regulamentação mais precisa, mais abrangente, também pode ser pública. Eu até diria o seguinte: devia ser pública, ou seja, em lei para disciplinar, deve haver disciplinamento legal. Isso daria até mais segurança, inclusive, para a Justiça Federal, traria mais tranquilidade para os depósitos judiciais, que não ficariam sobrecarregados destes bens. Isso seria um alívio, a polícia gostaria, a Justiça Federal mais ainda que estes bens fossem no prazo e na forma transformado em dinheiro.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Muito bom Sabo, esta provocação nos faz pensar que tipo de compensação faria sentido. Então, no caso do fundo de defesa dos direitos difusos, por exemplo, ele é formato de multas que são relacionais ao CADE, que é o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Enfim, a ideia é recomposição dos direitos difusos, então, no caso do fundo para economia participativa, desenvolvimento institucional das organizações, que tipo de compensações fariam sentidos? Ele levantou uma série de hipóteses, acho que esta também é uma reflexão interessante de ser feita.

Paula

Eu acho que, enfim, da fala do Professor José Eduardo Sabo Paes, vendo esta questão da natureza deste fundo patrimonial que, sendo privado com a gestão própria dentro do estado, não sei. Coloco aqui até para os colegas advogados pensarem e também a gente ouvir sobre a criação de uma pessoa jurídica de direito privado no âmbito da administração pública, que faria esta gestão neste fundo. Uma ideia que não foi trabalhada, mas que parece vir decorrente aí.

José Eduardo Sabo Paes - Ministério Público

Só para fechar esta saudável provocação aqui da Paula, nossa pesquisadora. Às vezes, nós advogados, juristas, atores juristas, gostamos de complicar. Talvez agora a gente não devesse se preocupar com a natureza jurídica no sentido de formação da pessoa jurídica, mas é bem verdade que o Estado brasileiro, democrático, participativo, tem se mostrado muito capaz de resolver com novas pessoas problemas antigos e existentes, e enfrentar novos. Temos os problemas das fundações privadas, fundações públicas, fundações públicas de (*ininteligível*) de privados, empresas públicas, ou seja, não vamos nos preocupar com isso agora. Só isso que eu queria dizer, mas com certeza, hoje o direito está tão maleável que há possibilidade de criação, por lei, de uma natureza jurídica privada ou de uma natureza quase pública. Acho que não dá nem para se preocupar. Conversando aqui com nosso Curador de Fundações de

São Paulo, Dr. Aírton, que deixemos isso para depois, esta é nossa sugestão.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

A gente vai começar agora pelo combinado da manhã: a ordem dos grupos agora à tarde começa com incentivos fiscais, depois simplificação, depois cooperação internacional e, por último, empreendedorismo. Então, eu vou chamar aqui a relatora do grupo de incentivos fiscais, a Daniela, que vai fazer a apresentação.

Daniela Castro - Atletas pela Cidadania

Esse assunto eu acho que vai gerar polêmica, acho que ninguém vai dormir. Vou relatar um pouco o que o grupo sistematizou aqui, é um tema que gera mesmo muita discussão. Nós resolvemos, na apresentação, deixar a pergunta clara, ou seja, a gente trabalhou muito em cima dessa pergunta: quais seriam as medidas administrativas ou normativas necessárias para a melhoria do cenário de doações com incentivo fiscal para as organizações da sociedade civil? Chega até a ter uma discussão sobre se esse incentivo é bom ou não, mas nós não encontramos nisso, a gente foi direto no que seriam propostas para melhorar essa política de incentivo para as organizações da sociedade civil em geral. Nós tiramos quatro medidas que entendemos que seriam necessárias para a melhoria do uso da lei de incentivo.

A primeira delas é a criação de políticas de doação incentivadas pelas pessoas físicas para organizações da sociedade civil, respeitado o limite de 6%. Acho que surgiu um pouco aqui o incentivo para que as pessoas físicas possam participar. Tem um dado interessante, que parece que só 2% de todo o potencial de recursos que a lei de incentivos tem são utilizados hoje por pessoas físicas. Então, a ideia foi estimular essa medida. Como? É a questão que eu acho que vai ser mais bem explicitada no grupo de simplificação, mas é utilizar um cadastro nacional de entidades que tenham mecanismos de controle, um cadastro unificado, a publicidade na prestação de contas, independente da titulação. Então vamos unificar, mas não estamos falando que não vai ter um controle, a ideia é um controle e a publicidade da prestação de contas. Extinguir o título de utilidade pública.

Houve uma proposta, no rodízio, da questão de incentivo fiscal para recursos de longo prazo. A gente vai ver que aparece um pouco a ideia de que algumas leis de incentivo ficam muito anuais, sem a preocupação da continuidade, e também o incentivo fiscal para fundos patrimoniais. A gente não desenvolveu esse tópico, então coloco aqui como registro, não deu tempo para gente desenvolver isso, mas foi uma sugestão que chegou ao grupo.

A segunda medida seria a desconcentração de investimento incentivado. O que seria isso? A lei de incentivo por projeto acaba, às

vezes, concentrando em eixos, por exemplo, Rio-São Paulo, ou organizações que tem uma visibilidade maior. Então, a ideia é a gente tentar pensar no mecanismo para repartir esses recursos para que cheguem aos diferentes objetivos, às vezes sendo estimuladas diferentes áreas, ou criando diferentes percentuais, ou o sistema de pontuação - como tem uma proposta da cultura de pontos para incentivar. A não entrou numa proposta mais profunda, mas a ideia é que isso é necessário, porque há uma distorção hoje e uma concentração dos recursos que são incentivados. Então a ideia é de uma parte do recurso incentivado ir para fundos públicos, porque hoje, por exemplo, a lei de resposta à pessoa pode direcionar, a empresa pode direcionar para um determinado projeto e só, então a gente acaba, por exemplo, tendo algumas distorções.

E estudar contrapartidas do doador, então aqui também é estudar as contrapartidas, porque também houve uma discussão no grupo assim: a ideia do incentivo, se a gente colocar muitas restrições simplesmente o doador pode não fazer. Pode ser que por isso tenha que estudar bem, para a gente pensar qual é a repercussão disso, que já muitas empresas, por exemplo, não doam para o esporte. Então, se a gente colocar mais contrapartida... Mas, ficou no grupo que, muitas vezes, fica o doador somente direciona o recurso e não há qualquer tipo de contrapartida. Por isso, a questão também de dar percentuais ou pontuação para direcionar um pouco melhor esses recursos que são incentivados.

Bom, uma das coisas que a gente falou é de incentivo com metas e análise de impacto. Muitas vezes, a gente se perde no processo de prestar contas etc., mas, qual é o impacto que está sendo gerado por projetos ou com incentivo? Qual é o impacto disso? Uma análise maior em metas e impactos dos projetos. Como a gente poderia fazer isso? Então, incentivo para buscar resultados, e tempo determinado de existência.

Houve também uma discussão no grupo que era: para que serve a lei de incentivo? Só para estimular uma área? E depois seria a ideia seria parar, ou seria um financiamento em longo prazo? Então, aqui a gente está colocando que tem que ter metas para saber se a lei de incentivo está atingindo seu resultado. Foco no resultado e não no processo. Então, a questão da simplificação aparece de novo aqui, porque as organizações perdem muito tempo em um processo que tem muitos meandros, que às vezes elas não estão nem preparadas para isso. O processo é complexo e se perde, às vezes teve um resultado excelente e acaba parando ali no meio do processo de prestação.

Premiar o uso eficiente de recursos. Hoje não acontece isso, não se premia as organizações que, às vezes, até conseguem fazer uma economia do recurso, uma gestão eficiente do recurso. Parte do recurso poder ser utilizada na melhoria da governança, isso apareceu, então hoje não é permitido, não sei se em todas, mas não é permitido

que uma parte do recurso seja utilizada, por exemplo, na governança da própria organização, numa avaliação de impacto do projeto, no desenvolver da sustentabilidade dela. Se o incentivo é para estimular uma área e para depois ela poder captar sozinha, deveria prever uma verba para as organizações se capacitarem até para isso, para conseguirem captar além. Isso é algo que não acontece hoje, e a gente acha que até para prestar contas você precisa de uma capacitação, de verba para isso, e hoje só é projeto em si.

A publicação periódica do balanço. Publicizar esse impacto social, em virtude desse benefício. A revisão periódica dessas metas e mecanismos de análise, sempre revisar isso, tanto as metas, como os mecanismos para atingi-las.

E, por último, uma medida que a gente pensou é a divulgação do uso da lei de incentivo por pessoas físicas, jurídicas, enfim, campanhas nacionais para isso. Falou-se um pouco de campanha, acho que entra um pouco nessa cultura da doação. Uma agenda nacional de capacitação das organizações que a gente não pensou - como a Laís falou - em como, mas realmente pra saber como usa, como é que é um assunto que ainda as organizações, às vezes, não estão nem preparadas para usar, porque é complexo. E que acompanha, claro, uma simplificação na compilação normativa, para ser acessível. Porque uma coisa que a gente também percebe é que talvez as organizações menores não utilizem tanto porque é complexo. Então eu acho que essas foram as quatro medidas que nós propusemos.

Vera Masagão

A gente pensou em fundo, constituição de fundos, então eu acho que sempre a gente esbarrou um pouco na discussão do incentivo fiscal. É só para checar se é assim que esse debate aconteceu lá e como é que vocês viram. Quer dizer, a gente, ao discutir quais seriam as fontes de recursos para o tal fundo de participação, de desenvolvimento institucional das organizações, falamos em incentivos fiscais, em parte.

Agora, tenho dúvida: se você incentivar uma doação voluntária, ou seja, uma coisa que eu vou fazer se eu quero, eu vou fazer uma doação e o governo vai me dar um incentivo para eu fazer, mas de qualquer jeito ela é uma doação voluntária. Eu acho que é diferente - até para a gente ver por outra possibilidade. Ou é a mesma coisa de você ter, vamos dizer, a prerrogativa de escolher dentro de um percentual pequeno do seu imposto de renda (0,5, 1%) de pessoa física, você destina a um fundo X, ou a um fundo B, enfim, a um único fundo que é de apoio às organizações da sociedade civil? Seria o mesmo, é um pouco diferente, está na linha do incentivo? Eu acho que não, não é bem incentivo fiscal. Isso é, na verdade, você poder escolher a destinação do seu imposto, não é o incentivo para uma doação voluntária. Para mim, sei lá, é só uma questão que ficou na minha cabeça, em algum momento o grupo não sabia se era a

mesma coisa ou não.

E acho que outra questão que eu escuto sempre como debate que trava essa agenda do incentivo fiscal é certa competição, quer dizer, você já tem hoje certos incentivos para certas áreas. E aí, quer dizer, vamos aumentar? O que vocês sentiram no grupo? Que existe uma tendência a abrir, ou seja, que esses incentivos possam ser dados para qualquer área? Precisa existir reservas para cultura, para o idoso, para criança e para adolescentes, por onde foi? Quer dizer, eu acho que a gente tem cauda e abertura para realmente abrir essa ideia, eu acho que vai ter um limite dessa isenção, desse incentivo fiscal. Mas, vamos dizer o que vocês acham, estamos ao ponto de realmente abrir isso para qualquer área ou de fato vamos continuar trabalhando com certas áreas, vamos dizer, privilegiadas com esse tipo de mecanismo?

Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Vou aproveitar para fazer outras perguntas e esclarecimentos das propostas, que eu acho que o grupo pode ajudar a responder as perguntas da Vera e também algumas coisas para deixar um pouco mais claras as propostas que foram colocadas.

Quando se fala no percentual de até 6%, eu entendi que a ideia é somar, ampliar a possibilidade dos percentuais. Isso geraria uma alteração normativa. Queria que você esclarecesse se foi isso que vocês pensaram. E vocês não fizeram nenhuma proposta aqui específica sobre pessoa jurídica. A princípio, me pareceu que foi focado na pessoa física, então era legal esclarecer um pouco isso. E quando fala no cadastro nacional de entidades, a gente está falando do cadastro nacional de entidades do Ministério da Justiça, o cadastro já existente, ou a criação de outro cadastro? Imagino que seja o do Ministério da Justiça, mas só para deixar claro que é aonde já tem a possibilidade da publicidade das prestações de contas, já é um cadastro, já serve a esse papel.

Vanessa Abritta - Assessora do Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência da República

Em relação à pessoa jurídica, a gente não discutiu diretamente a questão do incentivo para alterar, a não ser a questão de a gente não estar mais vinculando à atividade pública e tentar utilizar o cadastro nacional, que provavelmente o pessoal da simplificação vai apresentar, é o mesmo cadastro do Ministério da Justiça. E o que a gente tratou também na pessoa jurídica foi a questão do incentivo nos projetos, porque a gente acaba vendo que o incentivo na verdade é um financiamento, porque todo o valor que a pessoa doa está deduzido do imposto de renda, ou seja, está saindo dos cofres públicos para fazer aquele incentivo, e muitas vezes até para levar a marca, levantar a marca de quem está fazendo a doação. Mas, o que a gente queria na verdade, era que a nossa colega Daniela trouxesse

a questão dos esportes, que a maioria das doações é feita para medalhas, coisas de projetos grandes, por isso que a gente falou da desconcentração.

Então, trabalhar talvez no sentido da lei da Pró-Cultura, que está no Congresso, de fazer pontuação. Então você tem 5%, se você fizer para tal projeto, mas você tem um se você doar para o fundo e mais um se você fizer para outra entidade. Entendeu? Seria nesse sentido, de desconcentrar quando vinculado aos projetos os incentivos da forma como estão hoje. Sem criar, mas, sem poder dar tudo para um projeto grande e os pequenos ficarem sem, porque acabou não tendo acesso ao fundo.

Em relação à pessoa física, o que acontece? Os dados da receita que a gente tem: 6% que a pessoa física pode usar de imposto devido, e menos de 2% desse potencial é utilizado. Tem espaço para todo mundo, não há uma briga, não há uma guerra interna. Quem vai começar a doar quando a gente faz a proposta de pessoa física poder estar doando para a organização da sociedade civil, a gente quer desvincular isso de projetos de fundos, a gente quer trabalhar justamente na questão de autonomia, a gente quer que aquela entidade que trabalha ali na tua quadra, que está ali, que você conhece o trabalho dela, você sabe que ela faz um trabalho sério, você já faz doações, a maioria das pessoas já faz doações, você pode dar um pouco mais, porque esse valor vai ser incentivado. Você fala assim: “eu já dou isso, mas eu vou ter um incentivo para dar, então eu posso dar um pouco mais. E eu estou vendo o trabalho dela ali”. Então, essas pessoas que, muitas vezes, não usavam do incentivo, mas faziam as doações de qualquer forma, vão ser beneficiadas.

Por que no limite de 6%? Para a gente não entrar em responsabilidade fiscal simplesmente, porque a gente tem espaço para isso sem causar uma regra, sem perder para ninguém e a gente amplia muito o leque das entidades, principalmente as entidades pequenas, tanto de esporte, quanto de cultura, que não recebem por projeto, mas podem receber porque é a pessoa que está ali do lado dela, a pessoa física que está doando, que conhece a entidade.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Mas, não é por área?

Vanessa Abritta

Não é por área, é organização da sociedade civil. Aí entra também a questão do cadastro nacional, porque da forma como está hoje teria que vincular a utilidade pública ou Oscip se a gente for copiar de pessoa jurídica. E daí a gente entrou também uma discussão sobre se esse valor se a gente vincular vai ser do imposto devido também 6% ou se a gente faria no molde da pessoa jurídica, porque na pessoa jurídica maioria dos incentivos são sobre o imposto devido com exceção das doações para organizações das entidades civis e para

ensino e pesquisa, que são sobre a base de cálculo do imposto de renda da contribuição como sua despesa operacional. O que acontece quando é dessa forma? Você tem uma contrapartida da pessoa que doa, então os 100% que ela doa não são deduzidos, ou seja, ela vai deduzir um percentual – chega a 34% juntando o imposto de renda, o adicional e a contribuição social e os outros 66 vai sair do bolso delas. Então, a gente discutiu isso, vamos fazer uma proposta de incluir as pessoas físicas para doarem para as organizações da sociedade civil com o imposto devido nos 6%, ou abatendo do rendimento tributário, da mesma forma como são feitas as outras deduções legais – ensino, saúde, essas coisas, que daí, no final, você acaba não tendo 100% do retorno, você vai ter o retorno em relação a sua alíquota aplicada se for 7,5, 27,5, 15, essas coisas.

André Ribeiro Ferreira - Assessor técnico da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Sobrou pouco aqui dos questionamentos depois dos esclarecimentos da Vanessa, mas na sua última pergunta, sobre o cadastro, a ideia é sim o cadastro existente no Ministério da Justiça. E aí – eu acho que a Vanessa já apresentou –, a discussão foi no sentido da melhor lógica de criar mecanismos de alargar essa base de doação ou de doações incentivadas pela pessoa física, principalmente pelo fato dela abrir a possibilidade de direcionar recursos institucionais e não vinculados ao projeto, que é que os desincentivos atuais permitem. Então, essa é a premissa que orientou, em grande medida, o nosso debate.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Só complementando a questão da pessoa jurídica, inicialmente a gente tinha pensado na expansão do benefício também para pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, e aí a Vanessa trouxe para a gente números, que seria uma briga muito grande para o resultado, talvez um pouco significativo, dentro daquela perspectiva de onde estariam as riquezas. Então, para que pudesse ser um foco mais possível dentro do que já existe hoje, sem muitas brigas, digamos assim, é que a gente pensou em explorar essa questão do patrocínio por meio de pessoa física.

Vanessa Abritta

Em relação ao lucro presumido, a questão é que, a partir do momento que qualquer empresa passa lucro de um benefício fiscal, ela automaticamente é obrigada a declarar para o lucro real, então faz parte da sistemática do lucro real, se você usa incentivo, você é lucro real. Então, é uma complicação. Fora que, apesar de a maioria (mais de 60%) ser tributante pelo simples ou pelo presumido – que são formas presumidas, não podem fazer uso do incentivo –, o percentual de recursos que isso significa da receita é muito baixo. Então, é uma briga que não teria uma justificativa tão forte como a gente brigar pela pessoa física optante pelo simplificado. Por quê? Porque, às

vezes, a pessoa tem a falsa ideia de que tem um rendimento tributário menor, pelo contrário, o que essa pessoa tem, às vezes, são deduções menores, mas não rendimento menor, e quando a gente fala “eu sou contra”, quando dizem: “ah, você fala para a receita, eles vão falar que o simplificado você vai dar benefício para benefício”. Não, você não está dando benefício por benefício, porque quando você faz uma dedução, o simplificado é de 20% sobre o rendimento bruto daquela pessoa, você está fazendo uma dedução do rendimento bruto daquela pessoa. Quando você está falando de 6% do imposto devido, já é um ato posterior, então a pessoa vai ter o rendimento tributável, ela vai tirar os 20%, então vai tirar as deduções legais permitidas, vai chegar uma base de cálculo do imposto. Nessa base de cálculo do imposto, vai aplicar alíquota correspondente que será a mesma para ambos se tiverem a mesma receita, e a partir daí você vai ter o imposto devido que você vai poder fazer a doação.

Tem uma dúvida, que muitas pessoas ficam: não é o imposto pago que dá direito a doação, é o imposto devido. Então, depois do imposto devido você vai tirar a alíquota que você já pagou para restituir ou a pagar. Se você tiver a restituir, você vai ter uma parcela maior a restituir, se você tiver a pagar, você vai pagar menos. Então, a gente entra naquela questão também do fundo das crianças e dos adolescentes, que foi um ganho muito grande, e a receita federal nesse ano fez uma coisa muito legal, fez o cálculo na própria declaração. Então, o que acontece é que, muitas vezes, a gente até chegou a citar, e não falou depois, sobre a visibilidade dos incentivos. Muita gente não doa porque também não sabe como funciona. Dizer que você tem direito a doar 6% do seu imposto devido na sua declaração do ano que vem, a pessoa não sabe nem quanto ela deve naquele mês. Normalmente, a pessoa só vai fazer o cálculo na própria declaração, ela vai juntar todos os rendimentos dela e depois vai ver se vai ter que pagar ou vai ter que restituir, a pessoa não tem isso. E, no imposto de renda, agora em relação à criança e adolescente, você pode fazer, é limitado a 3%? Sim, é menor, mas na própria declaração aumenta muito o número de doadores, porque está ali, você está vendo, é aquele valor, entendeu? Então, a gente brigar para isso ser estendido para os outros fundos, para os outros projetos, também é uma coisa que eu acho que vale muito à pena.

Eliana Rolemberg

Estava querendo casar um pouco uma discussão das doações e os incentivos. Me pareceu que vocês ficaram restritos aos fundos que já existem hoje, quando a gente colocava a necessidade de ampliar e de abrir a possibilidade de um fundo que contemple setores que hoje não são beneficiados por esses fundos já existentes. Eu queria entender se é isso mesmo, que vocês ficam restritos, ou se existe alguma abertura a um fundo para setores ampliados e diversificados.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Essa eu acho posso responder, até tentar ajudar aqui. Quando se fala da revogação da utilidade pública e da substituição pela certidão de regularidade do cadastro nacional de entidades, está se falando de uma possibilidade de ampliação para mais organizações, que, como critério, terão que entrar no cadastro nacional de entidades e publicizar suas atividades, suas informações financeiras, etc. Então, hoje, por exemplo, o cadastro tem vinte mil organizações, sendo que dessas vinte mil, doze mil são de utilidade pública, seis mil são de Oscip, e tem outras organizações que não tem titulação, porque o cadastro é aberto às organizações que queiram publicizar os seus dados. Então, a ideia de fortalecer esse cadastro nessa perspectiva também amplia a possibilidade de outras organizações, e aí teria que trabalhar nos critérios do cadastro, mas seria uma oportunidade sim de ampliar para outros tipos de organizações que não estão incluídas hoje nas áreas temáticas entre esporte, criança e adolescente, câncer, deficiência etc., que são os outros incentivos.

Interlocutora não identificada

Laís, só um esclarecimento sobre o que você coloca: a ideia é que esse cadastro se torne um tipo de certificação também ou ele é só um espaço declaratório de informação das organizações?

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Espaço declaratório de trabalhar as informações de publicidade dos dados, de transparência. A ideia não é criar um novo título, mas, obviamente que terão que ser criados os critérios para que o cadastro emita certidão de regularidade, então a regularidade tem algum conjunto básico de critérios, o que não significa uma certificação.

Interlocutora não identificada

Só esclarecendo: no grupo, a gente sabia que estava discutindo o fundo público, realmente já tem esse, só uma confusão, porque realmente a gente tentou se ater a como melhorar os incentivos já existentes. Mas, quando a gente falou do cadastro único, a ideia... São duas coisas (pelo menos é meu entendimento): uma é o benefício fiscal, que aí eu acho que pelo menos não teve no grupo uma discussão, mas eu acho que há um entendimento que há muito pouco benefício fiscal, até se vai fundo patrimonial que foi uma sugestão que veio, a pessoa está investindo na própria sustentabilidade da organização, aí não estou falando do fundo público, fundo dentro das organizações, a pessoa paga ITCMD, por exemplo, para doar. Então, eu acho que aí vai uma discussão maior do sistema tributário que já não é fácil, mas que eu acho que precisa para o setor social brasileiro, porque realmente a gente tem pouco desse tipo de, não vou falar incentivo para não confundir, mas é um benefício para as pessoas que doam.

No caso de incentivo, o que a gente também sugeriu no grupo, mas a gente também não foi muito além, foi, a princípio, o que se chama lei

de incentivo, por exemplo, do esporte e da cultura, para incentivar uma área. Por exemplo, o esporte seria para acabar em 2015 e a gente está percebendo que a lei de incentivo virou uma forma de financiamento, ou então algo é para incentivar e não para ficar. Então, há sim uma confusão e a gente acabou se atendo ao que já existia, mas com a recomendação de que se estenda para as pessoas físicas e também não falamos de estender o benefício fiscal para pessoa jurídica, mas a ideia do cadastro é esse, é espalhar um benefício fiscal para todas, porque eu acho que o incentivo ficou muito reduzido a determinadas áreas, mas que a ideia era incentivar e depois sair para incentivar o aporte a cultura, por exemplo, mas a gente não chegou a ter um fundo nessa discussão.

Paulo Haus Martins

A minha intervenção tem um propósito específico, mas eu vou antecipar outro propósito. Aqui se fala muito do cadastro do Ministério da Justiça, não tenho me manifestado com relação a isso, mas a Laís e outras pessoas sabem o quanto eu não gosto dessa história de cadastro, o quanto me lembra o século XIX, que para você poder abrir um terreno de um bando no Rio de Janeiro, você precisa estar cadastrado na delegacia de polícia e provado pelo delegado. Qual é o poder que vai ficar cadastrando a gente? Por que eu preciso dar declarações além da declaração do imposto de renda que se dá? Por que eu sou sociedade civil organizada não sou uma empresa? Por que eu não sou tão transparente quanto os outros quaisquer que poderiam receber isso daí? Mas, tudo bem, o cadastro do Ministério da Justiça é um cadastro que hoje em dia é regido por pessoas decentes.

A única pergunta que eu faria: se é uma questão de operação e se não é uma questão de sair por aí certificado, por que não abrir então a lei PJ? Abre a declaração de rendimento das pessoas que têm já no Ministério da Fazenda normal, anual, aquele que ela tem direito a ganhar a doação incentivada. Acabou, pronto. Inclusive, é mais serviço para o setor público. É só uma proposta para vocês pensarem no assunto, não é nada muito grave.

O meu ponto inicial é o seguinte: eu ouvi e fiquei um tanto confuso, confesso, com relação à defesa do por que não pode ser, ou por que não insistir com as pessoas jurídicas que declaram além das que declaram pelo lucro real? De fato, eu não consegui entender a motivação disso, a primeira motivação é que parece que não, porque eu acho que, a princípio, a defesa de que não é possível eu ter um desconto ou um incentivo do imposto a pagar se eu não declarar pelo lucro real. Mas é possível, esse é o primeiro ponto, porque decorre de lei, depende da lei, depende da regulação que você fizer, não é possível de segunda lei ter hoje. Nós estamos discutindo a lei de amanhã. O segundo ponto: nem toda declaração e nem todo o desconto se dá sobre a base de cálculo do imposto, você permite isso e logo depois o FIA não se dá a sua base de cálculo do imposto e

algumas para a cultura também não se dão sobre a base de cálculo do imposto, se dão sobre o imposto a pagar. É absolutamente viável que se faça, portanto, doação de pessoas jurídicas e desconto dessas doações no imposto a pagar das pessoas que declaram pelo lucro presumido e pelo simples.

E mais, acho extremamente importante, porque aí vem o segundo argumento: “ah não, porque os recursos desse pessoal são muito baixos, então não vale a pena a gente insistir nesse assunto”. Pois bem, duas dimensões desses lucros baixos. Se você pegar as operações bancárias do país, por que você tem TED acima de R\$5.000,00 e por que o restante, abaixo, tem DOC, você paga e demora mais tempo? Simples, porque a alegação econômica é que, naturalmente, acima de R\$5.000,00, na verdade, acima de 5 milhões de reais transitam 98% dos valores em curso das operações bancárias brasileiras. Abaixo, estamos todos nós. Uma pessoa só é capaz de transitar muito mais do que todo mundo aqui durante toda sua vida. Isso significa, por acaso, que esse valor não poderia repassar? Ao contrário disso, é o bar da esquina que trabalha com as pessoas que passam na frente, que conhece a organização que de fato lida com as crianças de rua, que é o mais importante, que quer doar os R\$100, que pode fazer uma enorme diferença para aquela organização pequena.

Se você abrir mão por causa do fluxo de recursos, você entra numa outra armadilha ainda pior. Primeiro: você diminui expressivamente os doadores que você poderia ter acesso para poder pedir doação, daqueles doadores que estão dispostos, vivem sua vida assim, com salas atulhadas de projetos para poder avaliar para quem que eles vão dar ou não vão dar? O segundo elemento: e aí você fica na mão deles e dos seus critérios, do critério de quem mexe com grande capital. Se quiser mudar alguma coisa a gente tem que ir para o doador pequeno sim, tem que ir para o doador pequeno, para o bar da esquina, para a pequena loja, para a papelaria, para recuperar a sua capacidade de doação e as organizações recuperarem a sua capacidade de autonomia.

Flávia Regina de Souza Oliveira

Eu tenho três pequenas considerações. Hoje, o cadastro nacional de entidades do Ministério da Justiça - eu não conheço nenhum caso real concreto -, mas ele já permite que organizações que não sejam Oscip ou de Utilidade Pública Federal voluntariamente se cadastrem e deixem suas informações transparentes, a conhecimento da sociedade. Então, talvez o fato fosse desvincular o incentivo fiscal, que é concedido às Oscips e Utilidade Pública Federal, do título em si, e ser um cadastro voluntário e incentivar essa transparência.

Outra coisa que eu acho importante é a gente de extinguir incentivo fiscal real, que eu concordo que aos 2% da dedutibilidade do imposto de renda, isso para mim é incentivo fiscal de destino do imposto de

renda devido. Na verdade, o imposto é uma espécie tributária que não tem destinação específica, você não deixou de recolher esse recurso aos cofres públicos, na verdade, você está imputando um destino específico para este imposto, ou seja, o fundo da criança e do adolescente, a cultura, o esporte. Então, não é incentivo fiscal, isso é destino de imposto de renda devido, você está recolhendo os R\$5.000 que você ia pagar no dia 30 de abril, você continua pagando R\$5.000, só que você pegou e antecipou 6% de R\$5.000 e colocou para o cofre, para um outro lugar no cofre público que você sabe para onde vai, que é o fundo da criança e do adolescente no município de São Paulo, especificamente para entidade que trabalha com determinada ação e cadastrado no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente. Acho muito importante a gente fazer essa distinção, porque quando a gente fala em aumentar o incentivo fiscal baseado no destino do imposto de renda devido, se você ampliar para 7%, ampliar para pessoas jurídicas que apuram imposto de renda pelo regime do lucro presumido ou pelo simples, ou para todas as pessoas físicas, o governo não deixa de arrecadar com isso, simplesmente ocorre um destino específico desse imposto de renda, que ia ter uma escolha de destinação *a posteriori* e que essa decisão é exclusiva do poder público. Você transfere para a sociedade civil esse destino, a capacidade de escolher e contribuir com o governo para onde que deve ir esse recurso. Eu acho isso super importante de a gente conversar.

Voltando um pouquinho a uma discussão que teve de manhã sobre o incentivo fiscal para pessoa física, acho importante a gente colocar que lá em 1995, quando acabou incentivo fiscal para pessoa física, ele se deu por um escândalo que ocorreu na Câmara dos Deputados, que é o escândalo famoso dos Anões do Orçamento. A partir daquele momento todos os incentivos fiscais foram cancelados, sendo mantidos única e exclusivamente três tipos de incentivos, que são aqueles da 9249, que é a lei de 1995. Naquela época, a receita cancelou os incentivos fiscais porque ela não tinha como mapear tecnicamente as organizações e as pessoas físicas que faziam a doação. Só que hoje, o CROCELE e o sistema da receita são muito mais sofisticados e eu acho que a condição de mapear se esse incentivo está indo para uma organização inidônea ou se ele partiu de um recurso que tem uma origem duvidosa, a receita consegue fazer isso por sistema. Então, não vejo também porque não ampliar novamente para pessoa física.

Paula

Queria só dizer que existem estudos de que há realmente uma relação entre incentivo fiscal e o volume de doações, e que isso tem que ser levado em conta. Você pega os países que têm um volume de doações expressivo, isso acontece em grande parte também pela presença de incentivos fiscais, e eu acho que isso não tem como ser ignorado, até no nosso caso no eixo de como aumentar o volume de

doações do país, isso não tinha como não ser discutido. E eu acho que isso talvez seria uma coisa interessante até para pautar as autoridades no sentido de promover mudança nesse sentido.

João Paulo Vergueiro - ABCR

Eu quero rapidamente fazer um comentário, tirar uma dúvida, e fazer uma reflexão final.

Primeiro documentar, em relação ao cadastro, eu acho que algo que a gente sente falta muito na ABCR e dentre os profissionais de captação de recursos é conhecimento, informação, quer dizer, a gente não sabe do Brasil mapeado, tem só um estudo, na verdade em relação a pessoa física, mas a gente não sabe qual é o cenário total das doações no Brasil. Não se sabe, no Censo do GIF a gente tem uma ideia das associadas, a gente tem um estudo mais antigo de 2011 da (*inteligível*) com pessoas físicas, mas isso não é algo que é consolidado no Brasil, diferente de outros países onde todos os anos instituições sérias mapeiam o cenário de doações e isso faz com que as organizações saibam com quem elas estão lidando e qual é o perfil. E a gente fala muito de pessoa física, o modelo no mundo é baseado em pessoa física, são as pessoas que doam mais, inclusive em volume. Quando você assuma todo o valor doado, não são as empresas, não é o governo, tudo isso faz parte de um mix. Então, claro, o cadastro e qualquer outro tipo de iniciativa no sentido de conhecer e mapear a área é positivo. Enfim, nós estamos tentando fazer isso agora junto aos captadores, eu vou primeiro conhecer quem são os profissionais que pedem as doações e, a partir daí, eu quero tentar chegar em quais são as doações, qual é o mercado de doações. A gente vai conseguir chegar lá com calma.

A minha primeira dúvida é: a gente sabe quantas são as pessoas físicas por ano que têm imposto a pagar? A gente tem esses dados da receita, nós sabemos que mercado é esse, de quantos milhões – eu acho que são milhões –, de doadores, de pessoas físicas que a gente está falando, que podem doar via isenção fiscal? Eu não sei, e aí eu falo como captador: eu preciso saber, eu preciso conhecer isso também, até para participar desse debate e saber onde ele deve ser desenvolvido.

E aí a reflexão, e agora já não falo mais como captador, eu falo como alguém que faz declaração de imposto de renda. Tenho duas filhas pequenas que estão me esperando chegar hoje à noite, e eu tenho que fazer a minha declaração. No formulário completo para deduzi-las como dependentes, tenho que colocar o valor que eu pago na escolinha delas todos os meses – tem um limite por educação que eu posso abater –, tenho que colocar o valor que eu pago no plano de saúde (no meu, das minhas filhas, a minha esposa e tudo mais), isso vai deduzindo o valor do imposto que vai me dizer, no final, se eu estou devendo imposto ou – que eu espero – se o governo está devendo imposto ou dinheiro para mim. Não vai dever, mas vai me

devolver parte do imposto que eu paguei. E a minha reflexão é no sentido de que a gente está debatendo o imposto devido, e eu entendo, é lógico, eu não sou tributarista, mas eu entendo o que é que está se falando. Quer dizer, parte do imposto que eu iria pagar para o governo, eu posso doar para uma instituição. Mas, por que a gente não pode começar a discutir, também, utilizar a doação que nós fazemos para uma organização dentro de um limite para reduzir o total desse imposto que eu devo para o governo? E claro que isso é algo para se discutir, mas, eu tenho isso para a educação, se eu tenho isso para a saúde, dentro de um limite, por que eu não posso ter também para a doação que eu faço para organizações sociais? Uma reflexão para ficar, mas eu não sou tributarista.

Maria Nazaré Lins Barbosa

Eu acho que foi muito oportuna a intervenção da doutora Flávia, no sentido de extinguir o que é imposto direcionado, direcionamento de imposto devido um incentivo para que, de fato, eu doe (que é outra coisa), esse incentivo que havia até 1995 para que pessoas físicas fizessem doações para entidades então reconhecidas como de Utilidade Pública, incentivo esse que foi extinto e nunca mais recuperado. Eu penso que, dentro de incentivos para doações, haveria essa questão fundamental do incentivo para doação de pessoa física. Quer dizer, parte daquilo que eu doe, de fato, eu possa recuperar depois, mas, de fato, eu tenho incentivo fiscal para isso. Doação de pessoa física que, como lembrou aqui a Paula, é o incentivo mais utilizado, maior responsável por volumes de doações em outros países, e que aqui no Brasil simplesmente não existe.

Eu queria só lembrar também que existe aquele incentivo para a não doação, que é o imposto de transmissão causa *mortis* e doação. Eu acho que essa questão também é relevante, é um incentivo para não doação e, além do que, para que de fato você não queira receber a doação, às vezes, você recebe um imóvel, você tem que pagar, não vai para a entidade uma receita financeira imediata, mas exige um dispêndio de recursos. Eu acho que essa questão, embora não seja de competência federal, é importante, e, se for o caso, de levar também como uma sugestão para o conselho, para Confaz da Fazenda estadual.

Diogo de Sant'Ana

Na verdade, tentando fazer uma síntese aqui, até para organizar o nosso trabalho na nossa equipe e um pouco ver se é isso mesmo, eu acho que eu tenho três pontos dessa agenda de incentivos que são fundamentais. Tem um primeiro ponto que é uma agenda de transparência – que apareceu na apresentação de vocês. É melhorar a questão dos cadastros – ou não dos cadastros, o Paulo acho que fez uma proposta bastante interessante –, enfim, melhorar assim o conhecimento do poder público sobre os incentivos que ele dá e conhecimento da sociedade em geral de quem recebe. Acho que é

uma agenda importante que tem que ser levada à frente.

Uma segunda agenda que foi colocada aqui é de organização e, na verdade, é organização e divulgação dos incentivos já existentes, porque tanto no que eu acho que apareceu na apresentação e nas falas aqui é que mesmo que dentro dos mecanismos que a gente tem hoje, tem um espaço grande para se avançar em termos do que já tem de oportunidades. E uma terceira agenda, que é uma agenda de ampliação, e que eu acho que é uma agenda bastante importante e que assim como eu, acho que a Nazaré destacou isso, os incentivos fiscais caíram por conta de um escândalo, de desvio. Outras coisas no marco relatório das organizações aconteceram e se complicaram pelo mesmo motivo. Eu acho que apresentar uma proposta coerente também faz parte de a gente reorganizar um pouco as fontes e, sem dúvida, os incentivos fiscais, como foi bem lembrada aqui, é uma parte importante das doações, no financiamento e sustentabilidade das organizações, e dos movimentos sociais, com todas as ponderações que o Sérgio falou. Então, eu acho que essas seriam, e obviamente com todas as características técnicas que tem dentro dele, as três agendas que a gente teria que se debruçar e fazer as proposições.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Obrigada, parabéns ao grupo. Vamos agora passar para o grupo de simplificação e desoneração.

Flávia Regina de Souza Oliveira

Bom, o nosso grupo tratou de simplificação e desburocratização, e nós propusemos três medidas: a primeira delas é a adoção da contabilidade como instrumento central de prestação de contas para a execução financeira de projetos das organizações da sociedade civil. Então, é a utilização dos dados contábeis para a prestação de contas em conjunto com os relatórios de execução física dos projetos e das atividades.

ANEXOS

Lista de participantes do I Diálogo Intersetorial

Ademar de Andrade Bertucci Cáritas Brasileira	Assessor-Nacional da Cáritas Brasileira. Atua na coordenação do Conselho e Fórum Brasileiro da Economia Solidária. Conselheiro no Conselho Nacional da Assistência Social. É economista e mestre em Políticas Sociais. Participou da Coordenação- Colegiada da Cáritas Brasileira. ademar@caritas.org.br
--	---

<p>Adriano Campolina ActionAid</p>	<p>Coordenador-Executivo da ActionAid Brasil. Engenheiro Agrônomo. Mestre em desenvolvimento, agricultura e sociedade. Ex-diretor regional da ActionAid Internacional. adriano.campolina@actionaid.org.br</p>
<p>Aguinaldo Luiz de Lima Cáritas Brasileira</p>	<p>Sócio da All Contabilidade, Diretor-Tesoureiro da Cáritas Brasileira. Contador, Bacharel em Ciências Contábeis e Mestre em Educação pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Atua como consultor e assessor técnico para entidades sem fins lucrativos, cooperativas, empreendimentos econômicos solidários, micro e pequenas empresas do setor de serviços. É educador e formador em projetos de economia solidária. aguinaldolima@uol.com.br</p>
<p>Airton Grazioli Ministério Público de São Paulo</p>	<p>Promotor de Justiça e Curador de Fundações em São Paulo desde 2005. Vice-Presidente da PROFIS - Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades Associativas de Interesse Social. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Direitos Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi Procurador Autárquico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Membro do Ministério Público desde 1990.. Assessor da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo e Promotor de Justiça de Fundações do município de São Paulo. airtongrazzioli@mp.sp.gov.br</p>
<p>Alexandra Filipak Ministério do Desenvolvimento Agrário</p>	<p>Consultora da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tem experiência na área de Educação e Ciências Sociais e Política, com ênfase em Movimentos Sociais, atuando principalmente em economia solidária, sustentabilidade, entre outros temas relacionados. Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista. Foi consultora no Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/2013 e no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS/2012. Coordenadora de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/SP/2011-2012. Diretora Acadêmica e Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS/2010-2011. alexandra.filipak@consultor.mda.gov.br</p>
<p>Alexandre Tadeu Schuh Petrobrás</p>	<p>Coordenador de Relacionamento Comunitário, na área de Responsabilidade Social da Petrobrás. É Operador de Processamento Sênior da Petrobrás, onde iniciou suas atividades, através de concurso público, em 1986. Trabalhou na Unidade de Destilação da Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP de 1986 a 2003. Foi Assessor de Comunicação da Transpetro para o Rio Grande do Sul, de 2003 a 2011 e, de junho de 2011 a julho de 2012, ocupou a gerência administrativa da Usina Termelétrica Sepé Tiaraju, no município de Canoas. alexandre.schuh@petrobras.com.br</p>

<p>Alexis Vargas Faculdade Getúlio Vargas</p>	<p>Atua na unidade de extensão de ensino e pesquisa da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo -FGV/SP, responsável pela aplicação do conhecimento acadêmico. É Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Estágio de Pesquisa em Doutorado – Bolsa CAPES “doutorado sanduíche” na Universidad Autónoma de Barcelona. Foi Assessor da Procuradora-Chefe no Ministério Público Federal – Procuradoria da República em São Paulo (12/2002 – 01/2003). Assistente de Diretor do Departamento de Gestão do Sistema Único de Saúde- SUS, na Secretaria Municipal de Saúde. Prefeitura Municipal de Santo André (01/2001 – 10/2002). alexis.vargas@fgv.br</p>
<p>Aline Akemi de Freitas Advogada</p>	<p>Advogada no escritório Cesnik, Quintino e Salinas Advogados, na área de Direito Público e Financiamento ao Entretenimento. É mestranda em Direito do Estado e Professora Assistente Voluntária de Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Bacharel em Direito pela mesma Universidade. Atua com questões do terceiro setor há mais de 8 anos. aline@cqs.adv.br</p>
<p>Aline Gonçalves de Souza Secretaria-Geral da Presidência da República</p>	<p>Assessora da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República. Foi consultora pela UNESCO, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, no tema das Organizações da Sociedade Civil durante o ano de 2012. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e cursando Master Of Laws (LLM) em Direito Societário pelo Insper/SP. alineg.souza@presidencia.gov.br</p>
<p>Aldino Graeff Casa Civil da Presidência da República</p>	<p>Assessor-Especial da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais/Casa Civil da Presidência da República. Pertence a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Graduado em História e Pós-graduado em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública -ENAP. Possui diversos trabalhos e artigos publicados nas áreas de reforma administrativa e gestão governamental. Tem 29 anos de experiência no Serviço Público Federal, tendo ocupado cargos de direção e assessoramento superiores no Ministério do Trabalho e Previdência Social. aldino.graef@presidencia.gov.br</p>
<p>Ana Beatriz de Oliveira Ministério do Meio Ambiente</p>	<p>Diretora do Fundo Nacional do Meio Ambiente no Ministério do Meio Ambiente desde 2010. Geógrafa. Doutoranda em Geotecnia pela Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo, São Carlos e Mestre em Planejamento e Meio Ambiente, pela Universidade Estadual Paulista. Foi gerente de Projetos do Fundo Nacional do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente (2004 – 2009). ana.oliveira@mma.gov.br</p>
<p>Andre Cambauva Bogsan Greenpeace</p>	<p>Diretor de captação de recursos e marketing no Greenpeace Brasil e membro atual do programa de aconselhamento do Greenpeace Internacional. Economista com MBA em Marketing pela Universidade Internacional da Flórida em 1994. Foi responsável pela implantação da captação de recursos na América Latina pela The Nature Conservancy. andre.bogsan@greenpeace.org</p>

<p>André Degenszajn</p> <p>GIFE</p>	<p>Secretário-Geral do GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas. Bacharel e mestre em relações internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pesquisador no Nu-Sol/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo desde 2001. Foi professor de Relações Internacionais. Atua em organizações da sociedade civil desde 2001. Foi fundador e atualmente integra o Conselho da Conectas Direitos Humanos. andre@gife.org.br</p>
<p>André Ribeiro Ferreira</p> <p>Secretaria-Geral da Presidência da República</p>	<p>Assessor-Técnico da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas, na Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria-Geral da Presidência da República. Atua com moderação. Mestre em Gestão Pública e Empresarial pela Faculdade Getúlio Vargas/RJ. Especialista em Administração de Recursos Humanos e formado em Administração de Empresas. Foi Supervisor Técnico do Centro de Estudos Estratégicos da Presidência da República, da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Foi Gerente de Cursos na Escola Nacional de Administração Pública-ENAP. andre.ribeiro@planalto.gov.br</p>
<p>André Sobrinho</p> <p>Secretaria Nacional de Juventude</p>	<p>Consultor da Secretaria Nacional de Juventude. É fellow da Ashoka desde 2007. Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia e Ciência Política, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF e pesquisador colaborador no Observatório Jovem da Faculdade de Educação da UFF. Sócio-fundador da ONG Canto Jovem (Natal/RN). Tem experiências de trabalho com organizações da sociedade civil e programas públicos, com ênfase nos temas: juventude; políticas públicas; mobilização social; participação política; gênero, saúde, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos. andre.sobrinho@presidencia.gov.br</p>
<p>Cândido Grzybovski</p> <p>IBASE</p>	<p>Diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase, desde 1990. Doutor pela Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne), França, e pós-doutorado da University College London, UK. É filósofo e sociólogo. Foi membro ativo do comitê organizador do Fórum Social Mundial e membro do Conselho Internacional do FSM. Ex-professor de Sociologia do Desenvolvimento da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro (1979-1991). candido@ibase.br</p>
<p>Carlos Considera</p> <p>Secretaria-Geral da Presidência da República</p>	<p>Assessor da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, na qual atua na coordenação de projetos com Organismos Internacionais. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense e integrante da carreira de Oficial de Chancelaria, do Ministério das Relações Exteriores, desde 2005. Foi gerente de projetos de cooperação internacional da Agência Brasileira de Cooperação, entre 2010 e 2012. carlos.considera@presidencia.gov.br</p>

<p>Carmen Silvia Maria da Silva</p> <p>SOS Corpo</p>	<p>Educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, militante feminista da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, jornalista, com mestrado em história e filosofia da educação e mestrado em Políticas Públicas. Doutoranda em sociologia. Foi Educadora do Instituto Cajamar em São Paulo e Educadora da EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares, em Pernambuco. carmen@soscorpo.org.br</p>
<p>Caroline Caçador</p> <p>Viva Rio</p>	<p>Coordenadora da assessoria jurídica da organização VIVA RIO. Advogada e pesquisadora, especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. Especialista em Direito Civil Constitucional. Já atuou nos Municípios de Resende e Niterói, no estado do Rio de Janeiro, por meio dos planos municipais de ordem pública e prevenção da violência. ccarvalho@vivario.org.br</p>
<p>Celina Romagnolli Dantas</p> <p>Secretaria- Geral da Presidência da República</p>	<p>Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Pessoas da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria-Geral da Presidência da República. Psicóloga, especialista em: Planejamento e Administração de Recursos Humanos, pela Universidade de Brasília- UnB; Avaliação da Gestão Pública, pela Escola Nacional de Administração Pública -ENAP; Desenvolvimento Local, pela Organização Internacional do Trabalho-OIT. Integrou grupos de trabalho em áreas correlatas, no Brasil, Moçambique, Cabo Verde, Chile e Canadá. celina.dantas@planalto.gov.br</p>
<p>Cristiane de Azevedo Souza</p> <p>ISPN</p>	<p>Atua no Instituto Sociedade População e Natureza - ISPN, na área de gestão administrativa e financeira. Experiência na gestão de projetos, que visam a sustentabilidade econômica, social e ambiental de comunidades rurais e tradicionais, bem como a disseminação dos conhecimentos científicos e técnicos adquiridos a partir da execução das atividades dos projetos. Graduada em Administração de Empresas pelo Centro Universitário de Brasília (1996), extensão em Marketing pela FGV (1998), MBA em Estratégia Empresarial pela FGV (2000), Pós-graduação em Administração e Planejamento de Projetos Sociais pela Universidade Gama Filho (2006), Especialização em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (2009), Especialização em Gestão Pública pela União Pioneira de Integração Social (2009) e aperfeiçoamento em Gestão por Resultados em Projetos de Cooperação Técnica Internacional pela Escola de Administração Fazendária-ESAF (2011).. cristiane@ispn.org.br</p>
<p>Daniel Turibio Rech</p> <p>UNICAFES</p>	<p>Assessor Jurídico da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES, membro do Grupo de Trabalho do Marco Regulatório da relação Estado e sociedade junto à Secretaria-Geral da Presidência da República. Integrante da Coordenação do Coletivo Inter-Religioso para o Marco Regulatório e consultor do Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais - CAIS e de organizações sociais e cooperativistas no Brasil. Advogado, especialista em cooperativismo. drech@uol.com.br</p>

<p>Daniela Castro</p> <p>Atletas Pela Cidadania</p>	<p>Diretora-Executiva da ONG Atletas pela Cidadania. Advogada e mestre em economia. Trabalha há mais de 10 anos no terceiro setor na área de políticas públicas e advocacy. É diretora da Escola de Governo, onde ministra aulas sobre direitos sociais e econômicos. Atuou na coordenação do Programa Presidente Amigo da Criança da Fundação Abrinq, na assessoria da Câmara Municipal de São Paulo.</p>
<p>Davi Ulisses Simões Pires</p> <p>Ministério da Justiça</p>	<p>Atua no Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça. É especialista em Gestão Pública na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e bacharel em Direito. Foi docente na Faculdade de Direito da Universidade da Região da Campanha, no Rio Grande do Sul e assessor parlamentar na Câmara dos Deputados. Na Controladoria-Geral da União, foi Chefe de Gabinete do Ministro Waldir Pires e Corregedor-Adjunto da Área Social. davi.pires@mj.gov.br</p>
<p>Denise Dora</p> <p>Fundo Brasil de Direitos Humanos - FBDH</p>	<p>Consultora da Fundação Getúlio Vargas e Diretora do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Advogada e professora universitária. Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1983), mestrado em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela University of Essex (2000), e mestrado em História, Política e Bens Culturais, do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Fundadora e coordenadora executiva da THEMIS, além de atuar como advogada em casos de violência e discriminação contra mulheres. Foi uma das organizadoras do primeiro programa de promotoras legais populares no Brasil, em 1993. deniseddora@gmail.com</p>
<p>Diogo de Sant'Ana</p> <p>Secretaria-Geral da Presidência da República</p>	<p>Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República. É advogado, graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo com Doutorado em Direito Econômico pela mesma Universidade. Foi <i>research fellow</i> da Universidade de Columbia (NY - USA) e bolsista do Programa The Riochy Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund (SYLFF). Entre 2008-2010, foi assessor do Gabinete Pessoal da Presidência da República. diogo.santana@presidencia.gov.br</p>
<p>Edijalmo Antônio da Cruz</p> <p>Receita Federal</p>	<p>Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil. Bacharel em Direito e em Ciências Contábeis, com pós graduação em Direito Tributário, em Contabilidade Prática e Auditoria Fiscal. edijalmo.cruz@receita.fazenda.gov.br</p>
<p>Eduardo Pannunzio</p> <p>Advogado</p>	<p>Pesquisador do Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada (CPJA) da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, onde coordena a linha da pesquisa Estado de Direito e Sociedade Civil. Advogado nas áreas de terceiro setor e direito público. Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, Mestre (LL.M.) em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidade de Essex, Reino Unido e Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo. Foi Coordenador do Programa Marco Legal e Políticas Públicas do GIFE - Grupo de</p>

<p>Eduardo N. Libertato de Sousa Banco Central</p>	<p>Consultor da Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros - GENCE do Banco Central do Brasil - BACEN. Possui graduação em Engenharia Elétrica e MBA em Finanças. Trabalha no Banco Central do Brasil desde 1994, onde já atuou em processos de apuração de irregularidades e em pesquisas sobre o comportamento do mercado de câmbio. Atua na área de regulação cambial e de capitais internacionais desde 1997. gence@bcb.gov.br</p>
<p>Eduardo Szazi Advogado</p>	<p>Advogado, sócio de Szazi, Bechara Advogados. Bacharel em Direito na Universidade de São Paulo -USP, Especialista em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas -FGV/CEAG e Doutor em Direito Internacional -Leiden University - Países Baixos. Membro do Advisory Board do International Center for Non-for-Profit Law, da American Society of International Law e da International Society for Third Sector Research. Autor de diversos livros e artigos sobre o Terceiro Setor. Palestrante sobre temas relacionados ao Terceiro Setor. eduardo@szazibechara.adv.br</p>
<p>Eliana Rolemberg CESE</p>	<p>Diretora-Executiva da Coordenadoria Ecumênica de Serviço-CESE e Membro do Conselho Fiscal do - Conselho Latinoamericano de Igrejas-Regional Brasil - CLAI. Socióloga pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Aperfeiçoamentos em Planejamento Econômico Paris/França, e Anvers/Bélgica. Na França, trabalhou junto à Divisão da Juventude da UNESCO e foi responsável pelo Setor de Migrantes e Refugiados do Serviço Civil Internacional-SCI, na seção francesa. eliana@cese.org.br</p>
<p>Evânio Antônio de Araújo Junior Secretaria-Geral da Presidência da República</p>	<p>Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental lotado na Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República. Formado em Administração Pública pela Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro. Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. De 2009 a 2011 trabalhou na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais na Superintendência Central de Coordenação Geral, na carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental do estado. evanio.araujo@presidencia.gov.br</p>
<p>Fábio Feitosa da Silva CONANDA</p>	<p>Representação nos espaços de articulação em defesa da Criança e do Adolescente: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - FNDCA. Analista Social pelo Instituto Marista de Assistência Social. Formado em Filosofia pelo Instituto São Tomás de Aquino de Belo Horizonte em Minas Gerais. ffeitosa@marista.edu.br</p>

<p>Fabio Kobol Secretaria-Geral da Presidência da República</p>	<p>Assessor na Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal. Mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas e Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais. No Governo Federal, atuou como Gerente de Planejamento no Ministério da Cultura e Coordenador de Modernização no Ministério das Comunicações. fabio.fornazari@presidencia.gov.br</p>
<p>Fabio Sá e Silva IPEA</p>	<p>Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA. Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo, Mestre em Direito pela Universidade de Brasília- UnB. É PhD em Direito, Política e Sociedade (Law, Policy & Society) pela Northeastern University - Boston, EUA. Suas principais áreas de interesse são: sociologia do direito; metodologias e desenho de pesquisa sócio-jurídica; ensino jurídico; profissões jurídicas; globalização, &quot;rule of law&quot; e direito de interesse público; democracia e cidadania. Tem experiência na concepção e</p>
<p>Fernando Luiz da Rocha Lima Velozzo FBB</p>	<p>Atua na Gerência de Articulação e Prospecção de Parcerias e Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil. Funcionário do Banco do Brasil cedido à Fundação Banco do Brasil, com mais de 25 anos de atuação. Nos últimos 6 anos atuou nas gerências de Geração de Trabalho e Renda, de Monitoramento de Projetos Sociais onde atuou em parcerias estratégicas como CATAFORTE, voltada para o público dos catadores de materiais recicláveis e TERRAFORTE, voltado para o público dos assentados da Reforma Agrária. fvellozo@fbb.org.br</p>
<p>Flávia Regina de Souza Oliveira Advogada</p>	<p>Advogada no escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados. Especialista em Direito Tributário pela <i>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</i>. Pós-graduada em Administração para Organizações do Terceiro Setor e em Princípios e Práticas da Responsabilidade Social nas Empresas, Instituição ou Organização pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Mestre em Gestão e Políticas pela Fundação Getúlio Vargas. Professora dos Cursos do Programa de Educação Continuada. Atua nas áreas de Terceiro Setor, Cultura e Responsabilidade Social. flavia@mattosfilho.com.br</p>
<p>Gabriella Vieira Gonçalves Secretaria-Geral da Presidência da</p>	<p>Coordenadora-Geral de Acompanhamento e Monitoramento da Secretaria-Geral da Presidência da República. É graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília -UnB e integrante da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. gabriella.oliveira@presidencia.gov.br</p>

<p>Geraldo Magela da Trindade</p> <p>Secretaria-Geral da Presidência da República</p>	<p>Secretario-adjunto da Secretaria Nacional de Relações Político Sociais da Secretaria-Geral da Presidência da República. Formado em Administração de Empresas, com pós graduação <i>latu sensu</i> em Planejamento Estratégico. Atua com moderação, planejamento estratégico e educação popular. Foi educador na Escola Sindical 7 de Outubro em Belo Horizonte-MG e Servidor Público na mesma prefeitura. geraldo.trindade@presidencia.gov.br</p>
<p>Gerson Pacheco</p> <p>ChildFund</p>	<p>Diretor Nacional do ChildFund Brasil. Administrador de empresas com MBA em Finanças. MBA “Advanced Management School” em Boston -USA e fez uma extensão em LeanSix Sigma no “George Group” -Dallas-EUA.</p> <p>Trabalhou na Xerox do Brasil por 31 anos onde gerenciou diversas organizações nas áreas de estratégia, marketing e controles.</p> <p>gersonpacheco@childfundbrasil.org.br</p>
<p>Gilberto Carvalho</p> <p>Secretaria-Geral da Presidência da República</p>	<p>Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. É formado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR estudou Teologia por três anos no Studium Theologicum de Curitiba. Trabalhou como soldador de 1975 a 1984, em fábricas em Curitiba e no ABC paulista.</p> <p>Foi secretário de Comunicação, entre 1997 e 2000, e de Governo, em 2001, da Prefeitura de Santo André, no ABC. Ocupou vários cargos no Partido dos Trabalhadores, como: presidente do Diretório no Paraná (1987-89); secretário nacional de Formação Política (1989-93); diretor do Instituto Cajamar - Centro de Formação Política e Sindical (1989-93); secretário-geral nacional (1993-95); e secretário nacional de Comunicação (1995-97).</p> <p>Antes de assumir a Secretaria-Geral da Presidência da República, chefiou o gabinete pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seus dois mandatos. gilcarvalho@presidencia.gov.br</p>
<p>Gustavo Nery e Silva</p> <p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão</p>	<p>Assessor na Assessoria Especial para Modernização da Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Graduado em Economia e Direito com pós-graduação em Direito, Estado e Constituição e em Regulação Econômica Financeira. É da carreira de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações da ANATEL. Foi Técnico de Nível superior nível III do Ministério do Planejamento (julho/2009 a maio2011) e Assessor do Departamento de Articulação e Formação do mesmo Ministério (maio/2011 a</p>
<p>Henrique Lian</p> <p>ETHOS</p>	<p>Gerente-Executivo de Relações Institucionais do Instituto Ethos. Doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo -USP. Mestre em História pela Universidade de Campinas -UNICAMP, bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas -PUCCAMP, com especialização em gestão de negócios -IBEMEC/CPFL Management. Exerceu diversos cargos de direção, nos setores público e privado, nas áreas jurídica, administrativa e cultural. Foi gerente de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa do Grupo CPFL Energia. henrique@ethos.org.br</p>

<p>Itamar Pedro da Silva</p> <p>Receita Federal</p>	<p>Auditor da Receita Federal. Atua com a legislação sobre o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Graduado em Ciências Econômicas pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal - AEUDF. Pós-Graduado na Especialização em Direito Tributário pela Universidade Católica de Brasília - UCB tendo realizado o curso de Políticas Públicas e Gestão Governamental - Analista de Orçamento pela Instituição Escola Nacional de Administração Pública -</p>
<p>Janaina Pereira</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome</p>	<p>Assessora Técnica do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social - SUAS do MDS. Advogada, mestre em Democracia e Bom Governo pela Universidade de Salamanca/Espanha como bolsista da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Possui especialização em Direito Público pela Universidade Gama Filho/Rio de Janeiro e é bacharel em Direito pelo Centro Universitário FIEO - Fundação Instituto de Ensino para Osasco/São Paulo. Exerceu durante maio de 2005 a março de 2011 a função de Assessora Jurídica na Prefeitura do Município de Osasco/São Paulo.</p>
<p>Jandira Siqueira Rodrigues</p> <p>Secretaria-Geral da Presidência da República</p>	<p>Coordenadora-Geral de Gestão de Informações Funcionais da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria-Geral da Presidência da República. Administradora Pública, pós-Graduada em Administração e Planejamento de Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas, Gestão de Pessoas pela Universidade de São Paulo/USP e em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Integra a Rede de Consultores do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA, na disseminação da metodologia de simplificação de processos administrativos. jandira@planalto.gov.br</p>
<p>João Gabriel Pimentel Lopes</p> <p>Ministério da Justiça</p>	<p>Assessor Técnico do Departamento de Processos Legislativos da Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL do Ministério da Justiça. Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília/UnB e Mestrando em Direito, Estado e Constituição pela mesma Universidade. Foi Vice-Presidente da ONG Universitários vão à Escola. joao.pimentel@mj.gov.br</p>
<p>João Paulo Vergueiro</p> <p>ABCR</p>	<p>Presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos - ABCR . Professor Assistente da FECAP, administrador e mestre em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas de SP - FGV/SP, com bacharelado em Direito pela Universidade de São Paulo -USP. Foi Diretor do Projeto Nós do Centro, numa parceria entre a União Europeia com a Prefeitura de São Paulo, atuou como gerente de Projetos da Oficina Municipal, e foi assessor de financiamento de projetos da Christian Aid. jpvverg@gmail.com / presidente@captacao.org</p>
<p>Jorge Eduardo Saavedra Durão</p> <p>FASE</p>	<p>Advogado. Assessor da Diretoria Executiva da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE (2011- 2013). Ex-diretor Executivo da FASE, de 1988 a 2010. Ex-Diretor geral da ABONG - Associação Brasileira de ONGs, no triênio 2003-2006. Foi presidente da ABONG, no período 1991-1994. jdurao@fase.org.br</p>

<p>João Francisco A. Maria</p> <p>Ágere-Cooperação em Advocacy, ÁGERE, Brasil</p>	<p>Membro do Conselho Diretor da Ágere Cooperação e Advocacy. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) na área de Estado e Governo, com sanduiche realizado como Visiting Scholar na New School For Social Research (NY) e na New York University (NY) juntamente com os professores Andrew Arato e Adam Przeworski. Realiza pesquisa sobre representação política e sociedade civil. Assessor e consultor para o terceiro setor. Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília -UnB. Pesquisador nas áreas de Teoria Política Contemporânea, Estado, Governo e Democracia, além de experiência com processo legislativo.</p>
<p>José Antônio de França</p> <p>CFC</p>	<p>Atua no Departamento de Administração da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, da na Universidade de Brasília - UnB.. Master em Amministrazione e Controllo na área de concentração: sistemas de informações contábeis pela Università degli Studi di Torino. Mestre em Administração na área de concentração: administração contábil e financeira pela Universidade de Brasília e Doutor em Ciências Contábeis pela mesma Universidade;. Atuou como presidente do Conselho Regional de Contabilidade/CRC-DF de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2001. franca@itecon.com.br</p>
<p>José Antonio Moroni</p> <p>INESC</p>	<p>Membro do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos- INESC, conselheiro do Centro de Direitos Econômicos e Sociais e da plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político. Graduado em filosofia e com pós graduação em Historia do Brasil, Métodos e Técnicas de projetos sociais e educação especial. Foi Secretário de Defesa de Direitos do Movimento Nacional de Meninos/as de Rua. Foi Secretario-Executivo do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS e coordenador nacional do projeto Aguiá da Federação Nacional das APAEs. moroni@inesc.org.br</p>
<p>José Cordeiro Neto</p> <p>Tesouro Nacional</p>	<p>Conselheiro Fiscal, como representante do Tesouro Nacional. Especialista-Coordenador da Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público. Graduado em Administração pela Universidade do Distrito Federal. Pós-Graduação Lato Sensu em Economia do Setor Público. Foi Gerente de investimento público da Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Investimento Público-Secretaria do Tesouro Nacional. cordeiro.neto@fazanda.gov.br</p>
<p>José Eduardo Sabo Paes</p> <p>Ministério Público do Distrito Federal</p>	<p>Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Complutense de Madri, Espanha. Presidiu a Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça das Fundações e Entidades de Interesse Social - PROFIS -. É autor de publicações na área do terceiro setor. sabo@mpdft.gov.br</p>

<p>José Hable Secretaria de Fazenda do GDF</p>	<p>Auditor Tributário do Governo do Distrito Federal-GDF. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília -UCB. Pós-graduação em direito tributário (ICAT/AEUDF), graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - CEUB, em Administração de Empresas- pela Faculdade Associadas de Ensino -FAE e em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR). Autor de livros e artigos na área tributária. Professor de direito tributário. johable@gmail.com</p>
<p>José Ricardo Jacques CUT</p>	<p>Atia no Conselho Diretivo Nacional da Central Única de Trabalhadores - CUT (2012/2015). Formado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1993. Secretário de Política Sindical (Mandato 2000/2003) e secretário de Relações Internacionais (mandatos: 2003/2006, 2006/2009 e 2009/2012). r.jacques@cut.org.br</p>
<p>Julio Oba Advocacia Geral da União</p>	<p>Advogado da União. Coordenador do Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Consultoria-Geral da União na Advocacia-Geral da União. Especialista em Direito do Trabalho e do Processo do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes- UCAM. julio.oba@agu.gov.br</p>
<p>Kleber Rocha Ministério da Cultura</p>	<p>Diretor de Incentivo à Cultura da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - SEFIC do Ministério da Cultura. Administrador/Analista de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Foi responsável pelo acompanhamento dos programas Escola Aberta, Educação Prisional, Educação do Campo, Capacitação à distância para professores objetivando a implementação da Lei nº 10.639/2003 nas escolas (História e a Cultura Afro-brasileira), Saúde e Prevenção nas escolas, dentre outros. kleber.rocha@cultura.gov.br</p>
<p>Lais de Figueirêdo Lopes Secretaria-Geral da Presidência da República</p>	<p>Assessora-Especial do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Atua na agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil no Governo Federal. Advogada e mestre em Direito das Relações Econômicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC-SP. Integrante voluntária do Board do International Center for Not-for-Profit Law -ICNL. Foi Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006-2011). lais.lopes@presidencia.gov.br</p>
<p>Leonel Cesarino Pessoa FGV</p>	<p>Pesquisador da Faculdade Getúlio Vargas de São Paulo - FGV/SP. Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo, em Filosofia pela Universidade de São Paulo e doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador visitante na Università degli Studi di Milano (Milão/Itália), na New School for Social Research (Nova York/EUA) e na Università Commerciale Luigi Bocconi (Milão/Itália). Tem experiência nas áreas de direito e administração de empresas, com ênfase em teoria do direito, direito tributário e inovação tecnológica atuando em temas na confluência entre direito e administração de empresas.</p>

<p>Letícia Osório</p> <p>Fundação Ford</p>	<p>Coordenadora desde 2011 do programa de direitos humanos da Fundação Ford no Brasil. É advogada e mestre em planejamento urbano e regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRS, e doutora em direito pela Universidade de Essex, Reino Unido. Trabalhou em organizações internacionais, governamentais e não-governamentais dedicadas à defesa e promoção dos direitos a terra e à moradia de comunidades pobres e grupos vulneráveis. Em 2002 atuou no programa das Américas do Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos - organização não governamental internacional de direitos humanos com sede em Genebra, com foco nos direitos econômicos, sociais e culturais. Mais recentemente foi diretora da Clínica de Direitos Humanos da Universidade de Essex, onde coordenou projeto sobre</p>
<p>Ligia Maria Alves Pereira</p> <p>Secretaria-Geral da Presidência da República</p>	<p>Coordenadora-Geral de Participação Social na Gestão Pública, na Secretaria Geral da Presidência da República. Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, pela Universidade Federal de Minas Gerais.</p> <p>Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Foi Assessora da SG-PR - 2005/2010. Coordenadora do Departamento de Relações Institucionais da SECOM/PR - 2004/2005. Assessora da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - 2003. Assessora da Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG -1998/2002 e diretora de Desenvolvimento Econômico e Social da Prefeitura de Belo Horizonte/MG - 1993/1996. ligia.pereira@presidencia.gov.br</p>
<p>Luana Marques</p> <p>SEPPIR</p>	<p>Gerente de Projetos Especiais da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR. Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília/UnB, trabalha com projetos com povos e comunidades tradicionais há 13 anos.</p> <p>luana.marques@seppir.gov.br</p>
<p>Marcel Franco Araujo Farah</p> <p>Secretaria-Geral da Presidência da República</p>	<p>Coordenador Geral de Processos Formativos do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã da Secretaria de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás - UFGO. Atuou como Educador Popular da Rede de Educação Cidadã em Goiás.</p> <p>marcel.farah@presidencia.gov.br</p>
<p>Marcela Cardoso Rodrigues</p> <p>UNE</p>	<p>Atua na União Nacional dos Estudantes/UNE desde 2007 como Vice PA/AP da UNE, atualmente representa a entidade na Executiva Nacional como Diretora de Relações Institucionais. Estudante de Engenharia Ambiental da Universidade do Estado do Pará. Bolsista PIBIC-CNPQ do Museu Paraense Emílio Goeld durante o ano de 2005. Foi membro do Conselho Nacional de Juventude, e participa da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>marcela@une.org.br</p>

<p>Marcelo Monello Contador</p>	<p>Integrante do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo. Contador, Técnico Contábil e Engenheiro Civil. Sócio-diretor do Escritório Contábil Dom Bosco - Monello Contadores - Empresa de 46 anos de atividade exclusiva com TerceiroSetor. marcelomonello@monellocontadores.com.br</p>
<p>Marcio Correa ABC/MRE</p>	<p>Coordenador-Geral de Cooperação Técnica Multilateral da ABC/Ministério das Relações Exteriores, graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília - UnB e com MBA em Elaboração e Análise de Projetos pela Faculdade Getúlio Vargas. Autor do livro "Prática Comentada da Cooperação Internacional" (Ed. 2010) e também dos manuais de diretrizes da ABC/MRE para a cooperação técnica recebida do exterior. marcio.correa@abc.gov.br</p>
<p>Márcio Lopes de Freitas Filho Ministério da Justiça</p>	<p>Membro da assessoria de gabinete da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça - SAL/MJ. Bacharel em direito pela Universidade de Brasília - UnB. Em Brasília, atuou como advogado de movimentos sociais e estudantis. marcio.freitas@mj.gov.br</p>
<p>Marcos Fadanelli Ramos MPOG</p>	<p>Gerente de Projetos da Assessoria Especial de Modernização da Gestão Pública do Gabinete da Ministra no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. É professor coordenador de disciplinas da Associação Internacional de Educação Continuada. Possui graduação em Ciências Contábeis, Administração mestrado em Gestão Social e Trabalho. É especialista em Administração de Recursos Humanos e Marketing e possui pós-graduação em governança corporativa. Professor de disciplinas de Gestão Empreendedora e Tópicos Especiais em Gestão de Pessoas - Associação Internacional de Educação Continuada - 2004 a 2013. Professor avaliador de Trabalho de Conclusão de Curso na Associação Internacional de Educação</p>
<p>Marcos Matias Cavalcante BNDES</p>	<p>No Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, atua na área de Agropecuária e Inclusão Social no Departamento de Economia Solidária. É bacharel em Ciências Contábeis e possui experiência na análise e acompanhamento de projetos produtivos com foco na inclusão socioeconômica de população de baixa renda com intuito de realizar a geração de trabalho e renda. mcava@bndes.gov.br</p>
<p>Maria Elena Pereira Yonhanpeter Parceiros Voluntários</p>	<p>Há 16 anos atua como Presidente Executiva (Voluntária) da ONG Parceiros Voluntários, da qual é FUNDADORA. Trabalhou na GERDAU AS, como Assessora da Presidência. maria.pereira@gerdau.com.br</p>

<p>Maria Nazaré Lins Barbosa</p> <p>Procuradora do Município de SP</p>	<p>Procuradora da Câmara Municipal de São Paulo. Advogada formada pela Universidade de São Paulo-USP, onde fez aperfeiçoamento em Direito Econômico e Tributário. Mestre e Doutora em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Faculdade Getúlio Vargas - EAESP/FGV. Autora do livro “Manual de ONGs: guia prático de orientação jurídica” e organizadora do livro “Terceiro Setor: reflexões sobre o marco legal”.</p> <p>mnazare@gvmail.br</p>
<p>Maria Victoria Hernandez</p> <p>Secretaria-Geral da Presidência da República</p>	<p>Secretária-Executiva Adjunta da Secretaria-Geral da Presidência da República. Advogada, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro -PUC/RJ e especialista em Advocacia Criminal pela Universidade Cândido Mendes. Foi Chefe de Gabinete do Ministro-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2008-2010) e Chefe de Gabinete do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República (2011-2012). victoria@presidencia.gov.br</p>
<p>Moisés Machado MDA</p>	<p>o Desenvolvimento -PNUD. Economista, pós- graduado em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG e mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro-FJP.</p> <p>moises.machado@consultor.gov.br</p>
<p>Monica de Roure</p> <p>Ashoka</p>	<p>Diretora-Executiva da Ashoka Brasil Empreendedores Sociais desde 2009 e Diretora de Parcerias Estratégicas da América Latina. cursou Mestrado em História Social da Cultura e Doutorado em Literatura Comparada. Historiadora. Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro -PUC/RJ. Atuou como Consultora de fundações, empresas e organizações sociais nacionais e internacionais.</p>
<p>Nabil Moura Kadri</p> <p>BNDES</p>	<p>Atualmente é Assessor da Presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES, exercendo funções junto à Diretoria de Meio Ambiente, Infraestrutura Social, Agropecuária e Inclusão Social. Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas -FGV, tendo cursado Economia na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - USP. Exerceu os cargos de Chefe de Gabinete da Secretaria de Ações Estratégicas da Presidência da República e Chefe de Gabinete da Secretaria de Superação da Extrema Pobreza, responsável pelo Plano Brasil Sem Miséria. nabil@bndes.gov.br</p>
<p>Nicole Hoedemaker</p> <p>CEBRAF</p>	<p>Assessora Jurídica da Associação Paulista de Fundações- APF -, ligada a Confederação Brasileira de Fundações - CEBRAF. Advogada com especialização em Direito Tributário. Conselheira Titular do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo- CONSEAS/SP, como representante da sociedade civil, no segmento de entidades da área patronal. Atua no Terceiro Setor há aproximadamente 10 anos.</p> <p>nicoleh@terceiro.com.br</p>

<p>Paula Jancso Fabiani</p> <p>IDIS</p>	<p>Diretora-Executiva do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social- IDIS desde junho de 2012. Atua de forma voluntária como membro do Comitê de Governança Corporativa do Terceiro Setor do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e como professora da Escola Aberta do Terceiro Setor. Foi Diretora Administrativo-Financeira da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Controller do Instituto Akatu. Trabalhou no Grupo Votorantim, primeiro como analista sênior na VNN (braço de Private Equity do grupo) e depois como responsável pela área financeira da AnFreixo (um dos investimentos da VNN). Economista formada pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA-USP, com MBA pela Stern School of Business - New York University, especialização em Endowment Asset Management na London Business School e Yale, e Gestão de Organizações do Terceiro Setor na FGV. É co-autora da publicação "Fundos Patrimoniais - Criação e Gestão no Brasil", lançada pelo IDIS. pfabiani@idis.org.br</p>
<p>Paula Raccanello Storto</p> <p>Advogada</p>	<p>Advogada. Mestranda pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Professora de Direito nos cursos de especialização em Gestão de Projetos Sociais da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - COGEAE-PUC/SP e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo - SENAC-SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor- NEATS da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, onde coordenou a equipe da pesquisa sobre Modernização do Sistema de Convênios da Administração Pública com a Sociedade Civil, para o projeto Pensando o Direito, da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. paula@storto.com.br</p>
<p>Paulo Balthazar Petrobrás</p>	<p>Consultor na Petrobrás. Atualmente é pesquisador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo e mestrado em sociologia pelo CPDA - Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Direito e Sociologia, com ênfase em Desenvolvimento, Pobreza, Desigualdade e Direitos Humanos. pbalthazar.protemp@petrobras.com.br</p>
<p>Paulo Haus Martins</p> <p>Advogado</p>	<p>Advogado com pós graduação em direito empresarial e societário, mestrado em Responsabilidade Social Corporativa UFF/Latec .Especializado em Terceiro Setor, Políticas Públicas, Microfinanças e Direito da Ciência, Tecnologia e Inovação. Professor de pós graduação de Direito do Terceiro Setor e Responsabilidade Social Empresarial do MBE-RTS/IE - UFRJ. Foi presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos das ONGs da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro - OAB/RJ e da Subcomissão do Direito da Ciência Tecnologia e Inovação da OAB/RJ. paulo@martinsassoc.adv.br</p>

<p>Pedro Henrique Jardim Elias</p> <p>Ministério dos Esportes</p>	<p>Chefe de Divisão do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte. Bacharel em Direito pelo Instituto de Ensino Superior de Brasília - IESB e Pós Graduando em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes. Foi Assessor Jurídico na Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.</p> <p>pedro.elias@esporte.gov.br</p>
<p>Pedro Menezes</p> <p>MCT</p>	<p>Atua na Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPIN/MCTI no Programa TI Maior de estímulo a pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor de Tecnologia da Informação no país. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2009. Na SEPIN/MCTI também atua com políticas públicas para software e serviços de tecnologia da informação. Auxiliou na coordenação de programas de inclusão digital do governo federal no Ministério das Comunicações.</p> <p>pedro.menezes@mct.gov.br</p>
<p>Rafael Salomão SEBRAE</p>	<p>Assistente da Unidade de Políticas Públicas do SEBRAE.</p> <p>rafael.salomão@sebrae.com.br</p>
<p>Renata Truzzi</p> <p>NEST - Negócios Sociais</p>	<p>Gerente de Desenvolvimento de Negócios na organização internacional NESsT, atuando no desenvolvimento de empreendimentos sociais no Brasil. Formada em administração de empresas com pós graduação em Comunicação jornalística e especialização em Marketing direto. Possui 15 anos de experiência no Terceiro Setor e de atuação com captação de recursos com indivíduos e empresas, estruturação e desenvolvimento de equipes, desenvolvimento de banco de dados, comunicação, imprensa e marketing em importantes organizações, representantes da área sociocultural do Brasil. rtruzzi@nesst.org</p>
<p>Sérgio Miletto</p> <p>Alampyme</p>	<p>Presidente de ALAMPYME -Br - Associação Latinoamericana de Micro, Pequena e Média Empresa - Capítulo Brasil e produtor Sócio Cultural. Objetiva a valorização dos saberes e fazeres locais que podem ser transformados em tecnologia e negócios social e ambientalmente sustentáveis e que colaborem com a cultura de paz.</p> <p>presidencia@alampymebr.org.br</p>
<p>Silvio Rocha Sant'Ana</p> <p>Fundação Esquel</p>	<p>Diretor da Fundação Grupo Esquel e da Pastoral da Criança; Membro da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - FBOMS, do Comitê Facilitador da "Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as OSCs" e do GT do Marco Regulatório da Secretaria- Geral da Presidência da República. Mestre em Economia Agrária pela Universidade de Paris I (Sorbonne),</p> <p>silvio@esquel.org.br</p>

<p>Suelen Gonçalves dos Anjos</p> <p>Secretaria- Geral da Presidência da República</p>	<p>Atua na Coordenação de Mecanismos Formais de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República. Graduada em História. Especialista em metodologia do ensino fundamental e em gestão pública municipal.</p> <p>suelen.anjos@presidencia.gov.br</p>
<p>Taís Maldonado</p> <p>Secretaria- Geral da Presidência</p>	<p>Assessora Técnica da Assessoria Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/UnB.</p> <p>tais.maldonado@presidencia.gov.br</p>
<p>Tatiana Zanotti</p> <p>Médicos sem Fronteiras</p>	<p>Diretora de Administração e Finanças de Médicos Sem Fronteiras Brasil desde 2011. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense e pós-graduada em Controladoria e Finanças. Possui 10 anos de experiência no Terceiro Setor com atuação anterior no Oi Futuro, antigo Instituto Telemar, nas áreas de Administração, Finanças e Contábeis.</p> <p>tatiana.zanotti@rio.msf.org</p>
<p>Valdir Cimino</p> <p>Viva e Deixe Viver</p>	<p>Presidente da Associação Viva e Deixe Viver. Bacharel em Comunicação Social Escola Superior de Propaganda e Marketing/ESPM, Pós Tecnologia de Ensino FAAP, Mestre em Ciências da Saúde pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo/ FCMSCSP.</p> <p>valdir.cimino@uol.com.br</p>
<p>Valeria Trezza</p> <p>Advogada</p>	<p>Formada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo -USP e mestre em Administração Pública e Governo pela Faculdade Getúlio Vargas de São Paulo -FGV-SP. É coordenadora da área de Terceiro Setor do escritório Rubens Naves, Santos Jr. Advogados. Tem experiência em consultoria jurídica para entidades do Terceiro Setor, atuando no desenho jurídico, constituição e assessoria ao funcionamento de organizações sem fins lucrativos.</p> <p>vmt@rnaves.com.br</p>
<p>Valmor Schiochet</p> <p>Ministério do Trabalho e Emprego/SEN AES</p>	<p>Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego. É professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau, cedido ao Ministério do Trabalho e Emprego. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília.</p> <p>valmor.schiochet@mte.gov.br</p>

<p>Vanessa Abritta</p> <p>Secretaria-Geral da Presidência</p>	<p>Assessora do Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência da República. Auditora-Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil. vanessa.abritta@presidencia.gov.br</p>
<p>Vera Maria Masagão Ribeiro</p> <p>ABONG</p>	<p>Coordenadora-Executiva da ONG Ação Educativa e Diretora-Executiva da ABONG - Associação Brasileira de ONGs. Membro do Comitê Facilitador da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil e do Conselho Nacional de Transparência. Participou da Comissão Nacional da I Consocial - Conferência Nacional de Transparência e Controle Social. Pela Ação Educativa, coordenou a implantação do Programa Indicadores da Qualidade na Educação. Doutora em Educação pela PUC-SP. vera@acaoeducativa.org.br</p>
<p>Welinton Pereira Da Silva</p> <p>VISÃO MUNDIAL</p>	<p>Coordenador de Políticas Públicas da Rede Evangélica Nacional de Ação Social - RENAS. Membro da Coordenação do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Bacharel em teologia, mestrado em Desenvolvimento e Advocacy pela Eastern University - Pennsylvania - USA. Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de SP - UMESP. Assessor Sênior de Relações Institucionais e Advocacy da Organização Humanitária Internacional Visão Mundial. welinton_pereira@wvi.org</p>